



Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2021

**Grupo Público
Universidade
do Minho**



Índice

I – MENSAGEM DO REITOR.....	12
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	15
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	16
1.1. Identificação do Grupo Público UMinho.....	16
1.2. Breve resumo das entidades consolidadas.....	17
1.2.1. Universidade do Minho.....	17
1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.....	21
1.2.3. Associação Centro de Medicina P5.....	23
1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga.....	23
1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho.....	24
1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos.....	25
1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho.....	26
1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva.....	27
1.2.9. Instituto Confúcio.....	28
1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga.....	29
1.2.11. Centro de Computação Gráfica.....	30
1.2.12. Instituto de Design de Guimarães.....	31
1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães.....	32
1.2.14. Casa de Sarmento.....	33
1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros.....	33
1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho.....	34
1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes.....	35
III – RELATO FINANCEIRO.....	37
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	38
2.1. Enquadramento macroeconómico internacional.....	38
2.2. Enquadramento macroeconómico nacional.....	38
3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA.....	39
3.1. Análise orçamental consolidada.....	39
3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados.....	39
3.1.2. Direitos e obrigações consolidados.....	41
3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados.....	43
3.2. Análise económica e financeira consolidada.....	43
3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado.....	44
3.2.1.1. Ativo consolidado.....	44
3.2.1.2. Património líquido consolidado.....	44
3.2.1.3. Passivo consolidado.....	45
3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada.....	45
3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados.....	46
3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados.....	46



3.2.3.	Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	47
3.2.4.	Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	48
3.3.	Análise de gestão consolidada	50
3.3.1.	Mapas da contabilidade de gestão consolidada	50
3.3.1.1.	Resultados por atividade.....	50
3.3.1.2.	Resultados da atividade de ensino	51
3.3.1.3.	Resultado da atividade de investigação	52
3.3.1.4.	Resultado da atividade interação com a sociedade.....	53
3.3.1.5.	Rendimentos gerais e gastos não incorporados.....	54
4.	Capacidade de endividamento	54
5.	Factos ocorridos após a data do balanço.....	55
6.	Obrigações de apresentação de contas consolidadas	55
7.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	55
8.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	56
8.1.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	56
8.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas	57
8.3.	Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas.....	58
9.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	59
9.1.	Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021.....	59
9.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021	60
9.3.	Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021	61
9.4.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021	62
9.5.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2021	63
9.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2021	64
IV –	DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	103
10.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	104
11.	Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	106



Índice de tabelas

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho	16
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros	21
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros	22
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros	23
Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros	24
Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros	25
Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros	26
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros	27
Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros	28
Tabela 10 - Indicadores IC, em euros	29
Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros	30
Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros	31
Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros	32
Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros	32
Tabela 15 - Indicadores CS, em euros	33
Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros	34
Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros	35
Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros	36
Tabela 19 - Desagregação dos recebimentos consolidados	39
Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados	40
Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados	41
Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas	42
Tabela 23 - Indicadores orçamentais	43
Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros	44
Tabela 25 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros	44
Tabela 26 - Estrutura do passivo consolidado, em euros	45
Tabela 27 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros	45
Tabela 28 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros	46
Tabela 29 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros	47
Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros	47
Tabela 31 – Rendimentos, em euros	51
Tabela 32 – Gastos, em euros	51
Tabela 33 - Resultados, em euros	51
Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros	52
Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros	52
Tabela 36 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros	53
Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade interação com a sociedade, em euros	53
Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros	54
Tabela 39 - Rendimentos e Gastos não incorporados	54
Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros	55



Tabela 41 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros	65
Tabela 42 - Vida útil do ativo fixo tangível.....	66
Tabela 43 - Vida útil das propriedades de investimento	67
Tabela 44 - Vida útil do ativo intangível.....	67
Tabela 45 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros.....	71
Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros.....	72
Tabela 47 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	73
Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros	73
Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros	73
Tabela 50 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros	74
Tabela 51 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros	74
Tabela 52 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros	74
Tabela 53 - Descrição dos contratos de locação financeira	75
Tabela 54 - Locações operacionais – locatários, em euros	75
Tabela 55 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros	75
Tabela 56 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	76
Tabela 57 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros.....	76
Tabela 58 - VPT das propriedades de investimento, em euros.....	77
Tabela 59 - Inventários, em euros.....	77
Tabela 60 - Movimentos do período, em euros	77
Tabela 61 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros	77
Tabela 62 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros.....	78
Tabela 63 - Provisões, em euros.....	78
Tabela 64 - Identificação das provisões, em euros	78
Tabela 65 - Passivos contingentes, em euros	79
Tabela 66 - Investimentos financeiros, em euros	79
Tabela 67 – Aplicação do MEP, em euros.....	80
Tabela 68 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros	80
Tabela 69 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros	80
Tabela 70 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes.....	80
Tabela 71 - Outras contas a receber, em euros	81
Tabela 72 - Caixa e depósitos, em euros	81
Tabela 73 - Património líquido, em euros.....	81
Tabela 74 - Património líquido, em euros.....	81
Tabela 75 - Fornecedores, em euros	82
Tabela 76 - Estado e outros entes públicos, em euros.....	82
Tabela 77 - Outras contas a pagar, em euros.....	82
Tabela 78 - Benefícios dos empregados, em euros	82
Tabela 79 - Listagem de entidades controladas	83
Tabela 80 - Listagem de entidades associadas.....	83
Tabela 81 - Listagem de outras entidades relacionadas.....	83



Tabela 82 - Listagem de serviços e fundos autónomos.....	84
Tabela 83 - Listagem das unidades diferenciadas	84
Tabela 84 - Transações entre partes relacionadas, em euros	84
Tabela 85- Resultado da atividade de ensino, em euros	85
Tabela 86- Resultado da atividade de investigação, em euros	86
Tabela 87- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros	86
Tabela 88- Fluxo de tesouraria por entidades controladas, em euros	87
Tabela 89 – Perímetro de consolidação.....	92
Tabela 90 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	93
Tabela 91 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros.....	96
Tabela 92 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros	97
Tabela 93 – Entidades associadas	97
Tabela 94 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros	98
Tabela 95 – Percentagem de interesse em outras entidades	98
Tabela 96 – Diferimentos, em euros	99
Tabela 97 – Imputação de gastos indiretos.....	100
Tabela 98 - Resultados atividades, em euros.....	101
Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho	102



Índice de Figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido.....	48
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo.....	48
Figura 3 - Rentabilidade Económica	49
Figura 4 - Margem EBITDA.....	49
Figura 5 - Solvabilidade.....	49
Figura 6 - Autonomia Financeira	49
Figura 7 - Liquidez Geral	50
Figura 8 - Grupo Público UMinho	64



Lista de abreviaturas e acrónimos

2CA-Braga	Centro Clínico Académico de Braga
ACMP5	Associação Centro de Medicina Digital P5
ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADSE	Assistência na Doença a Servidores do Estado
ADVID	Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense
AEDOAVE	Agência de Energia do Ave
AF	Ações de Formação
AFT	Ativos Fixos Tangíveis
AFTEBI	Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
AMAVE	Associação dos Municípios do Vale do Ave
APCTP	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
APSI	Associação de Psicologia
Associação TECMEAT	Associação Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
B2E	Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul
B'ACIS	Associação Ciência, Inovação e Saúde
BIOREF	Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias
BLC3	Campus de Tecnologia e Inovação
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
BPB	Biblioteca Pública de Braga
BUILT CoLAB	Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro
CC	Conselho Cultural
CCG	Centro de Computação Gráfica
CCVG	Centro Ciência Viva de Guimarães
CECOLAB	Associação CECOLAB - <i>Collaborative Laboratory Towards Circular Economy</i>
CEER	<i>Council of European Energy Regulators</i>
CEIIA	Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CEJUR	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
CeNTI	Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIBE	Classificador de Inventário dos Bens do Estado
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CITEVE	Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
Colab4Food	Laboratório Colaborativo de Inovação na Indústria Alimentar
CS	Casa de Sarmento
CTIC	Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DGS	Direção-Geral da Saúde
DTX	Laboratório Colaborativo em Transformação Digital
EA	Escola de Arquitetura
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EBT	<i>Earnings Before Taxes</i>
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito
EE	Escola de Engenharia
EEG	Escola de Economia e Gestão
EIT	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia
ELACH	Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas
EM	Escola de Medicina
EP	Escola de Psicologia
ESE	Escola Superior de Enfermagem
EUA	<i>European University Association</i>
FAMEST	<i>Footwear, Advanced Materials, Equipment's and Software Technologies</i>
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia



FITEC	Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fornecimento de Serviços Externos
Fundação CEER	Fundação Centro de Estudos Euroregionais
FURNISH	<i>Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat</i>
GG	Gastos Gerais
GPA	Gabinete de Processos Académicos
HSK	Exame <i>Hanyu Shuiping Kaoshi</i>
HSKK	Exame <i>Hanyu Shuiping Kouyu Kaoshi</i>
HSST	Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
I3Bs	Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IC	Instituto Confúcio
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
IDEGUI	Instituto de Design de Guimarães
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INESC TEC	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência
INTEGRALAR	Intervenção de Excelência no Setor Agro-Alimentar
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
ISPG	Instituto do Petróleo e Gás
Lab2Pt	Laboratório de Paisagens, Património e Território
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
MACC	<i>Minho Advanced Computing Centre</i>
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MIRRI	Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbianos
MOVBIO	Mobilização de biomassa de podas para valorização energética
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NCRF-ESNL	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo
OE	Orçamento do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
PAE	Plano de Ação Estratégico
PC	Prestações de Serviços Especializados com Incorporação de Conhecimento
PD	Projeto Direto
PG	Pós-Graduações
PIB	Produto Interno Bruto
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
POCER	Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos
POOLNET	Cluster de Competitividade e Tecnologia <i>Engineering & Tooling</i>
ProChild - CoLAB	Laboratório Colaborativo ProChild
PT	Prestações de Serviços Técnicos Especializados
PTAG	Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RDFGAS	Aproveitamento energético dos combustíveis derivados de resíduos e lamas secas
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RLP	Resultado Líquido do Período
RNAP	Reposição Não Abatida aos Pagamentos
RPG	<i>Recommended Practice Guideline</i>
RT	Reitoria
SASUM	Serviços de Ação Social da UMinho
SMS	Sociedade Martins Sarmento
SNC	Sistema de Normalização Contabilística



SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SNC-ESNL	Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo
SPINPARK	Centro de Incubação de Base Tecnológica
SRROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SS	Segurança Social
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
TERM	<i>Tissues Engineering and Regenerative Medicine</i>
TICE.PT	Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
UA	Unidade de Arqueologia
UC	Unidades Culturais
UD	Unidade Diferenciada
UE	União Europeia
UMinho	Universidade do Minho
UniLEO	Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental
UO	Unidade Orgânica
UPA	Universidade de Portas Abertas
US	Unidades de Serviços
USAAE	Unidade de Serviços de Apoio às Atividades de Educação
USAI	Unidade de Serviços de Apoio à Internacionalização
USAPI	Unidade de Serviços de Apoio a Projetos de Investigação
USDB	Unidade de Serviços de Documentação e Bibliotecas
USGA	Unidade de Serviços de Gestão Académica
VARD 2015	Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
VPT	Valor Patrimonial Tributário



I – MENSAGEM DO REITOR



Nos termos das disposições legais e estatutárias, apresenta-se agora o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público da Universidade do Minho, relativo ao ano de 2021, que contém elementos de informação relevantes para uma apreciação que se pretende clara e objetiva da atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho (Universidade do Minho) no ano transato, com um foco particular na atividade da Universidade, mas abrangendo um importante conjunto das entidades de interface.

O ano 2021 fica indelevelmente marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19, que mantiveram o Grupo Público UMinho, e particularmente a Universidade do Minho, sob grande pressão nas diversas dimensões da sua ação, na Educação Superior, na Investigação e na Interação com a Sociedade.

Os constrangimentos com que a sociedade portuguesa e as suas instituições se confrontaram traduziram-se num importante conjunto de desafios aos modos habituais de organização e funcionamento da Universidade e das entidades integrantes do Grupo Público UMinho, que tiveram que se reinventar profundamente para continuar a assegurar o essencial da sua missão.

Ainda assim, tal como havia acontecido em 2020, o compromisso de estudantes, de professores e investigadores, bem como dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão permitiu enfrentar com sucesso grande parte dos desafios que se colocaram ao conjunto das entidades.

Este foi, porém, um tempo que deixou marcas na comunidade universitária e nos seus membros. Se nos permitiu novas aprendizagens no que diz respeito ao modo de funcionamento da Universidade, afetou diretamente, no plano pessoal, muitos membros da comunidade universitária. Razão para aqui se fazer um especial e sentido agradecimento à disponibilidade e compromisso de todos aqueles que possibilitaram que a UMinho tivesse continuado a cumprir a sua missão e a realizar os seus objetivos essenciais.

O Relatório que agora se apresenta evidencia a qualidade do percurso realizado pelo Grupo Público UMinho. No caso da entidade-mãe, dados como o aumento do número de estudantes, o incremento da atividade de investigação, o reforço da interação com a sociedade, considerada esta última no plano da articulação com os sistemas económico, social ou cultural. Os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), em condições particularmente adversas, continuaram a assegurar os serviços de alimentação, alojamento e de promoção da atividade desportiva, contribuindo decisivamente para minorar os impactos da pandemia na comunidade universitária.

De igual modo, a atividade das entidades participadas, que, no seu conjunto, exprimem bem a densidade das relações que a UMinho mantém com o seu entorno, continuou a revelar-se um fator essencial da recontextualização dos saberes produzidos na Universidade e de espaços de co-construção de desafios e de respostas, assim como de promoção dos objetivos de desenvolvimento económico, social e cultural com os quais a UMinho se encontra comprometida.

O desempenho financeiro do Grupo Público UMinho foi severamente afetado pela pandemia. No caso da Universidade, tornaram-se mais patentes os efeitos do subfinanciamento da Instituição, mesmo se considerado o quadro geral do subfinanciamento das instituições de ensino superior, situação agravada pelos incompreensíveis atrasos no reembolso das verbas executadas no quadro de projetos de investigação e desenvolvimento. No que diz respeito aos Serviços de Ação Social, atendendo às restrições associadas à Covid-19, principalmente ao nível da alimentação e da atividade desportiva, verificadas durante o ano de 2021, proporcionou que as receitas geradas, não fossem suficientes para cobrir o elevado volume de custos fixos, traduzindo o resultado negativo desta entidade. Ainda assim, importa realçar que num cenário adverso, existiram entidades participadas que tiveram um desempenho financeiro positivo, constituindo-se como testemunho da sua relevância, da sua adequação a necessidades da economia e da sociedade e da qualidade da sua gestão.

O Grupo Público UMinho assume uma definição clara da sua missão: gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade. Esta definição permeia a ação de todas as entidades do Grupo Público UMinho e constitui uma orientação que ilumina o seu projeto.

Assumindo em permanência os princípios estatutários que orientam a sua ação - o respeito e a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade, a participação democrática, a pluralismo de opiniões e de orientações -, a UMinho prosseguirá o seu caminho de instituição aberta ao seu contexto, relevante pela natureza dos impactos que produz, de instituição cosmopolita, aberta à diversidade de pessoas e de projetos, de universidade inclusiva, em compromisso com uma sociedade mais justa, prosseguindo uma cultura de qualidade que tem na garantia da coesão e da solidariedade intrainstitucional elementos caracterizadores. Continuará a construir-se tendo bem presentes os seus objetivos principais, designadamente, a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural,



científica, artística, técnica e profissional, a realização de investigação científica, estimulando a busca permanente da excelência, a criatividade como fonte de propostas e soluções inovadoras e diferenciadoras, bem como a procura de respostas aos grandes desafios da sociedade, a transferência, o intercâmbio, a proteção e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos.

Rui Vieira de Castro

Reitor



II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO



1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares de atividade da UMinho. Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade, o qual favorece o seu progresso económico, social e cultural, decorrente da aplicabilidade do conhecimento científico obtido nas atividades de ensino e investigação.

Decorrente do anteriormente exposto, o Grupo Público UMinho é constituído pela entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, tal como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho

Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2021	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
ENTIDADE-MÃE			
UMinho	—	SNC-AP	—
ENTIDADES CONTROLADAS			
SASUM	100,00	SNC-AP	Cons. Integral
ACMP5	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
B'ACIS	90,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
APsi	80,00	NCRF-ESNL	Cons. Integral
CVR	1,18	SNC	Cons. Integral
TecMinho	12,50	NCRF-ESNL	Cons. Integral
ENTIDADES ASSOCIADAS			
BLCS	50,00	SNC-AP	MEP
IC	50,00	SNC-AP	MEP
2CA-Braga	50,00	NCRF-ESNL	MEP
CCG	49,42	NCRF-ESNL	MEP
IDEGUI	34,09	NCRF-ESNL	MEP
CCVG	33,33	NCRF-ESNL	MEP
CS	33,33	NCRF-ESNL	MEP
PIEP	31,39	NCRF-ESNL	MEP
IDITE-Minho	25,45	NCRF-ESNL	MEP
CEJUR	25,00	NCRF-ESNL	MEP
CeNTI	19,05	NCRF-ESNL	MEP
OUTRAS PARTICIPADAS			
SPINPARK	14,29	—	Custo
BLC3	14,29	—	Custo
AVEPARK	10,61	—	Custo
IGAP	9,09	—	Custo
TECMEAT	8,33	—	Custo
B2E	7,69	—	Custo
Lab2Pt	8,33	—	Custo
DTX	7,58	—	Custo
CECoLab	7,14	—	Custo
ProChild CoLab	6,67	—	Custo
AFTEBI	6,35	—	Custo
INESC TEC	5,26	—	Custo
Colab4food	4,62	—	Custo
BIOREF	5,00	—	Custo
BUILT CoLAB	5,00	—	Custo
Fund. CEER	3,57	—	Custo
ISPG	3,34	—	Custo
APCTP	2,94	—	Custo
AEDOAVE	2,00	—	Custo
INTEGRALAR	0,86	—	Custo
TICE.PT	1,19	—	Custo
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00	—	Custo
OPEN	0,98	—	Custo



Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2021	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
POOL-NET	0,98	—	Custo
VARD 2015	0,57	—	Custo
ADRAVE	0,44	—	Custo
CITEVE	0,15	—	Custo
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08	—	Custo
Fundação Portugal África	0,06	—	Custo
ADVID	<20	—	Custo
4LIFELAB	0,11	—	Custo
L.C.S.D – Associação Data Colab	0,05	—	Custo

Da análise da Tabela 1 conclui-se que o Grupo Público UMinho é composto por 50 entidades, comprovando-se a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa salientar que apenas 17 daquelas entidades fazem parte do perímetro de consolidação. Assim,

- nos casos em que a percentagem de controlo da UMinho é superior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de consolidação integral;
- nas situações em que a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, as entidades foram integradas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

No que respeita à entidade Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI), apesar da percentagem de controlo da UMinho ser inferior a 20%, esta foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, uma vez que da leitura dos seus estatutos verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, em virtude dos seus órgãos sociais serem constituídos por membros da UMinho.

Já no que diz respeito às entidades Centro para a Valorização de Resíduos (CVR) e Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho), estas foram incluídas no perímetro de consolidação como entidades controladas pela UMinho pois, apesar dos direitos de voto serem inferiores a 50%, a UMinho detém o controlo destas entidades por via dos elementos que constituem os seus órgãos sociais.

Em relação ao Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho (IDITE Minho), em virtude deste Instituto se encontrar em processo de liquidação, a participação da UMinho não foi incluída no perímetro de consolidação, tendo sido constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação financeira.

Importa referir que a entidade B'ACIS detém 25% da entidade Icgognitus4all – It Solutions, Lda, pelo que a participação desta entidade se encontra reconhecida ao MEP nas suas contas separadas. Consequentemente, a entidade-mãe do Grupo Público UMinho detém indiretamente 22,50% da entidade Icgognitus4all – It Solutions, Lda.

Quanto às restantes entidades, uma vez que a percentagem de controlo da UMinho é inferior a 20%, a participação financeira detida foi mensurada ao custo de aquisição.

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2021, por cada uma das 17 entidades incluídas no perímetro de consolidação.

1.2.1. Universidade do Minho

A Universidade do Minho representa 88% do património do Grupo Público UMinho, do qual é a entidade-mãe. Este facto justifica o destaque particular neste Relatório dado ao que foram as atividades do estabelecimento de ensino, respigando-se alguns dos aspetos essenciais do Relatório de Atividades e Contas Separadas, submetido em 31 de março de 2022.

O Plano de Atividades da Universidade do Minho para 2021 (www.uminho.pt) foi estruturado em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização definidos em função dos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e das áreas de ação que enquadram aquela missão – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos campi e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira.

O Plano de Atividades incluía também um conjunto de projetos institucionais transversais, envolvendo o desenvolvimento de estruturas de apoio à investigação, designadamente o *Tissues Engineering and Regenerative Medicine* (TERM) *Research Hub*, o Centro de Computação Avançada, o MIRRI – Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbiano, à atividade institucional, caso do Centro de Audiovisual e Multimédia e do Polo de Investigação da UMinho em Vila Nova de Famalicão, bem como o apoio à criação de laboratórios colaborativos e o desenvolvimento de projetos especiais de interação com a indústria.



Para a Universidade do Minho, o ano de 2021, como se assinala na Mensagem do Reitor, ficou marcado pelo impacto da pandemia de Covid-19 que, à semelhança do ano anterior, penalizou fortemente a atividade da Universidade, não apenas no plano interno, mas também no plano externo, dado o impacto transversal da pandemia em todos os setores da atividade no País e também nas atividades de internacionalização da Universidade.

Foi, deste ponto de vista, mais um ano particularmente exigente, nas dimensões da educação, da investigação e da interação com a sociedade, bem como no plano financeiro.

No entanto, neste período particularmente difícil, a Universidade prosseguiu a educação superior dos seus estudantes, continuou a atividade de investigação, garantiu a concretização de diferentes modalidades de interação com a sociedade e, em paralelo, foi capaz de desenvolver iniciativas de apoio à população e às entidades do sistema de saúde.

Apresentam-se, de seguida, alguns dos aspetos principais da atividade da Universidade.

A UMinho ultrapassou no final do ano transato, pela primeira vez, os 20 000 estudantes, crescendo cerca de 450 estudantes relativamente ao ano anterior; em 31 de dezembro encontravam-se 20 066 estudantes inscritos em curso conferentes de grau, entre os quais 2 181 estudantes estrangeiros.

Em 2020-21, a UMinho colocou 3 049 vagas no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, tendo preenchido 96,7% dessas vagas na 1ª fase do concurso.

No ano letivo em causa, a Universidade teve em funcionamento 55 cursos de licenciatura, 2 mestrados integrados, 125 mestrados e 59 doutoramentos; as alterações relativas ao ano anterior relacionaram-se essencialmente com o fim dos mestrados integrados nas áreas de engenharia e psicologia, legalmente determinado. Em 2021, a UMinho graduou 4 955 estudantes, 1 295 dos quais com o grau de mestre ou doutor.

A Universidade criou no ano transato condições para uma reorientação da sua oferta educativa. A candidatura apresentada em 2021 aos programas Impulsos, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitiu à Universidade obter um financiamento da ordem dos 13,5 M€, visando o desenvolvimento de programas educacionais compostos por formações de curta duração, dirigidas a públicos adultos, num total de 112 cursos de pós-graduação, e também o desenvolvimento de duas novas licenciaturas, em engenharia aeroespacial e ciência de dados; o financiamento atribuído será ainda aplicado na renovação das infraestruturas pedagógicas, físicas e tecnológicas.

No eixo de missão da Educação, a Universidade desenvolveu, ao longo de 2021, iniciativas de apoio aos estudantes, designadamente:

- A consolidação e diversificação de novas práticas de acolhimento aos novos estudantes, bem como iniciativas orientadas para estudantes do ensino secundário, incluindo a Universidade de Portas Abertas (UPA) e o Melhor Estudante na UMinho;
- O suporte aos percursos académicos e à transição para o contexto de trabalho, incluindo iniciativas como a START POINT, em colaboração com a Associação Académica, e os projetos Tutorias por Pares e Mentorias UMinho;
- O acompanhamento dos estudantes com necessidades educativas especiais e o desenvolvimento de iniciativas orientadas para a promoção da inclusão de todos os estudantes.

O Colégio Doutor da UMinho, como estrutura orientada para o apoio à formação doutoral e aos percursos dos estudantes, consolidou-se através de um diversificado conjunto de iniciativas orientadas para os estudantes de doutoramento e os seus supervisores.

Foram desenvolvidas várias iniciativas orientadas para o fortalecimento da inovação e desenvolvimento pedagógicos na Universidade, a que a participação em redes e iniciativas nacionais e internacionais, por exemplo, a *European University Association (EUA)* vem conferindo solidez adicional. A transição pedagógica que a Universidade vem realizando tem envolvido ativamente os estudantes de todos os ciclos de estudos e suscita cada vez maior atenção aos diferentes níveis da Universidade.

Continuámos a distinguir a qualidade académica dos nossos estudantes de licenciatura e mestrado integrado com diplomas e bolsas, atribuídas, no ano passado, a 158 estudantes.

No âmbito da investigação, em 2021, a UMinho teve aprovados 150 novos projetos de investigação, dos quais 22 projetos europeus e 14 projetos internacionais. A estes projetos correspondeu um financiamento global de 36,5 M€; a Universidade tem hoje em curso 642 projetos, com um orçamento global de cerca de 171 M€.

Estes projetos são desenvolvidos por corpo de docentes e investigadores, que incluía, no final de 2021, cerca de 375 investigadores contratados, 350 bolseiros e 519 bolseiros de doutoramento.

Em 2021, cerca de 50% das publicações científicas indexadas na *Web of Science* foram realizadas no quadro de colaborações com investigadores estrangeiros; a UMinho teve na lista dos *Highly Cited Researchers (Clarivate*



Analytics) dois investigadores. A sistematização da atividade científica da UMinho foi prosseguida, com a publicação *Research and Innovation*. 2019 (<https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/book/31>).

Na sequência do concurso lançado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a UMinho passou a participar em 9 Laboratórios Associados (LA), dos 40 hoje acreditados no país, estando agora representada em LA de ciências exatas, engenharia, ciências da vida e da saúde, ciências naturais e do ambiente, ciências sociais e humanidades.

Visando possibilitar aos estudantes dos cursos de formação inicial uma oportunidade de aproximação a contextos reais de investigação científica e de inserção em equipas de investigação, foi lançada a segunda edição do Prémio de Iniciação à Investigação Científica.

A UMinho manteve a sua participação em importantes projetos europeus no domínio da ciência aberta, como o *OpenAIRE Advance*, o Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal e o *Open Access Policy Alignment Strategies for European Union Research*, e promoveu eventos internacionais relevantes como a Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta.

No plano da inovação, a UMinho liderou os principais requerentes de patentes em Portugal, de acordo com o “Barómetro Inventiva - Patentes *Made in Portugal* 2021”, afirmando o seu papel como instituição motora de inovação no país. O estudo da Agência Nacional de Inovação sobre redes e dinâmicas de transferência de conhecimento em Portugal, que identificou a UMinho como instituição com o maior número de laços com centros tecnológicos e interfaces em Portugal, colocou a UMinho a liderar também, entre os centros de saber, o nível de investimento no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e Portugal 2020.

A UMinho e a Bosch apresentaram, em Braga, em novembro, os resultados da 3ª fase de execução daquela que é a maior parceria de inovação no país nos domínios da mobilidade do futuro e transformação digital da indústria, numa sessão que contou com a presença do Primeiro-Ministro António Costa. Os projetos correspondentes a esta fase supuseram 90 M€ de investimento global (29 M€ de investimento da UMinho), traduziram-se em 33 patentes, envolveram 500 pessoas da Bosch e da UMinho, e requereram a contratação de 350 novas pessoas. A participação em grandes projetos de inovação conheceu novos desenvolvimentos com o início de projetos em parceria com as empresas Continental e SONAE.

A Universidade continuou a participar ativamente no Centro de Computação Avançada do Minho, que receberá o novo supercomputador português. A Comissária Europeia Mariya Gabriel visitou a UMinho, em junho de 2021, para se inteirar do andamento do projeto, que vai contribuir em larga medida para a capacitação do sistema científico e tecnológico português. O supercomputador será instalado provisoriamente no campus de Azurém.

Em 2021, a UMinho passou a integrar dois novos laboratórios colaborativos, o Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados e o Laboratório Colaborativo em Conhecimento e Tecnologia para uma Saúde Melhor, reforçando a sua articulação com o tecido socioeconómico; no final de 2021, eram 11 as entidades deste género em que a Universidade participava.

Ao nível da interação com a sociedade, a Universidade prosseguiu a sua intensa atividade cultural. Merecem particular destaque as exposições “O Silêncio da Terra”, a partir do riquíssimo espólio da Diamang que foi doado à Universidade do Minho, e “Braga no tempo de André Soares. 300 anos do nascimento do arquiteto riscador”, ambas realizadas na Galeria do Paço.

A colaboração entre a UMinho e os municípios tem revestido particular relevância, como decorre dos projetos de intervenção social que envolvem a Associação de Psicologia, o Laboratório Colaborativo ProChild - Colab Contra a Pobreza e a Exclusão Social e o Município de Guimarães, dos projetos de recuperação de património, do Teatro Jordão e Garagem Avenida, em Guimarães, e do Convento de S. Francisco de Real, em Braga, da valorização do património arqueológico, na área das Carvalheiras - Braga, de projetos de disseminação da cultura e do conhecimento científico através da rede de Casas do Conhecimento que agrega oito municípios dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

No âmbito da atividade da UMinho Editora, a Universidade promoveu, num vasto programa editorial, a publicação de uma edição ilustrada de “Os Lusíadas”, em colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães e com a Kalandraka Editora. Assinalámos o centenário do nascimento de Victor de Sá com reedição da sua tese de doutoramento “A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820- 1852)”.

As unidades culturais e diferenciadas da UMinho contribuíram para a promoção cultural das pessoas, da região e do país, através de projetos museológicos, expositivos e de intervenção científica e cultural.

No plano do desenvolvimento institucional, foi celebrado um contrato-programa entre a Universidade e a sua Escola de Psicologia, naquilo que representa mais um contributo para uma nova arquitetura organizacional, exigida pelos crescentes níveis de maturidade e progressiva complexidade da atividade das unidades orgânicas.

A Universidade prosseguiu, no período, a qualificação dos seus corpos de trabalhadores. No último ano, foram abertas 23 posições para docentes de carreira, 16 posições para investigadores de carreira, 169 posições a termo resolutivo para investigador, 26 posições por tempo indeterminado para trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão e 56 posições a termo resolutivo para estes trabalhadores.



No final do ano, a Universidade tinha 2 415 trabalhadores, entre os quais 1313 docentes, incluindo, 870 com contrato por tempo indeterminado, 387 investigadores, 9% dos quais com contrato por tempo indeterminado, e 715 trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, dos quais 95% com contrato por tempo indeterminado.

Visando a ultrapassagem de diversas ineficiências administrativas com que a Universidade se confronta, prosseguiu o trabalho de otimização dos processos organizacionais. Esteve em curso o levantamento e o redesenho de processos, encontrando-se em avaliação diversas plataformas de suporte informático (contratação, gestão de RH, gestão académica), cuja aquisição é essencial para suportar novos processos.

Estiveram também em desenvolvimento iniciativas de caracterização dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, necessárias para o desenho dos planos de formação e progressão.

No quadro da promoção da qualidade de vida e do bem-estar nos campi, considerando a igualdade de género como direito fundamental e como desafio constante para as nossas sociedades, a UMinho aprovou o seu Plano para a Igualdade de Género.

No final de 2021, na sequência de episódios relatados de violência sobre mulheres, foi criado, em articulação com a Associação de Psicologia (APsi) da Escola de Psicologia (EP), um serviço especializado de apoio a pessoas que na comunidade universitária sejam vítimas de violência. Foi constituído um Grupo de Missão para a Elaboração de Orientações de Prevenção e Combate ao Assédio na Universidade do Minho, que informarão o desenho, o desenvolvimento e a avaliação da Estratégia da UMinho para a Prevenção e o Combate ao Assédio.

No âmbito da ação social são de relevar, para além da atividade regular no âmbito do alojamento, alimentação e desporto, as seguintes iniciativas no ano de 2021:

- intervenções nas residências universitárias (rede Wi-Fi, mobiliário, iluminação), visando a melhoria das condições de vida dos estudantes;
- iniciativas de promoção de hábitos alimentares saudáveis;
- ações orientadas para o aumento da quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem e valorização;
- arranque do programa de digitalização de todos os serviços prestados à comunidade académica.

No âmbito da competição desportiva universitária, área em que os SASUM coordenam, os estudantes-atletas da UMinho venceram, pela primeira vez, o Troféu Universitário de Clubes, nas Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários, realizadas na Covilhã e no Fundão.

Ao nível das infraestruturas, consolidou-se a instalação de um novo polo da UMinho, no edifício do Centro de Investigação, Inovação e Ensino Superior, em Vila Nova de Famalicão. Prosseguiu o projeto de instalação do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha, na Estação Radionaval de Apúlia, tendo sido aberto, pela Câmara Municipal, o concurso público para a elaboração do projeto de conceção. Foram concluídas as obras de instalação do MIRRI, dos laboratórios pedagógicos da Escola de Enfermagem, em Gualtar, e da Sala André Cruz Carvalho, um modelo de Aprendizagem Ativa. Teve continuidade a construção do edifício do TERM Research Hub – Instituto Cidade de Guimarães de Materiais Biomédicos Avançados, que acolherá atividade do Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos. Foram também iniciadas as obras conducentes à instalação do Centro Audiovisual e Multimédia da Universidade do Minho.

A Câmara Municipal de Braga adjudicou as empreitadas de conservação, valorização e promoção do Convento de S. Francisco, em Real, um projeto com que a UMinho esteve sempre muito comprometida, tendo-lhe cabido a elaboração do projeto e a realização de obras de sustentação, e que acolherá a Unidade de Arqueologia. Foram lançados os concursos de conceção do UMinho *Digital Clinical Centre* e do *Minho Advanced Computing Centre (MACC)*, no AvePark, nas Taipas. O edifício da Nova Sede da Associação Académica da Universidade do Minho, em Gualtar, foi objeto de decisões que deverão, agora, acelerar o processo da sua construção.

Ao longo do ano, os Serviços de Gestão dos Campi e Infraestruturas estiveram particularmente ativos na concretização de medidas de mitigação e controlo da propagação do SARS-Cov-2.

A vida institucional conheceu eventos importantes.

Em março, foi eleito um novo Conselho Geral da Universidade, órgão máximo de governo e decisão estratégica da UMinho, que passou a ter como Presidente a Dra. Joana Marques Vidal.

Em setembro, por proposta do Reitor, acolhida por uma muito expressiva maioria de membros do Conselho Geral, o Conselho Geral aprovou a manutenção da UMinho como fundação pública com regime de direito privado.

Em outubro, tiveram lugar as eleições para Reitor da UMinho. Em 29 de novembro, Rui Vieira de Castro foi empossado como Reitor da Universidade, sendo a Equipa Reitoral composta pelos vice-reitores Eugénio Campos Ferreira, Filomena Soares, Joana Aguiar e Silva e Luís Amaral e pelos pró-reitores Sandra Paiva, Manuel João Costa, Guilherme Pereira, Teresa Ruão e José Fernandes.



Ainda em novembro, foi eleita a primeira presidência da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho.

O ano de 2021 foi muito rico, apesar das dificuldades com que a UMinho se confrontou. Globalmente a Universidade manteve elevados níveis de desempenho, que foram externamente reconhecidos.

A UMinho volta a figurar na posição 400-500 entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, na avaliação do *Academic Ranking of World Universities 2021*, o mais prestigiado dos rankings internacionais. O “*UI GreenMetric World University Rankings 2021*”, que avalia a sustentabilidade ambiental de 956 universidades de 80 países, colocou a UMinho na 3ª posição entre as Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas e na 88ª posição global.

A UMinho conseguiu a certificação platina no programa *Healthy Campus* da Federação Internacional do Desporto Universitário, que procura destacar as melhores práticas nos domínios da promoção do bem-estar e da qualidade de vida nos campi universitários.

Em 2021, a Universidade participou ativamente em redes europeias de universidades, designadamente a *European University Association*, o Grupo Compostela de Universidades, o Grupo *Santander* de Universidades e a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e a sustentabilidade financeiras.

No que diz respeito ao desempenho orçamental importa destacar que o orçamento inicial da UMinho em 2021 cifrou-se nos 162,9 M€, representando um aumento de cerca de 7,30% face ao ano de 2020, justificado, essencialmente, por uma alteração no reconhecimento da previsão de transferências de parceiros.

Já no que diz respeito ao desempenho económico-financeiro é de assinalar a diminuição do resultado líquido do período (RLP) em aproximadamente 1,2 M€, decorrente principalmente do aumento de gastos com o pessoal, do reforço das provisões e da diminuição das transferências e subsídios obtidos.

Importa ainda destacar em 2021 a continuidade na implementação da contabilidade de gestão na UMinho, a qual é indispensável à produção de informação relevante, por forma a satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes sobre os rendimentos, gastos e resultados.

As demonstrações financeiras separadas da UMinho foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Na tabela infra apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho, nos últimos dois anos, e respetiva variação.

Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	176 214 566,26	174 478 496,63	1 736 069,63
	Total do Passivo	49 762 877,13	46 837 137,65	2 925 739,48
	Total do Património Líquido	126 451 689,13	127 641 358,98	-1 189 669,85
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	146 490 149,42	148 683 876,72	-2 193 727,30
	Total de Gastos	147 575 345,09	148 605 933,45	-1 030 588,36
	Resultado Líquido do Período	-1 085 195,67	77 943,27	-1 163 138,94
Indicadores	Autonomia Financeira	71,76%	73,16%	-1,40 p.p
	Solvabilidade	254,11%	272,52%	-18,41 p.p
	Liquidez Geral	101,03%	96,22%	4,81 p.p
	Rentabilidade Património Líquido	-0,86%	0,06%	-0,92 p.p

Da análise da Tabela 2 conclui-se que, em 31 de dezembro de 2021, se verifica uma variação positiva no passivo da UMinho, em relação ao período homólogo, na ordem dos 2,9 M€, justificada, essencialmente, pelo aumento nas rubricas de provisões, de fornecedores e de outras contas a pagar.

A variação negativa registada no RLP, no montante de 1,2 M€, justifica-se essencialmente por um aumento dos gastos com o pessoal, do reforço das provisões e da diminuição das transferências e subsídios obtidos.

Ao nível dos indicadores, é de realçar a variação negativa de 18,41 p.p. da solvabilidade, justificada pela redução do património líquido e pelo aumento do passivo, particularmente na rubrica de provisões, de fornecedores e outras contas a pagar.

1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, os quais gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de



serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que é possibilitada a participação dos estudantes nas atividades dos SASUM, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 10 residências universitárias - 6 em Braga e 4 em Guimarães - com uma capacidade de alojamento global de 1.399 camas, tendo-se verificado, nos últimos 5 anos letivos, taxas de ocupação superiores a 99%. No que diz respeito a refeições, durante o ano de 2021 foram servidas um total de 315.588 (subsidiadas e não subsidiadas), o que, face ao período homólogo, representa um aumento de 58.018 refeições.

Decorrente dos constrangimentos provocados pela COVID-19, a atividade do setor do desporto dos SASUM foi profundamente afetada ao longo do ano de 2021. Apesar dos diversos impedimentos à atividade, os SASUM prosseguiram a sua missão de promoção da prática desportiva, através da divulgação diária de planos de treino funcional, aulas de fitness, acompanhamento personalizado, dicas de nutrição e ginástica laboral, num total de mais de 500 publicações e de mais de 200 aulas disponibilizadas nas redes sociais. Importa realçar os resultados, no âmbito da competição universitária, no plano nacional, com a conquista de um total de 33 medalhas nos campeonatos nacionais universitários: 12 medalhas de ouro, 11 medalhas de prata e 10 medalhas de bronze.

Relativamente às atividades realizadas em 2021, destacam-se as seguintes:

- Potenciar parcerias estratégicas no âmbito do consórcio UNorte.pt e Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação da UMinho, para a modernização e afirmação dos serviços prestados, tendo iniciativas de projetos europeus, nomeadamente do CO3+ (Capacitação Organizacional dos 3 SAS), *Cognitive* CMMS e POCER (Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos);
- Reforçar a identidade interna, através de diversas iniciativas tais como o programa de formação no período de confinamento direcionado aos trabalhadores, o programa de pausas úteis e de ginástica laboral e o programa de apoio informático a estudantes;
- Reforçar a competitividade dos produtos e serviços prestados, relevando o investimento, como por exemplo, na área da sustentabilidade através da promoção da responsabilidade social na comunidade envolvente, a eliminação de plásticos descartáveis de todas as unidades alimentares e a promoção da economia circular e na área do alojamento com a melhoria da rede de Wi-Fi nas residências universitárias de forma a aumentar a sua largura de banda e a força do sinal.

A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e desempenho financeiro dos SASUM entre os anos de 2020 e de 2021.

Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	17 228 880,26	17 865 963,48	-637 083,22
	Total do Passivo	1 272 400,58	760 093,74	512 306,84
	Total do Património Líquido	15 956 479,68	17 105 869,74	-1 149 390,06
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	6 493 978,63	5 843 000,11	650 978,52
	Total de Gastos	7 328 419,89	7 071 848,82	256 571,07
	Resultado Líquido do Período	-834 441,06	-1 228 848,71	394 407,65
Indicadores	Autonomia Financeira	92,61%	95,75%	-3,13 p.p
	Solvabilidade	1254,05%	2250,49%	-996,45 p.p
	Liquidez Geral	130,17%	239,13%	-108,95 p.p
	Rentabilidade do Património Líquido	-5,23%	-7,18%	1,95 p.p

Da análise da Tabela 3, verifica-se uma diminuição significativa, tanto ao nível da posição financeira, como do desempenho financeiro dos SASUM, traduzida através dos indicadores.

No ano de 2021, o ativo sofreu uma diminuição, em 637,1 k€, devido essencialmente à rubrica de depósitos à ordem, e o passivo aumentou em 512,3 k€, justificado, em grande parte, pelo aumento das dívidas aos fornecedores. Quanto à diminuição no património líquido, no montante de 1,1 M€, esta deve-se essencialmente ao efeito do resultado líquido do período negativo no montante de 834,4 k€.

O RLP é justificado, essencialmente, pelo aumento dos gastos com os fornecimentos e serviços externos e com o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

No que concerne à análise dos principais indicadores, importa salientar a variação negativa da solvabilidade e da liquidez geral, o que se traduz numa diminuição da capacidade de solver e liquidar os seus compromissos no médio e curto prazo.



1.2.3. Associação Centro de Medicina P5

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5) é uma organização sem fins lucrativos, resultado de uma parceria entre a UMinho, através da sua Escola de Medicina, e os *Alumni* Medicina (Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho), e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades orientadas para a promoção da saúde pública, através do recurso a novas tecnologias. Apesar da sua atividade apenas ter sido iniciada a 6 de fevereiro de 2019, a sua constituição remonta a 29 de dezembro de 2018.

No ano de 2021, a ACMP5 dedicou-se à melhoria contínua dos serviços que asseguram o bom funcionamento das atividades. Relativamente à prestação de serviços clínicos e promoção de saúde, com o objetivo de assegurar o acesso a serviços clínicos via P5 aos cidadãos do concelho de Guimarães, foi iniciado um novo protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães.

Ao longo do período, no âmbito da resposta à pandemia por SARS-CoV-2 foram realizadas várias candidaturas a diferentes concursos, e deu-se início à preparação da candidatura relativa ao PRR, em conjunto com outros parceiros.

Durante o ano de 2021, destaca-se a colaboração com a Fundação José Neves no desenvolvimento dos conteúdos da aplicação móvel 29k.

Os principais indicadores da atividade da ACMP5 dos últimos 2 anos são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	285 811,23	191 963,71	93 847,52
	Total do Passivo	116 411,70	102 040,40	14 371,30
	Total dos Fundos Patrimoniais	169 399,53	89 923,31	79 476,22
Desempenho Financeiro	Rendimentos	470 707,93	387 344,10	83 363,83
	Gastos	391 231,71	310 782,87	80 448,84
	Resultado Líquido do Período	79 476,22	76 561,23	2 914,99
Indicadores	Autonomia Financeira	59,27%	46,84%	12,43 p.p
	Solvabilidade	145,52%	88,13%	57,39 p.p
	Liquidez Geral	238,32%	181,41%	56,91 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	46,92%	85,14%	-38,22 p.p

Da análise da Tabela 4 importa referir que a posição financeira da ACMP5 melhorou, sendo de realçar o aumento do ativo, em cerca de 93,8 k€, quando comparado com o ano transato, o qual se deve, essencialmente, ao aumento verificado nas rubricas de clientes, diferimentos e caixa e depósitos bancários.

A ACMP5 atingiu um resultado líquido no montante de 79,5 k€, resultado de um aumento dos serviços prestados que atingiram um montante de 397 k€. De salientar que os gastos com o pessoal, sofreram um aumento de 100,1 k€, justificado pelo aumento com os encargos com novos colaboradores.

Por último, e em relação aos indicadores apresentados, com a exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais, que apresenta uma variação negativa, todos os restantes indicadores apresentam variações positivas, devido ao aumento do capital próprio. Finalmente, destaca-se ainda que a ACMP5 consegue financiar mais de metade (59,27%) da sua atividade através de recursos próprios, devido ao aumento verificado do capital próprio.

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga

A Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga (B'ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Esta Associação tem por missão o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-tecnológicas, no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

A B'ACIS desenvolve atividade em três unidades de negócio, nomeadamente na prestação de serviços de I&D, na inovação e na formação científica avançada.

No ano de 2021, a B'ACIS contribuiu para a criação de uma indústria nas áreas da biomedicina e da medicina digital com um forte impacto na economia da região e do país.

Neste contexto, e a título de exemplo, durante o ano de 2021, a B'ACIS:

- Prestou serviços de alojamento de biotério e de validação, para uma empresa biotecnológica portuguesa, de kits comerciais de deteção do SARS-CoV-2, por RT-PCR;



- Submeteu a registo 5 novos patentes, sendo dois pedidos provisórios que, se enquadram na colaboração com a empresa Karl Storz, um modelo de utilidade e dois pedidos PCT, que permitiram uma exploração mais alargada dos resultados de investigação;
- Em 2021, para além das *spin-offs* já constituídas, associaram-se as empresas IplexMed, em parceria com o *International Iberian Nanotechnology Laboratory*, e as empresas BestHealth4You e a TellSpec/Preemie System.
- Organizou 7 cursos de formação avançada, representando um aumento do número de cursos relativamente ao ano anterior.

A tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros, respeitantes à atividade da B'ACIS, nos dois últimos anos de atividade.

Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	212 361,45	205 911,63	6 449,82
	Total do Passivo	56 586,93	74 339,30	-17 752,37
	Total dos Fundos Patrimoniais	155 774,52	131 572,33	24 202,19
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	263 431,48	234 088,31	29 343,17
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	239 552,01	162 362,16	77 189,85
	Resultado Líquido do Período	23 879,47	71 726,15	-47 846,68
Indicadores	Autonomia Financeira	73,35%	63,90%	9,46 p.p
	Solvabilidade	275,28%	176,99%	98,29 p.p
	Liquidez Geral	330,35%	237,78%	92,57 p.p
	Rentabilidade dos Fundos patrimoniais	15,33%	54,51%	-39,19 p.p

No que diz respeito à Tabela 5, importa destacar que a posição financeira melhorou em 2021, verificando-se uma variação negativa generalizada das rubricas do passivo em 17,8 k€, e uma variação positiva do ativo, o qual ascendeu ao montante de 212,3 k€.

Ao nível do desempenho financeiro, apesar do aumento da estrutura de rendimentos justificada, pelo serviços prestados que, em 2021, atingiram o montante de 213,5 k€ (81% do total de rendimentos), salienta-se a variação negativa do resultado líquido do período (47,8 k€) derivada, essencialmente, do aumento de fornecimentos e serviços externos.

Por fim, destacam-se as variações positivas registadas nos indicadores de liquidez geral e de solvabilidade (92,57 p.p e 98,29 p.p., respetivamente), as quais decorrem da diminuição generalizada das rubricas do passivo, pelo que a entidade consegue liquidar todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho

A APsi, constituída em 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da EP e dos SASUM, garantindo o desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade, através da prestação de serviços da área de psicologia, com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades locais e institucionais (municípios e outras associações).

Assim, a APsi tem-se destacado na aprovação, promoção, coordenação e apoio a projetos de interação com a sociedade no domínio da Psicologia e domínios afins, de acordo com os princípios e objetivos da EP; a disseminação e divulgação dos resultados das atividades de investigação e de produção do conhecimento de modo a promover uma intervenção psicológica de base científica; promover atividades de formação, difusão e desenvolvimento nos diferentes domínios da Psicologia; a prestação de serviços quer à comunidade académica quer à sociedade em geral; a promoção de intercâmbio de ideias e experiências entre os associados e entre estes e o conjunto da comunidade científica, no sentido de incrementar o conhecimento da psicologia e de salientar a sua importância nos domínios da investigação científica; promoção e patrocínio da edição de publicações conformes aos objetivos da APSI-UM e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e relevância da psicologia.

As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos encontram-se evidenciadas na Tabela 6.



Tabela 6 - Indicadores APsi, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	75 105,85	99 970,30	-24 864,45
	Total do Passivo	21 226,45	47 442,54	-26 216,09
	Total dos Fundos Próprios	53 879,40	52 527,76	1 351,64
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	271 060,10	153 200,31	117 859,79
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	269 708,46	153 438,64	116 269,82
	Resultado Líquido do Período	1 351,64	-238,33	1 589,97
Indicadores	Autonomia Financeira	71,74%	52,54%	19,19 p.p
	Solvabilidade	253,83%	110,71%	143,12 p.p
	Liquidez Geral	325,70%	196,26%	129,44% p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	2,51%	-0,45%	2,96% p.p

Conforme se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2021, a posição financeira da APsi registou uma diminuição do passivo no montante de 26,2 k€, bem como a diminuição do ativo, em cerca de 24,9 k€, relativamente ao período homólogo. As razões subjacentes a estas variações decorrem essencialmente das alterações verificadas nas rúbricas de diferimentos e de créditos a receber, respetivamente.

Ao nível do desempenho, destaca-se o aumento do resultado líquido em 1,5 k€, comparativamente ao período homólogo, fruto do aumento das vendas e serviços prestados (92,8 k€) e dos subsídios à exploração (25,1 k€).

Relativamente aos indicadores, todos apresentam variações positivas, devido à diminuição verificada no passivo. Importa referir que os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de liquidez geral, apresentam-se bastante positivos, uma vez que a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, assim como financiar mais de metade da sua atividade através de recursos próprios.

1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos

O CVR, em atividade desde 2002, centrou a sua atividade, durante o ano de 2021, na prestação de Serviços Técnicos Laboratoriais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico na área da prevenção, tratamento e valorização de resíduos.

O ano de 2021 foi marcado pela realização do Plano de Ação Estratégico (PAE-CVR) 2018-2021 do CVR, que consiste em dois projetos estruturantes, o CVR- Financiamento Base e o CVR.TechRe4C – *Reinforcing CVR in Ecotoxicity, Sustainability and 4.0 Industry Technologies*, que são unicamente promovidos pelo Centro e que se encontram em curso. O PAE-CVR, mais concretamente, o “EcoCircle CVR: Rumo a uma Economia Circular Eficiente” assenta nos seguintes eixos:

- Na consolidação de meios do CVR em economia circular, cujo âmbito de trabalho foi desenvolvido nas áreas de avaliação do ciclo de vida (ThernFire4Woven), da valorização energética (RDFGAS e MOV BIO), agrícola (Res2ValHum e EcoGreenRoof) e material de resíduos (UMinhoTech, ValorMar, U2SCoffee, GeoDesign, EcoSustainableRail e Renew);
- Na utilização de modelos circulares na economia, promotores de um aumento da eficiência na transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado;
- Na promoção e internacionalização da IDI do CVR; e
- No reforço da Gestão, Marketing e Cooperação Nacional.

Deve ainda ser destacado o reforço das parcerias já anteriormente estabelecidas, de forma a marcar presença nos eventos e grupos de trabalho promovidos no seio do Smart Waste Portugal e do CentroHabitat.

A Tabela 7 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.



Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	3 230 669,50	3 070 506,81	160 162,69
	Total do Passivo	1 622 964,64	1 587 750,86	35 213,78
	Total do Capital Próprio	1 607 704,86	1 482 755,95	124 948,91
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 146 798,53	910 548,52	236 250,01
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	999 938,57	832 965,61	166 972,96
	Resultado Líquido do Período	146 859,96	77 582,91	69 277,05
Indicadores	Autonomia Financeira	49,76%	48,29%	1,47 p.p
	Solvabilidade	99,06%	93,39%	5,67 p.p
	Liquidez Geral	138,87%	144,67%	-5,79 p.p
	Rentabilidade do Capital Próprio	9,13%	5,23%	3,90 p.p

Como se pode aferir da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2021 verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento das rubricas de clientes (123,2 k€).

No que diz respeito ao desempenho financeiro, destaca-se a variação positiva do RLP no montante de 69,3 k€, para a qual muito contribuiu a variação positiva da rubrica de vendas e serviços prestados, no montante de 212 k€.

Ao nível dos indicadores, não se verificam variações relevantes entre os anos de 2020 e de 2021, sendo que todos os rácios se mantêm bastante positivos.

1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho

A TecMinho foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho.

Ao longo do ano de 2021, o Departamento de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo prosseguiu a sua atividade de identificação, promoção e consolidação de iniciativas de valorização dos resultados de investigação da UMinho, através de licenciamento, estabelecimento de parcerias com empresas (desde microempresas a multinacionais) e apoio à criação de novas empresas intensivas em conhecimento.

No que se refere à gestão da propriedade industrial, cabe destacar os resultados da atividade do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial:

- 39 novos pedidos de patente;
- 4 sessões de divulgação de propriedade intelectual; e
- 122 contratos de consórcio analisados.

Na área de comercialização de Ciência e Tecnologia, foram identificadas 20 novas tecnologias/resultados de I&D da UMinho com potencial comercial, bem como foi efetuada a divulgação e *marketing* desses resultados. Identificaram-se, ainda, parceiros empresariais para exploração e negociação e gestão de acordos para a sua transferência. Em 2021, a TecMinho apresentou uma dinâmica relevante na participação em projetos nacionais e internacionais, centralmente geridos pela unidade de comercialização de ciência e tecnologia.

Na área do empreendedorismo, a TecMinho promoveu uma cultura empreendedora na UMinho e apoiou o lançamento de projetos empresariais de base tecnológica e conhecimento intensivo. Para tal promoveu:

- 13 aulas abertas;
- 52 reuniões com 69 empreendedores, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo – StarTecMinho;
- 22 ideias de negócio, no âmbito do Laboratório de Ideias de Negócio;
- 3 novas *spin-offs* da Universidade do Minho criadas.

A ausência de financiamento das atividades de empreendedorismo, aliada a outros fatores, foi um dos motivos da impossibilidade da realização de projetos empresariais apoiados no âmbito do Laboratório de empresas.

O Departamento de Formação Contínua realizou cursos de formação para os indivíduos em geral, sendo que relativamente às empresas e outras entidades, as intervenções foram desenvolvidas através de projetos integrados de formação, contemplando as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores.

As atividades de formação do Departamento de Formação e Desenvolvimento inseriram-se nas seguintes tipologias:

- Formação interempresas;
- Formação intraempresas;
- Formação contínua para quadros superiores;



- Formação à distância;
- Seminários/ *workshops*;
- Projetos de desenvolvimento profissional e organizacional; e
- Projetos de investigação em educação e formação.

Em 2021, a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade, processada via TecMinho, totalizou 115 serviços, o que corresponde a um aumento no volume de atividade desenvolvida, quando comparado com o ano de 2020, no qual foram levados a cabo 88 serviços.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	2 454 498,76	2 420 299,96	34 198,80
	Total do Passivo	1 934 470,62	1 905 101,12	29 369,50
	Total do Capital Próprio	520 028,14	515 198,84	4 829,30
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 729 711,05	2 345 407,12	384 303,93
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 724 881,75	2 636 847,94	88 033,81
	Resultado Líquido do Período	4 829,30	-291 440,82	296 270,12
Indicadores	Autonomia Financeira	21,19%	21,29%	-0,10 p.p
	Solvabilidade	26,88%	27,04%	-0,16 p.p
	Liquidez Geral	118,67%	106,94%	11,73 p.p
	Rentabilidade do Capital Próprio	0,93%	-56,57%	57,50 p.p

Da análise da tabela anterior verificou-se uma melhoria da posição financeira, justificada, essencialmente, pelo aumento da rubrica da caixa e depósitos bancários (162,1 k€) e dos clientes (66,4 k€).

Ao nível do desempenho financeiro verificou-se um aumento tanto dos rendimentos (384,3 k€), como dos gastos (88 k€). Estas variações traduziram-se num resultado líquido positivo de 296,3 k€, justificado, maioritariamente, pelo aumento dos rendimentos associados às prestações de serviços em 451,4 k€, e uma redução do montante reconhecido nos subsídios à exploração em 101,2 k€.

Através da análise dos indicadores conclui-se que o rácio de liquidez geral demonstra que é possível à TecMinho, no curto prazo, liquidar todas as suas dívidas, que o capital próprio da associação apenas consegue solver 26,88% do seu passivo e apenas consegue financiar 21,19% da sua atividade, o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a capitais alheios.

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

O objetivo principal da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) é, nos termos dos seus estatutos, a “prestação de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e prosseguindo as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 17 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

No ano de 2021, a BLCS continuou a manter o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como, de iniciativas culturais e educativas. De modo a consolidar e alargar o seu papel na comunidade, a BLCS promoveu novos programas formativos, educativos e culturais, nomeadamente através da:

- Promoção e animação do livro, da leitura e da escrita;
- Realização de atividades de extensão cultural;
- Manutenção dos acordos e protocolos institucionais; e
- Criação de novas parcerias locais e regionais.

No que diz respeito à atividade da BLCS em 2021 deve ainda ser referido o seguinte:

- Foram disponibilizadas cerca de 468.716 existências bibliográficas inventariadas;
- Foram inseridos 59 objetos digitais na biblioteca digital Aqualibri;



- Ficaram validados e disponíveis 3.472 manuais, no âmbito da 9ª edição da Bolsa Solidária de manuais escolares usados, fruto da rede concelhia de parceiros sociais;
- Registrou um total de 28.840 utilizadores inscritos;
- Realizou 47.185 empréstimos domiciliários; e
- Contabilizou 210.421 entradas/saídas de utilizadores do edifício, 4.194 acessos aos postos informáticos públicos, 215.873 acessos ao portal da biblioteca e 52.074 acessos ao catálogo *on-line*.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	137 669,84	108 877,25	28 792,59
	Total do Passivo	0,00	0,00	0,00
	Total do Património Líquido	137 669,84	108 877,25	28 792,59
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	219 574,75	150 399,08	69 175,67
	Total de Gastos	190 782,16	132 447,00	58 335,16
	Resultado Líquido do Período	28 792,59	17 952,08	10 840,51
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	100,00%	0,00 p.p
	Solvabilidade	-	-	-
	Liquidez Geral	-	-	-
	Rentabilidade do Património Líquido	20,91%	16,49%	4,43 p.p

Da análise da Tabela 9, constata-se uma variação positiva da posição financeira, que poderá ser resumida da seguinte forma:

- Aumento do ativo em cerca de 28,8 k€, justificado, principalmente, pelo aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários, a qual ascendia no final do ano a 162,1 k€;
- Não existência de qualquer montante reconhecido no passivo, à semelhança do ano transato;
- Melhoria do património líquido em cerca de 28,8 k€, devido ao RLP.

Ao nível do desempenho financeiro destaca-se o aumento do RLP, justificado, essencialmente, pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos (68,3 k€).

Quanto aos indicadores, importa referir que a autonomia financeira de 2021 se fixa nos 100%, devido à inexistência de qualquer passivo.

1.2.9. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é uma Unidade Diferenciada da UMinho criada em associação com o *Hanban* – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, tendo iniciado a sua atividade, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006.

Ao longo do ano de 2021, o IC promoveu uma série de atividades didáticas e culturais, especificamente no que se refere ao projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, em articulação com 18 escolas de ensino básico e secundário, privadas e públicas, compreendendo um universo de 562 alunos, distribuídos por 53 turmas em vários níveis de aprendizagem e aprofundamento de chinês. Ainda relacionado com este projeto foram reforçadas duas outras iniciativas de grande importância para o IC, designadamente: a *Confucius Classroom*, no colégio Luso-Internacional do Porto, inaugurado a 22 de novembro de 2019, e o Programa de Intercâmbio “Escolas-Irmãs Portugal-China”.

No quadro daquilo que constitui uma das missões do IC, destaca-se a divulgação da língua e cultura chinesas e a promoção da aproximação entre Portugal e a China, tendo sido novamente realizados, ao longo do ano de 2021, os ciclos de conferências intitulados “Património Cultural Chinês em Portugal” e “Grandes Vultos da Cultura Chinesa”. Adicionalmente, ao longo de 2021, promoveu-se um vasto conjunto de “Oficinas” e “Cursos”, bem como a realização do Exame Oficial de Língua Chinesa – HSK e a realização do Exame Oficial de Oralidade de Língua Chinesa – HSKK.

Durante o ano de 2021, o IC organizou duas edições da exposição “Camilo Pessanha – Um Poeta ao Longe” e três edições da exposição sobre a escrita, intitulada “Ásia – O Império das Escritas”.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, entre os anos de 2020 e 2021.



Tabela 10 - Indicadores IC, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	166 946,87	151 746,44	15 200,43
	Total do Passivo	0,00	0,00	0,00
	Total do Património Líquido	166 946,87	151 746,44	15 200,43
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	87 607,36	84 751,32	2 856,04
	Total de Gastos	71 336,93	61 265,03	10 071,90
	Resultado Líquido do Período	16 270,43	23 486,29	-7 215,86
Indicadores	Autonomia Financeira	100,00%	100,00%	0,00 p.p
	Solvabilidade	-	-	-
	Liquidez Geral	-	-	-
	Rentabilidade do Património Líquido	9,75%	15,48%	-5,73 p.p

Da análise da Tabela 10, relativamente à posição financeira do IC, destaca-se o facto do ano de 2021, continuar sem qualquer montante reconhecido no passivo.

No que diz respeito ao desempenho financeiro, é de realçar a variação negativa do RLP (7,2 k€), justificado essencialmente pela diminuição das prestações de serviços em 18,1 k€, e do aumento dos gastos relacionados com os fornecimentos e serviços externos em 10,1 k€.

Quanto aos indicadores, importa destacar que, em 2021, a autonomia financeira se manteve em 100%, uma vez que o passivo não apresenta qualquer valor.

1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga

O Centro Clínico Académico (2CA-Braga) resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto.

Durante o ano de 2021, prosseguiram os seguintes projetos:

- SmartOs;
- SENTINEL;
- NanoStim;
- SmartHealth4All;
- COUNTED;
- COVID2ndID;
- Masks4Safety;
- SM4S | Safety Materials;
- Sensebreath;
- EHDEN;
- NanoID;
- CR-Digital.

O 2CA-Braga foi incluído no mapeamento das infraestruturas tecnológicas nacionais 2020, devido a uma candidatura ao Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia, de forma a aumentar a sua participação e a integrar projetos nacionais e internacionais de investigação clínica.

Durante o ano de 2021, a equipa do 2CA organizou, como habitualmente, mais uma edição do Programa de Formação em Investigação Clínica que tem por objetivo dotar os formandos de conhecimentos que lhes permitam desenvolver e implementar um projeto de investigação clínica.

O 2CA-Braga, no seu objetivo de promover, incentivar e suportar a qualidade na prática da investigação clínica, a nível nacional e internacional, tem conseguido alcançar uma boa dinâmica de projetos de investigação, sendo que, em dezembro de 2021, se encontravam em execução 185 projetos de investigação clínica. Dos 80 ensaios clínicos aprovados pelo Infarmed a nível nacional, em 2021, 39% tiveram o 2CA-Braga, como centro clínico académico. Este valor torna-se mais significativo nos ensaios de fase 3, em que o 2CA-Braga participou em 57% dos estudos realizados em Portugal.



Relativamente ao aparelho de Ressonância Magnética Nuclear, de preferência 3 Tesla, adquirido em 2018, no ano de 2021 verificou-se um aumento da sua produtividade, tendo sido realizados um total 4.659 RMNs, tanto no âmbito da investigação clínica do 2CA-Braga, como pela atividade de prática clínica do Hospital de Braga.

A Tabela 11 demonstra a evolução da atividade do 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores de sua posição e do seu desempenho financeiro.

Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros

Principais Indicadores		2021	2020 Reexpresso	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	3 289 797,81	2 693 915,84	595 881,97
	Total do Passivo	2 571 631,73	2 095 729,50	475 902,23
	Total dos Fundos Patrimoniais	718 166,08	598 186,34	119 979,74
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 746 351,17	1 296 177,35	450 173,82
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	1 629 635,65	1 262 692,27	366 943,38
	Resultado Líquido do Período	116 715,52	33 485,08	83 230,44
Indicadores	Autonomia Financeira	21,83%	22,21%	-0,37 p.p
	Solvabilidade	27,93%	28,54%	-0,62 p.p
	Liquidez Geral	108,43%	105,74%	2,69 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	16,25%	5,60%	10,65 p.p

Da análise da tabela conclui-se que a posição financeira do 2CA-Braga evoluiu positivamente em 2021, uma vez que se verificou um aumento dos fundos patrimoniais, no montante de 120 k€, proporcionado por um aumento da rubrica de outros ativos correntes (919 k€).

No desempenho financeiro verificou-se uma evolução positiva do resultado líquido, na ordem dos 83,2 k€, principalmente, fruto do aumento das prestações de serviços que ascenderam a 242,6 k€. Importa referir que o aumento dos gastos é justificado, fundamentalmente, pelo aumento verificado na rubrica dos gastos com o pessoal que no final do ano se cifraram em 237,2 k€.

Relativamente aos indicadores apresentados, destaca-se a melhoria verificada no rácio liquidez geral, o qual se situa acima dos 100%, decorrente da melhoria verificada nos fundos patrimoniais. Por sua vez, o rácio de autonomia financeira indica que a atividade do 2CA-Braga é financiada com recurso a fundos próprios, em 21,83% o que demonstra uma excessiva dependência da entidade em relação a terceiros.

1.2.11. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica (CCG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico, responsável por desenvolver e fomentar processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

O ano de 2021 foi muito promissor em várias vertentes, mas com realce para as seguintes candidaturas/ propostas:

- Submissão das propostas de prestação de serviços, no âmbito das candidaturas BOSCH Car Multimédia e Universidade do Minho;
- Submissão e aprovação da candidatura PRODUTECH DIH (1º lugar a nível nacional) a Polo de Inovação Digital, onde o CCG/ZGDV é co-coordenador da área “Testar antes de Investir”; e
- Submissão da 1º fase das Agendas Mobilizadoras.

Relativamente à atividade *core* do CCG/ZGDV, destaca-se o desenvolvimento dos projetos “Programa Mobilizadores” nos setores da indústria têxtil, da indústria do calçado, dois projetos na indústria automóvel, da indústria transformadora e cidades inteligentes.

Em 2021, ocorreu uma execução intensa do projeto de remodelação e modernização da infraestrutura CCG/ZGDV, destacando-se o seguinte: o sistema de AVAC foi trocado por um sistema mais eficiente; foram alterados os dispositivos multimédia de todas as salas de reunião; foram efetuadas obras de melhoria do piso dos *open spaces* e gabinetes do CCG/ZGDV; foi atualizado o antigo *cluster (data center)* do CCG/ZGDV; foi adquirido um novo sistema de firewall, redundante, do tipo *next generation*, de forma a aumentar a capacidade de detetar e evitar ataques aos serviços do CCG/ZGDV e a criação de espaços de convívio e curtas reuniões no *hall* de entrada e *hall* do 1º piso para os colaboradores e visitantes.

Na tabela seguinte são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.



Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	11 161 108,35	10 618 057,63	543 050,72
	Total do Passivo	935 972,39	1 274 397,02	-338 424,63
	Total dos Fundos Próprios	10 225 135,96	9 343 660,61	881 475,35
Desempenho Financeiro	Rendimentos	2 948 936,98	2 445 910,20	503 026,78
	Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 727 950,05	2 307 118,41	420 831,64
	Resultado Líquido do Período	220 986,93	138 791,79	82 195,14
Indicadores	Autonomia Financeira	91,61%	88,00%	3,62 p.p
	Solvabilidade	1092,46%	733,18%	359,28 p.p
	Liquidez Geral	807,51%	542,66%	264,86 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Próprios	2,16%	1,49%	0,68 p.p

Como se observa da análise da tabela anterior, a 31 de dezembro de 2021 o total do ativo do CCG registou uma variação positiva de cerca de 543,1 k€ face a 31 de dezembro de 2020. Esta variação justifica-se essencialmente pelo aumento da rubrica de outros créditos a receber, no montante de 274,2 k€. A variação positiva verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 881,5 k€, deve-se, especialmente, ao aumento da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial proveniente do reconhecimento, no período de 2021, de subsídios ao investimento.

Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se o aumento verificado nos rendimentos, no montante de 503 k€, derivado, essencialmente, do aumento de outros rendimentos (388 k€). Por sua vez, o aumento dos gastos em 420,8 k€ está, essencialmente, relacionado com as depreciações e amortizações reconhecidas no período. Estas variações traduziram-se num RLP positivo, em cerca de 221 k€.

Em resultado do anteriormente exposto, como se verificou uma melhoria tanto da posição como do desempenho financeiro do CCG, todos os indicadores apresentam uma franca recuperação, o que representa uma melhor performance da entidade, comparativamente ao período homólogo. De salientar que os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de liquidez geral, apresentam-se bastante positivos, uma vez que a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, assim como financiar mais de metade da sua atividade através de recursos próprios.

1.2.12. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, para promover e apoiar a promoção de ações na área do *design*. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no *design*.

Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe ainda de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, *designers* e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O Mestrado em Design de Produto e Serviços e a Licenciatura em Design de Produto da UMinho são desenvolvidos nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI colaborou no projeto FURNISH – *Fast Urban Responses for NEW Inclusive Spaces and Habitat*, iniciativa do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), que responde a um dos principais desafios identificados na cidade de Guimarães.

A Tabela 13 apresenta a evolução da atividade do IDEGUI de 2020 para 2021.



Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	29 343,14	57 138,60	-27 795,46
	Total do Passivo	28 351,09	45 872,53	-17 521,44
	Total dos Fundos Patrimoniais	992,05	11 266,07	-10 274,02
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	100 362,52	177 952,08	-77 589,56
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	110 636,54	133 891,70	-23 255,16
	Resultado Líquido do Período	-10 274,02	44 060,38	-54 334,40
Indicadores	Autonomia Financeira	3,38%	19,72%	-16,34 p.p
	Solvabilidade	3,50%	24,56%	-21,06 p.p
	Liquidez Geral	29,44%	71,20%	-41,76 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-1 035,64%	391,09%	-1 426,72 p.p

Da análise da Tabela 13, verifica-se que quanto à posição financeira denota-se uma variação negativa no passivo no montante de 17,5 k€, no ativo no valor de 27,8 k€ e nos fundos patrimoniais no montante de 10,2 k€, essencialmente derivado do resultado líquido negativo (10, 2k€).

No que diz respeito ao desempenho financeiro realça-se a evolução negativa do resultado líquido, na ordem dos 54,3 k€, devido, principalmente, à diminuição das vendas e serviços prestados, em 56,2 k€.

Relativamente aos rácios, conclui-se que o ano de 2021 foi particularmente prejudicial, comparativamente ao período de 2020. Destaca-se as variações negativas registadas nos indicadores de liquidez geral e de solvabilidade, as quais decorrem da diminuição generalizada do ativo e dos fundos patrimoniais, respetivamente. Porém, apesar dos rácios se manterem positivos, tanto a autonomia financeira, como a solvabilidade, ainda apresentam valores consideravelmente reduzidos.

1.2.13. Associação Centro Ciência Viva de Guimarães

A associação Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, com vista ao desenvolvimento e promoção de processos de investigação e inovação, de forma a produzir valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica.

Em 2021, o CCVG teve a necessidade de adaptar a sua atividade ao contexto atual, neste sentido, algumas das atividades previstas para 2021 não se realizaram e outras migraram para as plataformas digitais, assim como o incentivo às atividades externas ao próprio edifício do Centro Ciência Viva.

Tabela 14 - Indicadores CCVG, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Variação
Posição Financeira	Ativo	205 990,02	85 803,13	120 186,89
	Passivo	136 771,53	31 961,91	104 809,62
	Fundo patrimonial	69 218,49	53 841,22	15 377,27
Desempenho Financeiro	Rendimentos	185 873,92	141 232,55	44 641,37
	Gastos (inclui Imposto s/ Rendimento)	170 529,29	169 653,67	875,62
	Resultado Líquido do Período	15 344,63	-28 421,12	43 765,75
Rácios	Autonomia Financeira	33,60%	62,75%	-29,15 p.p.
	Solvabilidade	50,61%	168,45%	-117,85 p.p.
	Liquidez Geral	146,53%	264,64%	-118,11 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	22,17%	-52,79%	74,96 p.p.

Da análise da tabela anterior constata-se que ao nível da posição financeira, o ativo aumentou em 120,2 k€, decorrente, essencialmente, do aumento da rubrica de outras contas a receber (112,3 k€) e o passivo aumentou em 104,8 k€ derivado do aumento da rubrica de diferimentos (87,5 k€), o que se traduz numa melhoria da posição financeira em 15,4 k€.

Quanto ao desempenho financeiro, verifica-se um aumento do RLP em 43,8 k€, fruto do aumento significativo das prestações de serviços (117,4 k€).

Relativamente aos indicadores, apesar de se ter verificado um aumento na posição e desempenho financeiro, o aumento do verificado no passivo, traduziu-se numa diminuição da liquidez, solvabilidade e autonomia financeira.



1.2.14. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

De forma sucinta, descrevem-se em seguida as principais atividades da CS em 2021:

- Digitalização de documentos, tratamento de imagens e publicação na web, tais como, a digitalização de periódicos da Biblioteca Pública de Braga (BPB), catalogação da coleção dos postais do Coronel Marcelino Barreira e digitalização da coleção de Ex-Libris do Dr. Carlos Alberto Soares Cabral Peixoto Vilas-Boas;
- Higieneização, inventário e descrição de arquivos;
- Desenvolvimento do Repositório Genealógico Nacional;
- Desenvolvimento da Hemeroteca Digital do Minho;
- Organização e participação em eventos científicos, como nas Jornadas Ibéricas de Molinologia e no V Encontro Internacional sobre o Património Industrial e a sua Museologia, entre outros;
- Participação em projetos de investigação, tais como no *Advancing in the Knowledge of the Ensenada Cadastre and other cadastral sources: new perspectives based on complementarity, modelization and innovation*, entre outros;
- Edição de publicações, como a “História de Vizela em Postais”, entre outras, e
- Desenvolvimento da página WEB dos Bombeiros Voluntários de Vizela.

A Tabela 15 apresenta, de forma resumida, a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS entre os anos de 2020 e 2021.

Tabela 15 - Indicadores CS, em euros

Principais Indicadores		2021	2020	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	66 200,52	75 188,05	-8 987,53
	Total do Passivo	21 769,01	2 965,35	18 803,66
	Total do Capital Próprio	44 431,51	72 222,70	-27 791,19
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	76 234,78	92 000,55	-15 765,77
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	104 025,97	91 355,34	12 670,63
	Resultado Líquido do Período	-27 791,19	645,21	-28 436,40
Indicadores	Autonomia Financeira	67,12%	96,06%	-28,94 p.p
	Solvabilidade	204,10%	2435,55%	-2231,45 p.p
	Liquidez Geral	217,93%	1793,02%	-1575,10 p.p
	Rentabilidade do Capital Próprio	-62,55%	0,89%	-63,44 p.p

Da análise à Tabela 15, quanto à posição financeira, denota-se uma variação negativa das rubricas generalizadas do ativo (9 k€) e capital próprio (27,8 k€), e um aumento significativo das rubricas generalizadas do passivo, no valor de 18,8 k€.

Relativamente ao desempenho, salienta-se que o RLP teve uma variação negativa em 28,4 k€, decorrente de um aumento acentuado da rubrica de gastos com fornecimentos e serviços externos (9,1 k€).

Relativamente aos indicadores, destacam-se as variações negativas registadas nos indicadores de liquidez geral e de solvabilidade, as quais decorrem do aumento generalizado de todas as rubricas do passivo (18,8 k€). Apesar destas variações, a entidade apresenta indicadores financeiros satisfatórios à exceção da rentabilidade do capital próprio.

1.2.15. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi constituído em 13 de dezembro de 2000, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de I&DT das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoiando a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas. O



PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos, com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação com a UMinho tem sido extensível a outros departamentos da Universidade, como os Departamentos de Engenharia Mecânica, de Engenharia de Eletrónica Industrial, de Engenharia Civil e o Departamento de Produção e Sistemas.

Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, polos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias para a inovação e potenciação de negócio, em diversas áreas.

O PIEP encerrou o ano de 2021 com mais três empresas associadas ao segmento industrial, sendo este segmento o mais significativo, com 47 empresas associadas registadas. Já o segmento das associações setoriais e o segmento público são compostos por 4 entidades cada.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas durante 2021 traduziu-se num volume de negócios de 2.158 k€, valor que traduz uma variação positiva de 9%, face a 2020.

O conjunto alargado e consolidado de iniciativas e oportunidades concretizadas durante os períodos anteriores, permitiram uma variação positiva de 8% da componente de subsídios à exploração, que representa 55% do volume de negócios, em 2021.

A Tabela 16 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2021, face a 2020.

Tabela 16 - Indicadores PIEP, em euros

Principais Indicadores		2021	2020 Reexpresso	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	5 398 242,00	6 555 112,00	-1 156 870,00
	Total do Passivo	3 267 332,00	4 321 695,00	-1 054 363,00
	Total do Capital Próprio	2 130 910,00	2 217 428,00	-86 518,00
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 342 352,00	2 227 550,00	114 802,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 211 241,00	2 084 242,00	126 999,00
	Resultado Líquido do Período	131 111,00	143 309,00	-12 198,00
Rácios	Autonomia Financeira	39,47%	33,83%	5,65 p.p
	Solvabilidade	65,22%	51,31%	13,91 p.p
	Liquidez Geral	121,82%	98,76%	23,06 p.p
	Rentabilidade do Capital Próprio	6,15%	6,46%	-0,31 p.p

Conforme evidencia a Tabela 16, ao nível da posição financeira, é de destacar a diminuição generalizada das rubricas do ativo em cerca de 1,2 M€, dos fundos patrimoniais na ordem dos 86,5 k€, e do passivo em 1,1 M€.

Relativamente ao desempenho financeiro, verificou-se uma diminuição do resultado líquido do período em 12,2 k€, devido, maioritariamente, à redução dos outros rendimentos e ao aumento dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal.

Relativamente aos indicadores, todos registaram variações positivas, exceto a rentabilidade do capital próprio, sendo de realçar os rácios de liquidez geral e o de solvabilidade, em que ambos sofreram uma melhoria significativa, como resultado da diminuição do passivo.

1.2.16. Centro de Estudos Jurídicos do Minho

O Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, fundada a 26 de novembro de 1993, que tem como associados a UMinho, a Associação Industrial do Minho, o Município de Braga, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Associação de Municípios do Vale do Ave e a Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho. A sua principal missão consiste no desenvolvimento de estudos jurídicos, promovendo para o efeito as iniciativas que entende mais convenientes, como por exemplo, a constituição de grupos de estudo e a realização de conferências e seminários.

No ano de 2021, o CEJUR conseguiu manter o seu nível de atividade, centrada, fundamentalmente, na publicação de revistas e na oferta formativa, bem como, na atualização da sua página web. Sendo assegurada a publicação das seguintes revistas:

- Cadernos de Justiça Administrativa;
- Cadernos de Direito Privado;
- Cadernos de Justiça Tributária; e



- Os cursos intensivos de Preparação para o acesso ao CEJ – Tribunais Judiciais, e o curso de Justiça Administrativa e Tributária (para a preparação do acesso aos Tribunais Administrativos e Fiscais).

A tabela seguinte apresenta a evolução da atividade do CEJUR de 2020 para 2021.

Tabela 17 - Indicadores CEJUR, em euros

Principais Indicadores		2021	2020 Reexpresso	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	125 329,93	137 469,18	-12 139,25
	Total do Passivo	13 602,44	27 281,57	-13 679,13
	Total dos Fundos Patrimoniais	111 727,49	110 187,61	1 539,88
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	126 837,78	117 477,57	9 360,21
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	125 297,90	81 442,60	43 855,30
	Resultado Líquido do Período	1 539,88	36 034,97	-34 495,09
Indicadores	Autonomia Financeira	89,15%	80,15%	8,99 p.p
	Solvabilidade	821,38%	403,89%	417,49 p.p
	Liquidez Geral	921,38%	503,89%	417,49 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	1,38%	32,70%	-31,33 p.p

Da análise da tabela anterior, quanto à posição financeira do CEJUR, verifica-se a diminuição do ativo em 12,1 k€, devido, essencialmente, à variação negativa da rubrica de clientes (32,9 k€) e do passivo em 13,7 k€, derivada da variação negativa da rubrica dos fornecedores (9,5 k€).

No que diz respeito ao desempenho financeiro, apesar do aumento reconhecido nas vendas e serviços prestados da entidade, regista-se uma variação negativa em 34,5 k€ no resultado líquido, derivada, essencialmente, do aumento das imparidades em 33,9 k€ e dos fornecimentos e serviços externos em 12,2 k€.

Consequentemente, os diferentes indicadores traduzem uma melhoria performance da entidade, comparativamente ao período homólogo, exceto a rentabilidade dos fundos patrimoniais que apresenta uma variação negativa, derivada da redução do resultado líquido do período. De destacar os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de liquidez geral, que se apresentam bastante positivos, pelo que, a entidade consegue solver todos os seus compromissos no curto, médio e longo prazo, assim como financiar mais de metade da sua atividade através de recursos próprios.

1.2.17. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI) é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, e resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos e 1 Instituto de Novas Tecnologias: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

O ano de 2021 ficou marcado pelos desafios colocados pela pandemia, tal como em 2020. No entanto, o CeNTI registou um aumento significativo de atividade I&D, procurando novas iniciativas de grande dimensão, designadamente no quadro Plano Recuperação e Resiliência (PRR).

Foi ainda introduzida uma nova área de aplicação focada no desenvolvimento de tecnologias para Produção e Armazenamento de Energia, em conjunto com as áreas já existentes: Automóvel, Aeronáutica e Espaço; Construção e Arquitetura e Segurança, saúde e bem-estar.

Relativamente às atividades de I&DT, o CeNTI dinamizou 67 projetos colaborativos, a nível nacional e internacional. Estes projetos constituem a atividade mais expressiva do instituto.

O ano de 2021 ficará marcado pelo início e conclusão da 1ª fase do novo edifício. A disponibilização deste edifício veio permitir avançar com a implementação do projeto de investimento em infraestruturas, ADVANCE NANO.

Na tabela infra apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros, à data de 31 de dezembro 2021 (comparativamente ao ano de 2020).



Tabela 18 - Indicadores CeNTI, em euros

Principais Indicadores		2021	2020 Reexpresso	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	14 682 935,30	21 619 270,15	-6 936 334,85
	Total do Passivo	7 049 233,73	15 646 674,47	-8 597 440,74
	Total dos Fundos Patrimoniais	7 633 701,57	5 972 595,68	1 661 105,89
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	6 393 180,18	4 814 329,92	1 578 850,26
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	6 350 540,01	4 603 482,27	1 747 057,74
	Resultado Líquido do Período	42 640,17	210 847,65	-168 207,48
Indicadores	Autonomia Financeira	51,99%	27,63%	24,36 p.p
	Solvabilidade	108,29%	38,17%	70,12 p.p
	Liquidez Geral	159,31%	118,22%	41,09 p.p
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	0,56%	3,53%	-2,97 p.p

Da análise da Tabela 18, relativamente à posição financeira, é de destacar a variação negativa registada tanto no ativo (6,9 M€) como no passivo (8,6 M€), resultante, essencialmente, da redução significativa da rubrica de caixa e depósitos bancários (7,2 M€) e outros passivos correntes (6,1 M€), respetivamente.

Relativamente ao desempenho financeiro, apesar do aumento dos serviços prestados e dos subsídios à exploração é de sublinhar a diminuição do resultado líquido do período, em cerca de 168,2 k€, justificado pelo aumento dos gastos com pessoal (950,82 k€) e dos fornecimentos e serviços externos (518,3 k€).

Ao nível dos indicadores verificam-se variações positivas, exceto na rentabilidade dos capitais próprios. Destaca-se o aumento do nível da solvabilidade e da liquidez geral, indicadores que permitem concluir que a entidade consegue solver os seus compromissos no curto, médio e longo prazo.



III – RELATO FINANCEIRO



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

Tendo em consideração o relatório sobre as projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu (BCE) de setembro de 2021, no que concerne à área do euro, no segundo trimestre a retoma foi mais forte do que o esperado, estimando-se um crescimento económico célere com Produto Interno Bruto (PIB) real de 5% para 2021 e 4,6% para 2022, estabilizando-se de forma gradual nos próximos anos devido à flexibilização das medidas de contenção e o apoio substancial em termos de políticas, incluindo melhores condições de financiamento. Neste contexto, durante o ano de 2021, assistiu-se a uma recuperação do consumo, reflexo da poupança das famílias, o que contribuiu para impulsionar o crescimento económico.

Em dezembro de 2021, as projeções macroeconómicas do BCE demonstravam uma incerteza acrescida relativamente à pandemia, devido ao possível surgimento de novas variantes que conduziu a restrições mais severas, situação que associada ao estrangulamento da oferta a nível mundial, fez com que as previsões para o crescimento a curto prazo fossem revistas em baixa. Ainda de acordo com as previsões do BCE, no que diz respeito à inflação na área do euro, esta foi revista em alta, uma vez que em setembro de 2021 a projeção da inflação para 2022 fixava-se nos 1,7%, ascendendo esta, em dezembro de 2021, aos 3,2%.

Por sua vez, de acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicados no *World Economic Outlook*, em janeiro de 2022, apesar do agravamento da pandemia em 2021, verificou-se uma recuperação da economia mundial, a qual deverá continuar em 2022, contudo devido aos problemas oriundos da Covid-19, os quais se verificam mais persistentes do que o esperado, as incertezas mantêm-se e o impulso económico prevê-se mais moderado.

Em março de 2022, no último relatório do BCE, é referido que a invasão da Rússia na Ucrânia veio criar muitas incertezas na atividade e na inflação da área do euro, desde logo pelo impacto das atuais sanções e de outras medidas que possam ser aplicadas pela evolução do conflito. Este conflito reflete-se também na pressão sobre os preços das matérias-primas, como o petróleo e o gás, logo as projeções de referência sobre a inflação global se preveem que continuem em níveis bastante elevados, pelo que num cenário “adverso” se prevê que a taxa de inflação atinja os 5,9%, enquanto num cenário “grave” possa mesmo atingir os 7,1%.

2.2. Enquadramento macroeconómico nacional

No contexto português, de acordo com o relatório do BCE, de dezembro de 2021, a economia teve um crescimento irregular, justificado por um confinamento no primeiro trimestre do ano, devido à terceira vaga da pandemia de Covid-19, com um impacto significativo sobre a mobilidade dos cidadãos, obrigando ainda ao encerramento de algumas atividades económicas. Pelo contrário, no terceiro trimestre verificou-se uma tendência crescente da recuperação económica, estimulada pelas exportações, pela forte recuperação do turismo e pelo aumento do consumo derivado da confiança dos portugueses no progresso da vacinação, evidenciando um perfil de recuperação económica com níveis pré-pandémicos para o ano seguinte.

O Banco de Portugal (BdP), no seu Boletim Económico de dezembro de 2021, apontava uma subida do PIB de 4,8% para 5,8%, sendo esta trajetória de crescimento suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e pela aplicação de fundos da UE. Esta recuperação económica permitirá a criação de mais emprego, e consequentemente, diminuir a taxa de desemprego, prevenindo-se que a mesma se fixe nos 6% em 2022.

Contudo, deve ser realçado que devido ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia, as projeções para o crescimento económico da União Europeia e de Portugal, deverão ser revistas em baixa, desde logo pela incerteza subjacente aos exercícios previsionais.

No seguimento do exposto no parágrafo anterior, em março de 2022, o Boletim Económico do Banco de Portugal, projeta em crescimento do PIB em apenas 4,9% para 2022, sendo o crescimento previsto para 2023 e 2024, de 2,9% e de 2,0%, respetivamente. Deve ainda ser realçado que apesar de se prever uma redução da taxa de desemprego de 0,7 p.p., fixando-se em 5,9% em 2022, a taxa de inflação deverá aumentar 3,1 p.p face a 2021, fixando-se nos 4,0% em 2022, consequência da subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais.



3. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

3.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível da ótica financeira, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação os SASUM.

3.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A tabela infra apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 19 - Desagregação dos recebimentos consolidados

RECEBIMENTOS	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Receita Corrente	131 811 778,50	91,65	138 388 381,50	91,43	-6 576 603,00	-4,75
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	21 564 215,55	14,99	22 037 144,28	14,56	-472 928,73	-2,15
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R5 Transferências Correntes	102 548 834,41	71,30	110 133 951,58	72,76	-7 585 117,17	-6,89
R51 Administrações Públicas	71 178 301,76	49,49	69 865 535,06	46,16	1 312 766,70	1,88
R511 Adm. Central - Estado	70 575 844,10	49,07	66 817 249,00	44,14	3 758 595,10	5,63
R512 Adm. Central – Out. ent.	595 009,62	0,41	3 041 959,14	2,01	-2 446 949,52	-80,44
R513 Segurança Social	7 448,04	0,01	6 326,92	0,00	1 121,12	17,72
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R52 Exterior - U.E	28 530 308,01	19,84	36 823 585,68	24,33	-8 293 277,67	-22,52
R53 Outras	2 840 224,64	1,97	3 444 830,84	2,28	-604 606,20	-17,55
R6 Vendas de bens e serviços	7 419 644,06	5,16	6 214 218,93	4,11	1 205 425,13	19,40
R7 Outras receitas correntes	279 084,48	0,19	3 066,71	0,00	276 017,77	9 000,45
Receita de capital	10 084 030,51	7,01	12 926 749,23	8,54	-2 842 718,72	-21,99
R8 Vendas de bens de invest.	0,00	0,00	58,45	0,00	-58,45	-100,00
R9 Transferências de capital	10 084 030,51	7,01	12 921 085,40	8,54	-2 837 054,89	-21,96
R91 Administrações Públicas	10 076 580,76	7,01	12 893 732,25	8,52	-2 817 151,49	-21,85
R911 Adm. Central - Estado	49 203,51	0,03	0,00	0,00	49 203,51	100,00
R912 Adm. Central – Out. ent.	10 027 377,25	6,97	12 893 732,25	8,52	-2 866 355,00	-22,23
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	0,00	0,00	4 264,54	0,00	-4 264,54	-100,00
R93 Outras	7 449,75	0,01	23 088,61	0,02	-15 638,86	-67,73
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	5 605,38	0,00	-5 605,38	-100,00
R11 RNAP	1 929 433,02	1,34	47 927,41	0,03	1 881 505,61	3 925,74
R12 Rec. c/ ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R13 Rec. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Recebimentos	143 825 242,03	100,00	151 363 058,14	100,00	-7 537 816,11	-4,98

Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, verifica-se uma variação negativa de 4,98% entre os montantes recebidos em 2021 e o período homólogo.



No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 91,65% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, sendo de realçar a diminuição das verbas provenientes de instituições da União Europeia, em cerca de 8,3 M€ e a diminuição das verbas transferidas por Serviços e Fundos Autónomos em cerca de 2,4 M€, os quais estão associados à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

Importa ainda destacar que as taxas, multas e outras penalidades sofreram uma redução do seu peso face às receitas totais do Grupo, em aproximadamente 2,15%. Esta variação negativa deve-se, essencialmente, à redução do valor da propina base, comparativamente com anos anteriores, decorrente do estabelecido na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 2/2020, de 31 de março. Contudo, denota-se que a dotação do OE, no montante de 70,6 M€, representa 49,07% do total da receita arrecadada, e obteve um aumento de 5,63% face a 2020.

No que diz respeito aos recebimentos de capital, em 31 de dezembro de 2021, estes representam apenas 7,01% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, verificando-se uma variação negativa de 21,99%, quando comparado com 31 de dezembro de 2020. Esta diminuição verifica-se em todas as rubricas e justifica-se essencialmente pela redução de verbas classificadas como capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público, cerca de 2,8 M€.

Importa referir que a diminuição das verbas recebidas no âmbito da atividade de I&D se deve, essencialmente, aos atrasos verificados no reembolso dos pedidos de pagamento efetuados por parte das entidades financiadoras, mas também, por uma diminuição tanto do número de projetos aprovados em 2021 e consequentemente do adiantamento do financiamento inicial, assim como, por uma redução do número de projetos em execução.

A Tabela 20 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 20 - Desagregação dos pagamentos consolidados

PAGAMENTOS	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Despesa Corrente	141 175 296,63	94,80	144 048 336,89	94,68	-2 873 040,26	-1,99
D1 Despesas com o pessoal	101 092 807,00	67,88	99 419 733,02	65,35	1 673 073,98	1,68
D11 Rem. Certas e Permanentes	80 881 442,04	54,31	79 389 562,36	52,18	1 491 879,68	1,88
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 425 315,24	0,96	1 289 608,74	0,85	135 706,50	10,52
D13 Segurança Social	18 786 049,72	12,61	18 740 561,92	12,32	45 487,80	0,24
D2 Aquisição de bens e serviços	20 928 769,28	14,05	23 995 232,49	15,77	-3 066 463,21	-12,78
D3 Juros e outros encargos	175 426,23	0,12	159 501,21	0,10	15 925,02	9,98
D4 Transferências correntes	18 643 619,43	12,52	19 210 803,82	12,63	-567 184,39	-2,95
D41 Administrações Públicas	1 506 678,64	1,01	2 292 937,03	1,51	-786 258,39	-34,29
D411 Adm. Central — Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D412 Adm. Central – Out. ent.	1 506 678,64	1,01	2 292 937,03	1,51	-786 258,39	-34,29
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	1 133 881,79	0,76	2 121 039,32	1,39	-987 157,53	-46,54
D43 Famílias	8 923 262,09	5,99	9 647 118,62	6,34	-723 856,53	-7,50
D44 Outras	7 079 796,91	4,75	5 149 708,85	3,38	1 930 088,06	37,48
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	334 674,69	0,22	1 263 066,35	0,83	-928 391,66	-73,50
Despesas de capital	7 744 174,21	5,20	8 034 238,75	5,28	-290 064,54	-3,61
D7 Investimento	7 744 174,21	5,20	8 034 238,75	5,28	-290 064,54	-3,61
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central – Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. com ativos financ.	300,00	0,00	62 000,00	0,04	-61 700,00	-99,52
D11 Desp. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Despesa	148 919 770,84	100,00	152 144 575,64	100,00	-3 224 804,80	-2,12



No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2020, verificou-se uma variação negativa, de aproximadamente 2,12%, atingindo em 2021 um total de pagamentos no montante de 148,9 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2021, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade (94,80%) dos pagamentos do Grupo Público. Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram 1,7 M€, fruto da integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação e PTAG. Por outro lado, realçam-se os pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes, os quais sofreram uma variação negativa de 3,1 M€, resultado de uma redução dos projetos de I&D em execução, assim como, decorrente da manutenção das medidas implementadas, com severas restrições na circulação, no país e no mundo, devido à situação pandémica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (5,20%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, estas sofreram um decréscimo de aproximadamente 0,3 M€, devido principalmente à aquisição de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.

3.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 21 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

Tabela 21 - Desagregação dos direitos consolidados

DIREITOS	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Direitos Correntes	132 906 515,30	91,72	137 930 133,49	91,40	-5 023 618,19	-3,64
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	23 183 492,02	16,00	20 726 117,40	13,73	2 457 374,62	11,86
R4 Rend. de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R5 Transferências Correntes	102 692 704,42	70,87	110 108 901,13	72,97	-7 416 196,71	-6,74
R51 Administrações Públicas	71 215 301,69	49,14	69 865 535,06	46,30	1 349 766,63	1,93
R511 Adm. Central - Estado	70 575 844,10	48,70	66 817 249,00	44,28	3 758 595,10	5,63
R512 Adm. Central - Out. ent.	632 009,55	0,44	3 041 959,14	2,02	-2 409 949,59	-79,22
R513 Segurança Social	7 448,04	0,01	6 326,92	0,00	1 121,12	17,72
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R52 Exterior - U.E	28 513 569,98	19,68	36 836 096,05	24,41	-8 322 526,07	-22,59
R53 Outras	2 963 832,75	2,05	3 407 270,02	2,26	-443 437,27	-13,01
R6 Vendas de bens e serviços	6 751 234,38	4,66	7 092 048,25	4,70	-340 813,87	-4,81
R7 Outras receitas correntes	279 084,48	0,19	3 066,71	0,00	276 017,77	9 000,45
Direitos de capital	10 084 030,51	6,96	12 926 690,78	8,57	-2 842 660,27	-21,99
R8 Vendas de bens de invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R9 Transferências de capital	10 084 030,51	6,96	12 921 085,40	8,56	-2 837 054,89	-21,96
R91 Administrações Públicas	10 076 580,76	6,95	12 893 732,25	8,54	-2 817 151,49	-21,85
R911 Adm. Central - Estado	49 203,51	0,03	0,00	0,00	49 203,51	100,00
R912 Adm. Central - Out. ent.	10 027 377,25	6,92	12 893 732,25	8,54	-2 866 355,00	-22,23
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	0,00	0,00	4 264,54	0,00	-4 264,54	-100,00
R93 Outras	7 449,75	0,01	23 088,61	0,02	-15 638,86	-67,73
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	5 605,38	0,00	-5 605,38	-100,00
R11 RNAP's	1 921 753,12	1,33	48 810,19	0,03	1 872 942,93	3 837,20
R12 Rec. ativos financ.	0,00	0,00	0,25	0,00	-0,25	-100,00
R13 Rec. passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total de Direitos	144 912 298,93	100,00	150 905 634,71	100,00	-5 993 335,78	-3,97



Como se pode verificar da análise da tabela acima, os direitos correntes representam aproximadamente 91,72% (91,40% em 31/12/2020) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular a que respeitante ao OE, cujo peso é de 48,70% (44,28% em 31/12/2020).

Nos direitos correntes é de destacar a diminuição de, aproximadamente, 2,4 M€ na rubrica de outras entidades da administração central (verbas associadas aos Serviços e Fundos Autónomos, conforme análise dos recebimentos consolidados).

Em coerência com o apresentado nos recebimentos consolidados, os direitos correntes consolidados de instituições da UE sofreram uma variação negativa em cerca de 8,3 M€, uma tendência semelhante à verificada nas transferências de capital dos Serviços e Fundos Autónomos onde se apurou um decréscimo de 2,9 M€. Estes decréscimos estão relacionados com direitos referentes à atividade de I&D do Grupo Público, conforme explicado no ponto anterior do presente Relatório.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 22 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.

Tabela 22 - Desagregação das obrigações consolidadas

OBRIGAÇÕES	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Obrigações Correntes	147 460 840,70	94,35	149 303 927,38	93,87	-1 843 086,68	-1,23
D1 Despesas com o pessoal	104 566 303,51	66,90	102 613 341,76	64,52	1 952 961,75	1,90
D11 Rem. Certas e Perman.	82 973 113,46	53,09	81 328 065,75	51,13	1 645 047,71	2,02
D12 Abonos Var. ou Eventuais	1 431 125,14	0,92	1 293 232,97	0,81	137 892,17	10,66
D13 Segurança Social	20 162 064,91	12,90	19 992 043,04	12,57	170 021,87	0,85
D2 Aquisição de bens e serv.	23 596 768,32	15,10	26 004 648,74	16,35	-2 407 880,42	-9,26
D3 Juros e outros encargos	175 426,23	0,11	160 065,35	0,10	15 360,88	9,60
D4 Transferências correntes	18 745 725,62	11,99	19 223 893,65	12,09	-478 168,03	-2,49
D41 Administrações Públicas	1 606 678,64	1,03	2 294 795,58	1,44	-688 116,94	-29,99
D411 Adm. Central -- Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D412 Adm. Central - Out. ent.	1 606 678,64	1,03	2 294 795,58	1,44	-688 116,94	-29,99
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	1 133 881,79	0,73	2 121 083,74	1,33	-987 201,95	-46,54
D43 Famílias	8 925 368,28	5,71	9 658 305,48	6,07	-732 937,20	-7,59
D44 Outras	7 079 796,91	4,53	5 149 708,85	3,24	1 930 088,06	37,48
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	376 617,02	0,24	1 301 977,88	0,82	-925 360,86	-71,07
Obrigações de capital	8 829 902,55	5,65	9 681 028,79	6,09	-851 126,24	-8,79
D7 Investimento	8 829 902,55	5,65	9 681 028,79	6,09	-851 126,24	-8,79
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central - Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. c/ ativos financ.	300,00	0,00	62 000,00	0,04	-61 700,00	-99,52
D11 Desp. c/ passiv. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total de Obrigações	156 291 043,25	100,00	159 046 956,17	100,00	-2 755 912,92	-1,73

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, e na linha do que foi referido nos pagamentos consolidados, estas também sofreram uma variação negativa de 1,73% face ao período homólogo, sendo as obrigações correntes as mais significativas, as quais representam cerca de 94,35% (93,87% em 31/12/2020) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado com a integração de recursos humanos, essencialmente decorrente da contratação de investigadores e de PTAG. Quanto à



rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação negativa de cerca de 2,4 M€, efeito de uma redução dos projetos de I&D em execução, assim como, decorrente da manutenção das medidas implementadas, com severas restrições na circulação, no país e no mundo, devido à situação pandémica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

A diminuição verificada na rubrica de transferências correntes em cerca de 478 k€, face ao ano 2020, é justificada pela diminuição de verbas transferidas para entidades parceiras e contratualização dos bolseiros no âmbito da atividade de investigação pelo Grupo Público UMinho.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação negativa de 0,8 M€, impacto da diminuição de aquisições de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.

3.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Em resumo, considera-se pertinente destacar, como evidenciado pela Tabela 23, os indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, no período de 2021:

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2021, cifraram-se em cerca de 143,8 M€, sendo que em 2020 atingiram, aproximadamente, 151,4 M€. Verifica-se assim uma variação negativa de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 7,5 M€;
- Os recebimentos correntes continuam a representar a maior fatia dos recebimentos totais do Grupo Público, tendo-se verificado um aumento, face ao ano de 2020, na ordem dos 0,22 p.p., atingindo em 2021 um peso de 91,65%;
- No ano de 2021, os pagamentos consolidados totais ascenderam a 148,9 M€, enquanto que no ano transato haviam ascendido a 152,1 M€. Tal como exposto anteriormente, esta diminuição, no montante de 3,2 M€, justifica-se, essencialmente, pela diminuição verificada na rubrica de aquisição de bens e serviços, reflexo de uma redução dos projetos de I&D em execução, assim como, da manutenção das medidas implementadas, com severas restrições na circulação, no país e no mundo, devido à situação pandémica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2
- Tal como já verificado em 2020, os pagamentos correntes consolidados em 2021, continuaram a representar quase a totalidade dos pagamentos do Grupo Público, tendo estes ascendido a 94,80%; e
- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2021, ascenderam a 156,3 M€, enquanto que os pagamentos consolidados ascenderam a 148,9 M€, pelo que existe um diferencial de 7,4 M€ de obrigações, que serão pagas com recurso a rendimentos de 2022.

Na Tabela 23 destacam-se alguns dos principais rácios associados à execução orçamental.

Tabela 23 - Indicadores orçamentais

Indicadores	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos totais (sem operações de tesouraria)	143 825 242,03€	151 363 058,14€
Recebimentos correntes/Recebimentos totais	91,65%	91,43%
Pagamentos totais (sem operações de tesouraria)	148 919 770,84€	152 144 575,64€
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	94,80%	94,68%
Direitos correntes/Direitos totais	91,72%	91,40%
Obrigações correntes/Obrigações totais	94,35%	93,87%
Obrigações totais	156 291 043,25€	159 046 956,17€

Da análise da tabela anterior, constata-se que tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, representam a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.

3.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, conforme apresentado na tabela 1, do ponto 1.1., tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B'ACIS, APsi, CVR e TecMinho) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, CS, PIEP, CCVG, CeNTI e CEJUR). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo modelo do custo.



3.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

3.2.1.1. Ativo consolidado

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2021, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 24 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

ATIVO	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Ativo não corrente	144 792 094,88	72,83	146 380 551,61	74,38	-1 588 456,73	-1,09
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	17 003 875,70	8,55	10 697 790,80	5,44	6 306 084,90	58,95
Clientes, contribuintes e utentes	22 744 682,11	11,44	21 879 924,35	11,12	864 757,76	3,95
Outro ativo corrente	1 571 060,99	0,79	864 203,51	0,44	706 857,48	81,79
Caixa e depósitos	12 688 298,92	6,38	16 990 811,77	8,63	-4 302 512,85	-25,32
Total	198 800 012,60	100,00	196 813 282,04	100,00	1 986 730,56	1,01

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2021 e 2020, é possível destacar uma variação positiva de cerca de 2 M€. Este aumento é justificado essencialmente pelos seguintes pontos:

- O ativo não corrente registou uma diminuição de aproximadamente 1,6 M€, em virtude da diminuição de ativos fixos tangíveis, uma vez que não houve aquisições que compensassem as depreciações;
- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público reflete um aumento em cerca de 6,3 M€. Este acréscimo é essencialmente justificado pelo aumento verificado nas dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, referente a pedidos de pagamentos submetidos e ainda não reembolsados, nomeadamente da AICEP (Projetos em parceria com a Bosch) e a FCT, identificado na entidade-mãe;
- A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou um aumento de cerca de 865 k€, essencialmente justificado pelo aumento das dívidas de utentes, verificado na entidade-mãe;
- O outro ativo corrente no final do ano 2021 registou um acréscimo de aproximadamente 707 k€ (81,79%), face ao período homólogo, justificado, essencialmente, pelo aumento verificado na rubrica de acréscimo e diferimentos na entidade-mãe.
- A rubrica caixa e depósitos registou um decréscimo no montante de cerca de 4,3 M€, em 2021, pelo facto de não terem sido arrecadadas receitas suficientes para cobrir todos os pagamentos, tendo sido necessário recorrer ao saldo de gerência.

3.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021, face a 31 de dezembro de 2020, é apresentada na tabela seguinte:

Tabela 25 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Património	140 621 464,39	97,41	140 621 464,39	96,44	0,00	0,00
Resultados transitados	-69 616 478,69	-48,22	-68 279 641,64	-46,83	-1 336 837,05	1,96
Ajustamentos em ativos financeiros	5 816 458,60	4,03	5 154 061,43	3,53	662 397,17	12,85
Excedentes de revalorização	3 813,20	0,00	3 975,46	0,00	-162,26	-4,08
Outras variações no património líquido	68 112 300,78	47,18	68 531 723,96	47,00	-419 423,18	-0,61
Resultado líquido do período	-1 549 270,11	-1,07	-1 129 971,21	-0,77	-419 298,90	37,11
Interesses que não controlam	973 916,46	0,67	906 502,74	0,62	67 413,72	7,44
Total	144 362 204,63	100,00	145 808 115,13	100,00	-1 445 910,50	-0,99

Conforme evidenciado na tabela anterior, o montante do património líquido consolidado ascendeu a 144,4 M€, o qual evidencia uma redução de aproximadamente 1,4 M€, face a 31 de dezembro de 2020, correspondendo a uma redução de 0,99%, que decorre fundamentalmente do seguinte:

- A rubrica de resultados transitados do Grupo Público UMinho apresentou uma diminuição que ascende a 1,3 M€, justificada, essencialmente, pelo resultado líquido negativo apurado no ano de 2020, para o qual a entidade-filha SASUM, contribui em 1,2 M€;



- A rubrica dos ajustamentos em ativos financeiros sofreu um aumento na ordem dos 662 k€ (12,85%), decorrente da aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho;
- O resultado líquido consolidado negativo no montante de 1,5 M€, representa uma variação negativa de cerca de 419 k€ face ao período homólogo. Esta variação diz respeito, essencialmente, a uma diminuição do resultado líquido da entidade-mãe em cerca de 1,2 M€, e, por outro lado, a um aumento dos resultados nas entidades-filhas, SASUM e TecMinho, em cerca de 394 k€ e 296 k€, respetivamente.

3.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2021, o passivo do Grupo Público UMinho registou um aumento no montante de 3,4 M€ (6,73%), conforme evidenciado na tabela infra.

Tabela 26 - Estrutura do passivo consolidado, em euros

PASSIVO	31/12/2021		31/12/2020		Variação 2021-2020	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Passivo não corrente	2 563 893,84	4,71	916 889,22	1,80	1 647 004,62	179,63
Fornecedores	2 910 046,38	5,35	2 098 315,93	4,11	811 730,45	38,68
Estado e outros entes públicos	3 888 227,64	7,14	3 841 282,72	7,53	46 944,92	1,22
Outras contas a pagar	23 540 192,31	43,24	21 797 671,68	42,74	1 742 520,63	7,99
Diferimentos	20 227 866,72	37,16	20 385 698,68	39,97	-157 831,96	-0,77
Outro passivo corrente	1 307 581,08	2,40	1 965 308,69	3,85	-657 727,61	-33,47
Total	54 437 807,97	100,00	51 005 166,92	100,00	3 432 641,05	6,73

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- O passivo não corrente demonstra um acréscimo de 1,6 M€, assente, principalmente, no reforço das provisões reconhecidas nas contas da entidade-mãe;
- A dívida a fornecedores no final do ano 2021 registava um aumento de aproximadamente 812 k€ (38,68%), face ao período homólogo;
- A rubrica de outras contas a pagar apresenta uma variação positiva de 1,7 M€, referente, essencialmente, ao reconhecimento, na entidade-mãe, das importâncias recebidas no âmbito de financiamentos de projetos de I&D a título de adiantamento, para as quais ainda não se verificaram as condições de reconhecimento do ativo.

3.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

Em 2021, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem de 1,5 M€ (em 2020 fixou-se em - 1,1 M€), tendo-se verificado uma variação negativa face ao ano anterior, em aproximadamente 419 k€ (37,11%), conforme apresentado na tabela infra.

Tabela 27 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros

RUBRICA	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			(€)	(%)
Impostos e taxas	22 866 338,14	23 520 650,85	-654 312,71	-2,78
Vendas	896 208,94	733 938,58	162 270,36	22,11
Prestações de serviços	8 747 035,73	8 206 422,81	540 612,92	6,59
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	115 607 803,64	116 640 623,21	-1 032 819,57	-0,89
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	190 937,57	207 028,11	-16 090,54	-7,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-939 572,64	-810 874,88	-128 697,76	15,87
Fornecimentos e Serviços Externos	-21 421 010,95	-23 321 171,67	1 900 160,72	-8,15
Gastos com pessoal	-103 732 989,13	-101 267 359,70	-2 465 629,43	2,43
Transferências e subsídios concedidos	-18 602 448,95	-19 069 479,08	467 030,13	-2,45
Prestações sociais	-9 329,99	-5 883,68	-3 446,31	58,57
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-463 619,13	-1 609 070,43	1 145 451,30	-71,19
Provisões (aumentos/reduções)	-1 507 109,17	-194 428,75	-1 312 680,42	675,15
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	-30 510,00	30 510,00	-100,00
Aumentos/reduções de justo valor	97,99	73,49	24,50	-
Outros rendimentos e ganhos	8 706 972,02	7 740 467,64	966 504,38	12,49



RUBRICA	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			(€)	(%)
Outros gastos e perdas	-2 831 420,26	-3 199 568,63	368 148,37	-11,51
EBITDA	7 507 893,81	7 540 857,87	-32 964,06	-0,44
Depreciações e amortizações	-8 704 308,39	-8 523 312,53	-180 995,86	2,12
Resultado operacional (EBIT)	-1 196 414,58	-982 454,66	-213 959,92	21,78
Resultado financeiro	-198 117,84	-174 622,19	-23 495,65	13,46
Resultado antes de impostos (EBT)	-1 394 532,42	-1 157 076,85	-237 455,57	20,52
Imposto sobre o rendimento	-77 770,15	-51 530,40	-26 239,75	50,92
Resultado líquido do período	-1 472 302,57	-1 208 607,25	-263 695,32	21,82
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe	-1 549 270,11	-1 129 971,21	-419 298,90	37,11
Interesses que não controlam	76 967,53	-78 636,04	155 603,58	-197,88

3.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 28, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de aproximadamente 104 k€ (0,07%), face ao período de 2020. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- Ao aumento dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento, na proporção das depreciações dos ativos subjacentes aos mesmos (cerca de 967 k€);
- Um aumento de 703 k€ relativos às rubricas de vendas e prestação de serviços verificado nas entidades-filhas;
- Um aumento das reversões das imparidades em cerca de 130 k€ relacionados com os créditos de clientes;
- À diminuição identificada na rubrica de transferências e subsídios obtidos em cerca de 1 M€, respeitante ao reconhecimento em rendimentos no âmbito da atividade de I&D do Grupo Público UMinho, resultado da redução dos projetos de I&D em execução; e
- À diminuição verificada na rubrica de impostos e taxas de aproximadamente 654 k€, decorrente da redução do valor das propinas por via da aplicação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, e da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, onde é fixado o valor máximo de propina em 697€.

Tabela 28 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros

RENDIMENTOS	31/12/2021		31/12/2020		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Impostos e taxas	22 866 338,14	14,53	23 520 650,85	14,96	-654 312,71	-2,78
Vendas	896 208,94	0,57	733 938,58	0,47	162 270,36	22,11
Prestações de serviços	8 747 035,73	5,56	8 206 422,81	5,22	540 612,92	6,59
Transferências e subsídios correntes obtidos	115 607 803,64	73,48	116 640 623,21	74,19	-1 032 819,57	-0,89
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	200 275,27	0,13	209 057,38	0,13	-8 782,11	-4,20
Reversões de imparidades	300 943,56	0,19	170 498,92	0,11	130 444,64	76,51
Aumentos de justo valor	97,99	0,00	73,49	0,00	24,50	-
Outros rendimentos e ganhos	8 706 972,02	5,53	7 740 467,64	4,92	966 504,38	12,49
Juros e rendimentos similares obtidos	126,35	0,00	324,12	0,00	-197,77	-61,02
Total	157 325 801,64	100,00	157 222 057,00	100,00	103 744,64	0,07

3.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2021, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, apresentada na Tabela 29, evidencia uma variação total positiva de cerca de 341 k€, que se justifica pelo:

- Aumento dos gastos com o pessoal em 2,5 M€, decorrente da contratação de investigadores e de PTAG;
- Aumento das provisões em cerca de 1,3 M€ relativas a processos judiciais em curso;
- Diminuição na rubrica de fornecimentos e serviços externos na ordem dos 1,9 M€, resultante da redução de gastos no âmbito da atividade de I&D, dada a diminuição do número de projetos em execução e, ainda,



consequência direta da pandemia de Covid-19, onde existiu a interrupção da atividade (letiva e de investigação) presencial da UMinho;

- Diminuição de aproximadamente 467 k€ na rubrica de transferência e subsídios concedidos, justificado essencialmente pela redução de encargos com bolseiros de investigação; e
- Diminuição das perdas por imparidade em 1 M€.

Tabela 29 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros

GASTOS	31/12/2021		31/12/2020		Variação	
	Valor	(%)	Valor	(%)	(€)	(%)
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9 337,70	0,01	2 029,27	0,00	7 308,43	360,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	939 572,64	0,59	810 874,88	0,51	128 697,76	15,87
Fornecimentos e serviços externos	21 421 010,95	13,50	23 321 171,67	14,72	-1 900 160,72	-8,15
Gastos com o pessoal	103 732 989,13	65,36	101 267 359,70	63,94	2 465 629,43	2,43
Transferências e subsídios concedidos	18 602 448,95	11,72	19 069 479,08	12,04	-467 030,13	-2,45
Perdas por imparidade	764 562,69	0,48	1 810 079,35	1,14	-1 045 516,66	-57,76
Prestações sociais	9 329,99	0,01	5 883,68	0,00	3 446,31	58,57
Provisões	1 507 109,17	0,95	194 428,75	0,12	1 312 680,42	675,15
Outros gastos e perdas	2 831 420,26	1,78	3 199 568,63	2,02	-368 148,37	-11,51
Gastos de depreciação e amortização	8 704 308,39	5,48	8 523 312,53	5,38	180 995,86	2,12
Juros e gastos similares suportados	198 244,19	0,12	174 946,31	0,11	23 297,88	13,32
Total	158 720 334,06	100,00	158 379 133,85	100,00	341 200,21	0,22

3.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2021, registou uma variação de caixa e seus equivalentes negativa, em cerca de 4,3 M€, conforme se demonstra na tabela seguinte:

Tabela 30 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados, em euros

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020	Variação 2021-2020	
			(€)	(%)
Recebimentos Provenientes de:				
Atividades Operacionais	101 441 316,63	103 684 654,16	-2 243 337,53	-2,16
Clientes	10 934 860,79	8 924 704,87	2 010 155,92	22,52
Utentes	21 564 215,55	22 037 144,28	-472 928,73	-2,15
Outros recebimentos/ pagamentos	68 942 240,29	72 722 805,01	-3 780 564,72	-5,20
Atividades de Investimento	10 091 793,01	12 961 317,70	-2 869 524,69	-22,14
Ativos fixos tangíveis	0,00	5 663,83	-5 663,83	-100,00
Subsídios ao investimento	7 762,50	34 548,52	-26 786,02	-77,53
Transferência de capital	10 084 030,51	12 921 085,40	-2 837 054,89	-21,96
Juros e rendimentos similares	0,00	19,95	-19,95	-100,00
Atividades de Financiamento	183 738,61	182 783,74	954,87	0,52
Financiamento obtidos	182 238,61	180 283,74	1 954,87	1,08
Realização de capital e outros instrumentos de capital	1 500,00	2 500,00	-1 000,00	-40,00
Total de Recebimentos	111 716 848,25	116 828 755,60	-5 111 907,35	-4,38
Pagamentos Respeitantes a:				
Atividades Operacionais	107 684 781,04	108 787 372,83	-1 102 591,79	-1,01
Fornecedores	22 393 990,01	25 207 078,72	-2 813 088,71	-11,16
Pessoal	85 290 791,03	83 580 294,11	1 710 496,92	2,05
Atividades de Investimento	8 174 532,72	8 238 614,92	-64 082,20	-0,78
Ativos fixos tangíveis	7 931 227,55	7 736 511,28	194 716,27	2,52
Ativos intangíveis	239 204,76	466 549,31	-227 344,55	-48,73
Investimentos Financeiros	3 522,59	35 554,33	-32 031,74	-90,09
Outros ativos	577,82	0,00	577,82	-
Atividades de Financiamento	160 047,34	6 047,10	154 000,24	2546,68
Financiamento obtidos	132 519,22	1 843,65	130 675,57	7087,87
Juros e gastos similares	4 117,07	2 415,21	1 701,86	70,46
Redução de capital e de outros instrumentos de capital	23 411,05	1 788,24	21 622,81	1209,17
Total de Pagamentos	116 019 361,10	117 032 034,85	-1 012 673,75	-0,87
Fluxo das Atividades Operacionais	-6 243 464,41	-5 102 718,67	-1 140 745,74	22,36



RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020	Variação 2021-2020	
			(€)	(%)
Recebimentos Provenientes de:				
Fluxo das Atividades de Investimento	1 917 260,29	4 722 702,78	-2 805 442,49	-59,40
Fluxo das Atividades de Financiamento	23 691,27	176 736,64	-153 045,37	-86,60
Variação de caixa e seus equivalentes	-4 302 512,85	-203 279,25	-4 099 233,60	-2016,55

Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 90,80% (101,4 M€) dos rendimentos totais, enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 9,03% (10,1 M€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento, estes ascenderam a aproximadamente 184 k€, o que não tem representatividade no total dos recebimentos.

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 92,82% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 79,20% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 85,3 M€. Por sua vez, os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 7,05%, atingindo cerca de 8,2 M€. Por fim, os pagamentos de atividades de financiamento ascenderam a 160 k€, o que não tem qualquer representatividade nos pagamentos totais do Grupo Público UMinho.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

3.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, em 2021, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho, quando comparado com o período homólogo, sendo de realçar que:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 198,8 M€ (196,8 M€ em 2020);
- O passivo consolidado rondou os 54,4 M€ (51 M€ em 2020);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 144,4 M€ (145,8 M€ em 2020), dos quais, 973,9 k€ (906,5 k€ em 2020) são relativos a interesses não controlados;
- Os rendimentos consolidados ascenderam a 157,3 M€ (157,2 M€ em 2020);
- Os gastos consolidados ascenderam a 158,7 M€ (158,4 M€ em 2020);
- O resultado líquido consolidado do período ascendeu a cerca de 1,5 M€ negativos (1,1 M€ negativos em 2020);
- O EBITDA do período manteve-se nos 7,5 M€ (7,5 M€ em 2020).

Importa referir que o *International Public Sector Accounting Standard Board*, no RPG 3 – *Reporting Service Performance Information*, recomenda que, em complemento às demonstrações financeiras, as entidades divulguem, no relatório de gestão, informação sobre o seu desempenho. Em sintonia com este organismo internacional, a UniLEO, no Modelo de Prestação de Contas das Entidades Públicas, refere que tal informação complementar é um precioso auxílio aos diferentes utilizadores, dado que, tratando-se de informação relevante, não só contribui para a compreensão do resultado da entidade, como possibilita avaliar a extensão, a eficiência e a eficácia do desempenho da organização na alocação de recursos que faz na prossecução da sua atividade e, por consequência, apurar responsabilidades e tomar decisões.

Na sequência do exposto, são apresentados de seguida os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2021, bem como, a variação dos mesmos, face ao período homólogo:

Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo



Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido



Figura 2 - Rentabilidade do Ativo

No que respeita à rentabilidade do património líquido (resultado líquido/património líquido) em 2021 verificou-se uma diminuição de 0,30 p.p.. Por sua vez, a rentabilidade do ativo (resultado líquido/ativo) registou uma redução de 0,21 p.p.. Ambas as variações negativas são justificadas pelo resultado líquido consolidado negativo do período.



Rentabilidade Económica



Figura 3 - Rentabilidade Económica

O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta uma diminuição de 0,05 p.p., face ao período homólogo, atingindo os 3,78% em 2021, face a 3,83% em 2020. Esta diminuição indica que a atividade do Grupo Público UMinho não foi capaz de financiar o seu ativo total com a mesma capacidade que em 2020.

Margem EBITDA



Figura 4 - Margem EBITDA

A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas, serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA em 2021 atingiu os 23,09%, representando uma ligeira redução de 0,14 p.p. face ao ano 2020, justificado essencialmente pela diminuição do EBITDA do Grupo Público UMinho em 33 k€.

Solvabilidade

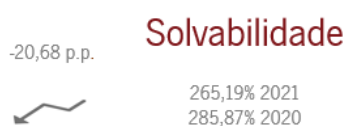


Figura 5 - Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se um decréscimo da solvabilidade apresentada em 20,68 p.p..

Autonomia Financeira

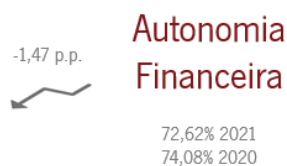


Figura 6 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade de o património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. Assim, no período em análise o Grupo Público apresenta uma redução na capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios em 1,47 p.p. (de 74,08% em 31/12/2020, para 72,62% em 31/12/2021).

Liquidez Geral

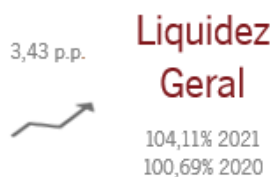


Figura 7 - Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para solver os seus compromissos no curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral em 2021 atingiu os 104,11%, correspondendo a um acréscimo de 3,43 p.p. face a 2020, justificada por um aumento do ativo corrente (em 3,6 M€) superior aumento verificado no passivo corrente (em 1,8 M€).

3.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão e decorrente das necessidades de reporte interno e externo do Grupo Público UMinho, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos imputados às atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho. Neste sentido, torna-se necessário divulgar que as atividades do Grupo Público UMinho, foram estabelecidas de acordo com os Estatutos da UMinho, desagregando-se em:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação; e
- Atividade de interação com a sociedade.

A análise de gestão que se expõe neste ponto, teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, pelo que se incluem todos os rendimentos e gastos das entidades-filhas na atividade de interação com a sociedade.

3.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

Em 2021, foram imputados os rendimentos e gastos por atividades do Grupo Público UMinho. Para uma melhor compreensão do exercício efetuado na área da contabilidade de gestão, importa relembrar que a UMinho é composta por diferentes tipos de unidades, consoante os objetivos, estrutura, natureza e autonomia.

Em conformidade com o preceituado no §35 da NCP 27, para além de se apresentar os resultados pelas atividades acima mencionadas, apresentam-se ainda os resultados pelos seguintes indicadores:

- Por aluno;
- Por atividade de apoio aos estudantes, a qual fornece resultado por:
 - Departamento de Alimentação;
 - Departamento de Apoio Social;
 - Departamento de Desporto e Cultura;
- Rendimentos e gastos ambientais.

3.3.1.1. Resultados por atividade

De acordo com a NCP 27, a apresentação dos resultados por atividades, tem como objetivo prestar informação sobre o RLP aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade, assim como, proceder à divulgação dos rendimentos e gastos gerais não incorporados às respetivas atividades.

Os rendimentos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades de acordo com a tabela infra:



Tabela 31 – Rendimentos, em euros

Atividades	Rendimentos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	92 783 284,08	920 232,32	93 703 516,40
Investigação	47 685 922,67	553 819,83	48 239 742,50
Interação com a sociedade	15 261 475,58	83 432,82	15 344 908,40
Rendimentos incorporados	155 730 682,33	1 557 484,97	157 288 167,30
Rendimentos gerais não incorporados	0,00	37 634,34	37 634,34
Rendimentos antes de impostos	155 730 682,33	1 595 119,31	157 325 801,64

O Grupo Público UMinho obteve em 2021 um montante total de rendimentos de 157,3 M€, os quais foram imputados quase na totalidade às atividades, sendo apenas reconhecidos como rendimentos gerais não incorporados o montante de 37,6 k€, correspondendo a 0,02% do total dos rendimentos antes de impostos, e dizem respeito a rendimentos obtidos com a venda de sucata e outros que não decorrem da atividade normal do Grupo Público UMinho.

Por sua vez, os gastos do Grupo Público UMinho foram imputados às atividades conforme exposto na tabela seguinte:

Tabela 32 – Gastos, em euros

Atividades	Gastos		Total
	Diretos	Indiretos	
Ensino	77 869 768,39	12 857 873,69	90 727 642,08
Investigação	43 505 083,99	8 119 424,87	51 624 508,86
Interação com a sociedade	14 432 499,05	1 313 754,02	15 746 253,07
Gastos incorporados	135 807 351,43	22 291 052,58	158 098 404,01
Gastos gerais não incorporados	0,00	621 930,05	621 930,05
Gastos antes de impostos	135 807 351,43	22 912 982,63	158 720 334,06

Da análise da tabela anterior, verifica-se que os gastos em 2021 ascenderam a 158,7 M€, sendo de realçar que:

- Foram imputados às atividades um total de 158,1 M€; e
- Existem gastos não incorporados, que incluem os gastos ambientais, administrativos, financeiros e outros, no montante de 621,9 k€, os quais correspondem a 0,39% do total dos gastos antes de impostos.

Assim, importa referir que o Grupo Público UMinho obteve um RLP consolidado antes de impostos negativo de aproximadamente 1,4 M€, conforme demonstra a tabela infra:

Tabela 33 – Resultados por atividade, em euros

Atividades	Total
Ensino	2 975 874,32
Investigação	-3 384 766,36
Interação com a sociedade	-401 344,67
Resultados das atividades	-810 236,71
Rendimentos gerais não incorporados	37 634,34
Gastos gerais não incorporados	621 930,05
Resultado antes de impostos	-1 394 532,42

Através da análise da tabela anterior, importa realçar que a variação negativa na atividade de investigação é, essencialmente, justificada por uma devolução efetuada à Comissão Europeia, no valor de 3,7 M€, o que originou uma imputação de gastos de estrutura de maior montante à atividade de investigação, assim como, devido ao volume de despesa financiada que ainda não tinha sido submetida em pedidos de pagamento pelas UO.

Importa ainda referir que, o resultado negativo da atividade de interação com a sociedade nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, deve-se, essencialmente, às atividades de serviços de alimentação, e de desporto e cultura, prestadas pelos SASUM.

3.3.1.2. Resultados da atividade de ensino

O resultado da atividade de ensino foi obtido através das UO pertencentes ao Grupo Público UMinho, apurando-se um resultado positivo de cerca de 3 M€, conforme tabela infra.

Acresce referir que, o resultado da atividade de ensino advém da entidade-mãe do Grupo Público UMinho, sendo considerados como rendimentos a dotação do OE, a propina e outras taxas cobradas aos alunos, assim como, a especialização dos subsídios aos edifícios e os rendimentos das unidades que auxiliam na atividade ensino.



No que diz respeito aos gastos, são consideradas as dimensões de funcionamento das UOs (com exceção do I3Bs) os vencimentos pagos por dimensões de funcionamento das Unidades de apoio ao ensino, tais como a dimensão da USGA, o GPA, a USAAE, a USAI e outras dimensões associadas ao ensino. Foram ainda imputados a esta atividade os vencimentos pagos centralmente, as depreciações dos equipamentos e edifícios, bem como os gastos gerais suportados institucionalmente.

Tabela 34 - Rendimentos e gastos atividade Ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	2 585 344,66	2 709 293,26	-123 948,60
EC	14 052 450,27	15 883 261,40	-1 830 811,13
ED	4 354 309,81	3 424 376,36	929 933,45
EE	29 881 965,29	26 409 160,02	3 472 805,27
EEG	9 380 126,74	8 709 398,56	670 728,18
EM	9 875 502,94	9 396 723,15	478 779,79
EP	3 044 758,44	2 608 962,11	435 796,33
ESE	4 155 280,98	2 762 077,11	1 393 203,87
IE	5 370 586,91	6 913 008,32	-1 542 421,41
ICS	5 244 747,48	5 615 768,11	-371 020,63
ELACH	5 549 903,61	6 068 286,98	-518 383,37
I3Bs	208 539,27	227 326,71	-18 787,44
Total UMinho	93 703 516,40	90 727 642,08	2 975 874,32

Tendo em consideração os rendimentos e gastos presentes na tabela anterior e o número de alunos equivalentes por cada UO, apurou-se o seguinte rendimento/gasto médio por aluno.

Tabela 35 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

Aluno	2021				
	Rendimentos (€)	Gastos (€)	Nº de alunos equiv.	Rendimento médio aluno	Gasto médio aluno
EAAD	2 585 344,66	2 709 293,26	498,77	5 183,45	5 431,96
EC	14 052 450,27	15 883 261,40	2 791,35	5 034,28	5 690,16
ED	4 354 309,81	3 424 376,36	1 450,56	3 001,81	2 360,72
EE	29 881 965,29	26 409 160,02	5 889,05	5 074,16	4 484,45
EEG	9 380 126,74	8 709 398,56	2 719,55	3 449,15	3 202,52
EM	9 875 502,94	9 396 723,15	964,32	10 240,94	9 744,45
EP	3 044 758,44	2 608 962,11	625,72	4 866,02	4 169,55
ESE	4 155 280,98	2 762 077,11	559,19	7 430,91	4 939,44
IE	5 370 586,91	6 913 008,32	1 213,27	4 426,54	5 697,83
ICS	5 244 747,48	5 615 768,11	1 428,11	3 672,51	3 932,31
ELACH	5 549 903,61	6 068 286,98	1 482,80	3 742,87	4 092,46
I3Bs	208 539,27	227 326,71	59,32	3 515,50	3 832,21
Total UMinho	93 703 516,40	90 727 642,09	19 682,00	4 760,87	4 609,68

3.3.1.3. Resultado da atividade de investigação

Os resultados da atividade de investigação, têm em consideração a informação presente nas contas separadas da entidade-mãe, pelo que para a determinação deste resultado foram tidos em conta todos os rendimentos e gastos das dimensões presentes no módulo de gestão de projetos (com exceção das dimensões relativas a projetos diretos, ao PRR, e aos projetos do programa Erasmus+), emprego científico, da USAPI e outras dimensões associadas à atividade de investigação. Na sequência do exposto, a tabela seguinte apresenta a desagregação dos rendimentos e gastos afetos à atividade de investigação do Grupo Público UMinho.



Tabela 36 - Rendimentos e gastos da atividade Investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	291 049,64	436 023,68	-144 974,04
EC	6 926 472,16	6 756 974,06	169 498,10
ED	151 990,84	152 348,78	-357,94
EE	18 779 221,07	19 594 054,16	-814 833,09
EEG	715 800,94	606 271,79	109 529,15
EM	4 367 615,11	4 430 450,36	-62 835,25
EP	1 920 208,04	1 968 245,45	-48 037,41
ESE	133 651,04	116 577,19	17 073,85
IE	546 789,87	501 285,48	45 504,39
ICS	1 525 322,60	1 357 732,65	167 589,95
ELACH	622 951,06	545 476,85	77 474,21
I3Bs	8 754 900,73	11 539 554,01	-2 784 653,28
RT+US+UCI+UD	3 503 769,40	3 619 514,40	-115 745,00
Total UMinho	48 239 742,50	51 624 508,86	-3 384 766,36

A tabela anterior evidencia o resultado da atividade de investigação no Grupo Público UMinho, traduzindo-se este num resultado negativo de 3,4 M€, o qual já foi explicado no ponto 3.3.1.1. “Resultados por atividade”.

3.3.1.4. Resultado da atividade interação com a sociedade

Nesta atividade estão incluídos todos os rendimentos e gastos apresentados nas contas separadas da UMinho (nomeadamente: prestações de serviços), assim como, os rendimentos e gastos de todas as entidades-filhas pertencentes ao Grupo Público UMinho.

Tabela 37 - Rendimentos e gastos da atividade interação com a sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	35 253,69	60 980,65	-25 726,96
EC	5 120,38	47 469,13	-42 348,75
ED	16 581,16	24 222,53	-7 641,37
EE	970 858,82	160 721,54	810 137,28
EEG	397 067,72	163 964,37	233 103,35
EM	266 905,38	432 222,47	-165 317,09
EP	428 556,03	396 538,26	32 017,77
ESE	5,55	21 685,53	-21 679,98
IE	170 637,75	11 612,26	159 025,49
ICS	100 203,99	150 004,54	-49 800,55
ELACH	363 430,26	281 082,51	82 347,75
I3Bs	686,23	0,00	686,23
RT+US+UCI+UD	1 778 940,96	2 880 843,97	-1 101 903,01
ACMP5	308 090,53	219 792,64	88 297,89
B'ACIS	155 600,93	123 596,06	32 004,87
APSI	253 302,22	251 450,22	1 852,00
2CA	46 686,21	0,00	46 686,21
CENTI	8 122,95	0,00	8 122,95
IDEGUI	0,00	73,97	-73,97
CCVG	1 095,61	0,00	1 095,61
CEJUR	1 216,35	0,00	1 216,35
CCG	79 466,90	0,00	79 466,90
PIEP	41 155,74	0,00	41 155,74
CVR	1 143 774,51	952 007,42	191 767,09
TECMINHO	2 636 151,04	2 615 906,15	20 244,89
SASUM	6 113 465,98	6 942 815,12	-829 349,14
IC	8 135,22	0,00	8 135,22
BLCS	14 396,30	0,00	14 396,30
CS	0,00	9 263,73	-9 263,73
Total UMinho	15 344 908,40	15 746 253,07	-401 344,67



Tendo em consideração que os SASUM apresentam os seus resultados desagregados por diversos produtos/serviços (alimentação, apoio social e desporto e cultura), considera-se pertinente expor os mesmos. Neste sentido, a tabela seguinte apresenta estes resultados sem qualquer ajustamento de consolidação.

Tabela 38 - Resultados por produtos/serviços SASUM, em euros

Produtos/Serviços	Rendimentos	Gastos	Resultado Bruto	Unid. de imputação	N.º unid. de imputação	Gastos por unid.	Res. por unid. de imp.
Alimentação	3 560 828,44	4 120 230,82	-559 402,38	—	—	—	—
Bares	1 633 345,82	1 595 189,93	38 155,89	N.º Atendimentos	573 173	2,85	2,78
Cantinas	1 286 954,39	1 723 353,04	-436 398,65	N.º Refeições	254 562	5,06	6,77
Restaurantes	253 061,59	382 004,96	-128 943,37	N.º Refeições	6 306	40,13	60,58
Grill's	387 466,64	419 682,89	-32 216,25	N.º Refeições	42 216	9,18	9,94
Apoio social	2 274 881,79	2 136 461,34	138 420,45	—	—	—	—
Alojamento	1 931 987,05	1 673 819,02	258 168,03	N.º Camas	1 271	1 520,05	1 316,93
Bolsas	234 800,95	349 313,66	-114 512,71	N.º Candidatos	7 095	33,09	49,23
Apoio ao bem-estar do estudante	108 093,79	113 328,66	-5 234,87	N.º Consultas	920	117,49	123,18
Desporto e cultura	633 276,85	1 041 644,06	-408 367,21	—	—	—	—
Atividade desportiva	633 276,85	934 462,22	-301 185,37	N.º Usos Instalações	92 867	6,82	10,06
Atividade cultural	0,00	107 181,84	-107 181,84	N.º Grupos Culturais	15	0,00	7 145,46
Total	6 468 987,09	7 298 336,23	- 829 349,14				

Da análise da tabela anterior, verifica-se que à exceção da prestação de serviços de alojamento e de bares, que apresentaram um resultado positivo conjunto de 296 k€, todos os restantes serviços apresentaram resultados negativos, em cerca de 1,1 M€.

3.3.1.5. Rendimentos gerais e gastos não incorporados

Tendo em consideração o § 38 da NCP 27 do SNC-AP, no período de 2021 o Grupo Público UMinho suportou 621,9 k€ com gastos não incorporados às atividades, os quais de decompõe em seguida:

- Gastos ambientais, no montante de 131,3 k€, relativos à recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos;
- Gastos administrativos, no montante de 441,8 k€, relativos aos gastos com o funcionamento da USFP, da USRH, da USCP, do Gabinete do Reitor, do Gabinete do Administrador, entre outros;
- Gastos financeiros, no montante de 18,8 k€, relativos aos encargos com as locações financeiras existentes;
- Outros gastos, no montante de 30 k€.

Por outro lado, foram reconhecidos rendimentos gerais não incorporados no montante de 37,6 k€, relacionados com a venda de sucata e outros que não decorrem da atividade normal do Grupo Público UMinho, pelo que se apurou um resultado não incorporado às atividades negativo de 584,3 k€.

Tabela 39 - Rendimentos e Gastos não incorporados

Rendimentos e Gastos não incorporados	Montante (€)
Rendimentos gerais	37 634,34
Gastos não incorporados	621 930,05
Gastos ambientais	131 250,82
Gastos administrativos	441 818,88
Gastos financeiros	18 776,69
Outros gastos	30 083,66
Resultado	-584 295,71

4. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2021, a UMinho não tinha qualquer dívida bancária. Contudo, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 36,6 M€ (36,9 M€ em 31 de dezembro de 2020), conforme evidenciado na Tabela 40.



Tabela 40 - Capacidade de endividamento, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	198 800 012,60	196 813 282,04
Endividamento	236 549,08	186 829,72
+ Financiamentos bancários	278 792,71	331 051,07
- Locações financeiras	42 243,63	144 221,35
Património Líquido	144 362 204,63	145 808 115,13
Cash-flow	9 125 766,58	9 227 350,50
Grau de autonomia financeira	72,62%	74,08%
Quádruplo do Cash-flow	36 503 066,34	36 909 402,00

Apesar de não se mostrar cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira (72,62% em 31/12/2021), a UMinho, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

5. Factos ocorridos após a data do balanço

Após o encerramento do período, à data de 31 de dezembro de 2021, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Contudo deve ser realçado que o Grupo Público UMinho continuará a acompanhar a evolução da pandemia de Covid-19, seguindo todas as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como de outras entidades com responsabilidade para o efeito.

Para além da evolução da pandemia de Covid-19, deve ser realçado o conflito despoletado pela invasão da Rússia na Ucrânia, que se poderá traduzir em dificuldades orçamentais e financeiras, decorrentes da inflação e da escassez de determinados bens utilizados na atividade do Grupo Público UMinho.

Importa referir que apesar de não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo Público, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Obrigação de apresentação de contas consolidadas

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas, será sujeito a apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 27 de junho de 2022 (*vide* alínea f), n.º 2, do art.º 29, do Despacho Normativo n.º 15/2021, de 16 de junho), e à homologação da respetiva deliberação em Conselho de Curadores a realizar no dia 28 de junho de 2022 (*vide* ponto v), da alínea g), do art.º 9º, do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro), por forma a cumprir com a submissão das contas consolidadas ao Tribunal de Contas até dia 30 de junho de 2022, em consonância com o disposto na alínea c), do ponto 3, da Resolução n.º 2/2021 do Tribunal de Contas, de 24 de dezembro de 2021, e com a segunda parte do n.º 4, do art.º 52.º, da LOPTC.

7. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 20 de junho de 2022.

Universidade do Minho, 20 de junho de 2022

O Conselho de Gestão



8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

8.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2021 Consolidado	2020 Consolidado	Rubrica	PAGAMENTOS	2021 Consolidado	2020 Consolidado
	Saldo da gerência anterior	16 083 713,89	16 908 327,79				
	Operações orçamentais (1)	15 935 582,08	16 717 099,58				
	Restituição do saldo oper. orçar	14 935 374,84	14 933 057,56				
	Operações de tesouraria (A)	148 131,81	191 228,21				
	Receita corrente	131 811 778,50	138 388 381,50				
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesa Corrente	141 175 296,63	144 048 336,89
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Despesas com o pessoal	101 092 807,00	99 419 733,02
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	80 881 442,04	79 389 562,36
R2	Contribuições para a segurança social,	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 425 315,24	1 289 608,74
R3	Taxas, multas e outras penalidades	21 564 215,55	22 037 144,28	D13	Segurança Social	18 786 049,72	18 740 561,92
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	20 928 769,28	23 995 232,49
R5	Transferências Correntes	102 548 834,41	110 133 951,58	D3	Juros e outros encargos	175 426,23	159 501,21
R51	Administrações Públicas	71 178 301,76	69 865 535,06	D4	Transferências correntes	18 643 619,43	19 210 803,82
R511	Administração Central -	70 575 844,10	66 817 249,00	D41	Administrações Públicas	1 506 678,64	2 292 937,03
R512	Administração Central -	595 009,62	3 041 959,14	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R513	Segurança Social	7 448,04	6 326,92	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 506 678,64	2 292 937,03
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	28 530 308,01	36 823 585,68	D415	Administração Local	0,00	0,00
R53	Outras	2 840 224,64	3 444 830,84	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 133 881,79	2 121 039,32
R6	Venda de bens e serviços	7 419 644,06	6 214 218,93	D43	Famílias	8 923 262,09	9 647 118,62
R7	Outras receitas correntes	279 084,48	3 066,71	D44	Outras	7 079 796,91	5 149 708,85
	Receita de capital	10 084 030,51	12 926 749,23	D5	Subsídios	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	58,45	D6	Outras despesas correntes	334 674,69	1 265 066,35
R9	Transferências de Capital	10 084 030,51	12 921 085,40	D6	Despesas de Capital	7 744 174,21	8 034 238,75
R91	Administrações Públicas	10 076 580,76	12 893 732,25	D7	Investimento	7 744 174,21	8 034 238,75
R911	Administração Central -	49 203,51	0,00	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R912	Administração Central -	10 027 377,25	12 893 732,25	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	4 264,54	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R93	Outras	7 449,75	23 088,61	D815	Administração Local	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	5 605,38	D82	Outras	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1 929 433,02	47 927,41	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
			0,00			0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	143 825 242,03	151 363 058,14		Despesa efetiva (5)	148 919 470,84	152 082 575,64
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	300,00	62 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	300,00	62 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	159 760 824,11	168 080 157,72		Soma (7)=(5)+(6)	148 919 770,84	152 144 575,64
	Operações de tesouraria (B)	1 029 984,04	131 683,61		Operações de tesouraria (C)	283 214,77	174 780,01
					Saldo para a gerência seguinte	11 735 954,35	16 083 713,89
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	10 841 053,27	15 935 582,08
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	894 901,08	148 131,81
					Saldo global	-5 094 228,81	-719 517,50
					Despesa primária	148 744 044,61	151 923 074,43
					Saldo corrente	-9 363 518,13	-5 659 955,39
					Saldo de capital	2 339 856,30	4 892 510,48
					Saldo primário	-4 918 802,58	-560 016,29
					Receita total (1) + (2) + (3)	159 760 824,11	168 080 157,72
					Despesa total (5) + (6)	148 919 770,84	152 144 575,64



8.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza							
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2021 Consolidado	2020 Consolidado	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2021 Consolidado	2020 Consolidado
	Receita corrente	132 906 515,30	137 930 133,49		Despesa Corrente	147 460 840,70	149 303 927,38
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	104 566 303,51	102 613 341,76
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	82 973 113,46	81 328 065,75
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 431 125,14	1 293 232,97
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	20 162 064,91	19 992 043,04
R3	Taxas, multas e outras penalidades	23 183 492,02	20 726 117,40	D2	Aquisição de bens e serviços	23 596 768,32	26 004 648,74
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	175 426,23	160 065,35
R5	Transferências Correntes	102 692 704,42	110 108 901,13	D4	Transferências correntes	18 745 725,62	19 223 893,65
R51	Administrações Públicas	71 215 301,69	69 865 535,06	D41	Administrações Públicas	1 606 678,64	2 294 795,58
R511	Administração Central - Estado	70 575 844,10	66 817 249,00	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	632 009,55	3 041 959,14	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 606 678,64	2 294 795,58
R513	Segurança Social	7 448,04	6 326,92	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	28 513 569,98	36 836 096,05	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 133 881,79	2 121 083,74
R53	Outras	2 963 832,75	3 407 270,02	D43	Famílias	8 925 368,28	9 658 305,48
R6	Venda de bens e serviços	6 751 234,38	7 092 048,25	D44	Outras	7 079 796,91	5 149 708,85
R7	Outras receitas correntes	279 084,48	3 066,71	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	10 084 030,51	12 926 690,78	D6	Outras despesas correntes	376 617,02	1 301 977,88
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00		Despesas de Capital	8 829 902,55	9 681 028,79
R9	Transferências de Capital	10 084 030,51	12 921 085,40	D7	Investimento	8 829 902,55	9 681 028,79
R91	Administrações Públicas	10 076 580,76	12 893 732,25	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	49 203,51	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	10 027 377,25	12 893 732,25	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	0,00	4 264,54	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	7 449,75	23 088,61	D82	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	5 605,38	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1 921 753,12	48 810,19				
	Receita efetiva (1)	144 912 298,93	150 905 634,46		Despesa efetiva (5)	156 290 743,25	158 984 956,17
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,25		Despesa não efetiva (6)	300,00	62 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,25	D10	Despesa com ativos financeiros	300,00	62 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total (3)=(1)+(2)	144 912 298,93	150 905 634,71		Despesa Total (7)=(5)+(6)	156 291 043,25	159 046 956,17



8.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Público UMinho compreende a UMinho (como entidade-mãe) e os SASUM. Relativamente aos SASUM importa referir que em consonância com os Estatutos da UMinho, estes gozam de autonomia administrativa e financeira, e prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações, para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples aos SASUM, pois são controlados a 100% pela entidade-mãe, sendo que a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.

Por fim, tendo em consideração que a NCP 26 do normativo vigente não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.



9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021			
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	136 424 051,84	138 633 719,01
Propriedades de investimento	8	908 223,53	928 657,37
Ativos intangíveis	3	763 481,55	785 386,75
Investimentos financeiros - MEP	9;18;20;22	6 368 813,29	5 714 589,26
Investimentos financeiros - Custo	9;18;20;22	327 524,67	316 015,88
Outros ativos financeiros	18	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	18	0,00	2 183,34
		144 792 094,88	146 380 551,61
Ativo corrente			
Inventários	10	259 826,60	226 419,76
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	17 003 875,70	10 697 790,80
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	22 744 682,11	21 879 924,35
Estado e outros entes públicos	18	1 592,96	2 793,31
Acionistas/sócios/associados	18	2 500,00	2 500,00
Outras contas a receber	18	938 949,80	604 141,59
Diferimentos	23	368 191,63	28 348,85
Caixa e depósitos	1;18	12 688 298,92	16 990 811,77
		54 007 917,72	50 432 730,43
Total do Ativo		198 800 012,60	196 813 282,04
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados transitados	18	-69 616 478,69	-68 279 641,64
Ajustamentos em ativos financeiros	18	5 816 458,60	5 154 061,43
Excedentes de revalorização	18	3 813,20	3 975,46
Outras variações no património líquido	18	68 112 300,78	68 531 723,96
Resultado líquido do período	18	-1 549 270,11	-1 129 971,21
Interesses que não controlam	18	973 916,46	906 502,74
		144 362 204,63	145 808 115,13
Total do Património Líquido		144 362 204,63	145 808 115,13
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	2 284 358,13	777 248,96
Financiamentos obtidos	18	182 238,61	38 645,66
Passivos por impostos diferidos		4 523,32	0,00
Outras contas a pagar		92 773,78	100 994,60
		2 563 893,84	916 889,22
Passivo corrente			
Fornecedores	18	2 910 046,38	2 098 315,93
Estado e outros entes públicos	18	3 888 227,64	3 841 282,72
Financiamentos obtidos	18	96 554,10	292 405,41
Fornecedores de investimentos	18	1 207 155,10	1 669 106,37
Outras contas a pagar	18	23 540 192,31	21 797 671,68
Diferimentos	23	20 227 866,72	20 385 698,68
Outros passivos financeiros	18	3 871,88	3 796,91
		51 873 914,13	50 088 277,70
Total do passivo		54 437 807,97	51 005 166,92
Total do património líquido e passivo		198 800 012,60	196 813 282,05



9.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Grupo Público UMinho			
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021			
		Unidade Monetária: Euro	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP 2021	SNC-AP 2020
Impostos e taxas	13	22 866 338,14	23 520 650,85
Vendas	13	896 208,94	733 938,58
Prestações de serviços	13	8 747 035,73	8 206 422,81
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	115 607 803,64	116 640 623,21
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22	190 937,57	207 028,11
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-939 572,64	-810 874,88
Fornecimentos e serviços externos	23	-21 421 010,95	-23 321 171,67
Gastos com pessoal	19	-103 732 989,13	-101 267 359,70
Transferências e subsídios concedidos	23	-18 602 448,95	-19 069 479,08
Prestações sociais	23	-9 329,99	-5 883,68
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-463 619,13	-1 609 070,43
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1 507 109,17	-194 428,75
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	0,00	-30 510,00
Aumentos/reduções de justo valor		97,99	73,49
Outros rendimentos e ganhos	13;14	8 706 972,02	7 740 467,64
Outros gastos e perdas		-2 831 420,26	-3 199 568,63
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 507 893,81	7 540 857,87
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-8 704 308,39	-8 523 312,53
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 196 414,58	-982 454,66
Juros e rendimentos similares obtidos	13	126,35	324,12
Juros e gastos similares suportados	23	-198 244,19	-174 946,31
Resultado antes de impostos		-1 394 532,42	-1 157 076,85
Imposto sobre o rendimento		-77 770,15	-51 530,40
Resultado líquido do período		-1 472 302,57	-1 208 607,25
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-1 549 270,11	-1 129 971,21
Interesses que não controlam		76 967,53	-78 636,04
		-1 472 302,57	-1 208 607,25



9.3. Demonstração dos Resultados por Funções Consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2021 Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	92 783 284,08	47 685 922,67	15 261 475,58	155 730 682,33
Gastos diretos	77 869 768,39	43 505 083,99	14 432 499,05	135 807 351,43
Margem de contribuição direta	14 913 515,69	4 180 838,68	828 976,53	19 923 330,90
Rendimentos indiretos	920 232,32	553 819,83	83 432,82	1 557 484,97
Gastos indiretos	12 857 873,69	8 119 424,87	1 313 754,02	22 291 052,58
Resultado bruto do período	2 975 874,32	-3 384 766,36	-401 344,67	-810 236,71
Rendimentos gerais				37 634,34
Gastos não incorporados				621 930,05
Gastos ambientais				131 250,82
Gastos administrativos				441 818,88
Gastos financeiros				18 776,69
Outros gastos				30 083,66
Resultado antes de impostos				-1 394 532,42
Imposto sobre o rendimento				-77 770,15
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				-1 549 270,11
Interesses que não controlam				76 967,53
				-1 472 302,57

Entidade: Grupo Público UMinho				
Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo 31 de dezembro de 2020 Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	Ensino	Investigação	Interação com a Sociedade	Total
Rendimentos diretos	91 039 191,72	50 014 382,93	14 724 369,10	155 777 943,75
Gastos diretos	82 972 103,90	48 254 356,83	15 489 350,90	146 715 811,63
Margem de contribuição direta	8 067 087,82	1 760 026,10	-764 981,80	9 062 132,12
Rendimentos indiretos	821 088,75	477 523,26	57 471,50	1 356 083,52
Gastos indiretos	6 706 827,71	3 900 511,67	469 439,48	11 076 778,85
Resultado bruto do período	2 181 348,86	-1 662 962,30	-1 176 949,77	-658 563,21
Rendimentos gerais				88 029,73
Gastos não incorporados				586 543,36
Gastos ambientais				26 422,83
Gastos administrativos				354 337,97
Gastos financeiros				10 000,74
Outros gastos				195 781,82
Resultado antes de impostos				-1 157 076,84
Imposto sobre o rendimento				-51 530,40
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				-1 129 971,21
Interesses que não controlam				-78 636,04
				-1 208 607,25



9.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2021										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-68 279 641,64	5 154 061,43	3 975,46	68 531 723,96	-1 129 971,21	144 901 612,39	906 502,74	145 808 115,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18		162,26			-162,26		0,00		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18		-1 336 999,31	662 397,17		-419 423,18	1 129 971,21	35 945,89	-9 553,81	26 392,07
	(2)	0,00	-1 336 837,05	662 397,17		-162,26	1 129 971,21	35 945,89	-9 553,81	26 392,07
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						-1 549 270,11	-1 549 270,11	76 967,53	-1 472 302,57
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						-1 549 270,11	-1 549 270,11	76 967,53	-1 472 302,57
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-69 616 478,68	5 816 458,60	3 813,20	68 112 300,78	-1 549 270,11	143 388 288,18	973 916,46	144 362 204,63

Entidade: Grupo Público UMinho										
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020										
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	-68 736 475,84	3 144 224,36	98 569,09	70 142 597,11	1 134 221,44	146 404 600,55	977 966,88	147 382 567,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18		94 593,63			-94 593,63		0,00		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18		362 240,57	2 009 837,07		-1 610 873,15	-1 134 221,44	-373 016,95	7 171,90	-365 845,05
	(2)	0,00	456 834,20	2 009 837,07		-94 593,63	-1 134 221,44	-373 016,95	7 171,90	-365 845,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)						-1 129 971,21	-1 129 971,21	-78 636,04	-1 208 607,25
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(1)+(2)+(3)						-1 129 971,21	-1 129 971,21	-78 636,04	-223 468,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	-68 279 641,64	5 154 061,43	3 975,46	68 531 723,96	-1 129 971,21	144 901 612,39	906 502,74	145 808 115,13



9.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2021

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021			
RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP 2021	SNC-AP 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 934 860,79	8 924 704,87
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		21 564 215,55	22 037 144,28
Pagamentos a fornecedores		22 393 990,01	25 207 078,72
Pagamentos ao pessoal		85 290 791,03	83 580 294,11
	Caixa gerada pelas operações	-75 185 704,70	-77 825 523,68
Outros recebimentos/pagamentos		68 942 240,29	72 722 805,01
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-6 243 464,41	-5 102 718,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		7 931 227,55	7 736 511,28
Ativos intangíveis		239 204,76	466 549,31
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		3 522,59	35 554,33
Outros activos		577,82	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	5 663,83
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		7 762,50	34 548,52
Transferência de capital		10 084 030,51	12 921 085,40
Juros e rendimentos similares		0,00	19,95
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	1 917 260,29	4 722 702,78
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		182 238,61	180 283,74
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		1 500,00	2 500,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		132 519,22	1 843,65
Juros e gastos similares		4 117,07	2 415,21
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		23 411,05	1 788,24
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	23 691,27	176 736,64
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-4 302 512,85	-203 279,25
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 990 811,77	17 194 091,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 688 298,92	16 990 811,77



9.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas – período 2021

As notas às demonstrações financeiras consolidadas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo omissas as notas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os membros do Conselho de Gestão que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Público.

Os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura infra.

Grupo Público UMinho				
UMinho Entidade-Mãe				
SASUM 100%	ACMP5 90%	B'ACIS 90%	APSI 80%	CVR 1,18%
TecMinho 12,50%	BLCS 50%	IC 50%	CCAB 50,00%	CCG 49,42%
Inst. Design 34,09%	CCVG 33,33%	Casa Sarmento 33,33%	PIEP 31,39%	IDITE Minho 25,45%
CEJUR 25,00%	CENTI 19,05%	SPINPARK 14,29%	BLC3 14,29%	AVEPARK 10,61%
IGAP 9,09%	TECMEAT 8,33%	B2E 7,69%	Lab. Paisagem 8,33%	DTX 7,58%
CECoLab 7,14%	ProChild Colab 6,67%	AFTEBI 6,35%	INESC TEC 5,26%	Colab 4Food 4,62%
BIOREF 5,00%	BUILT CoLAB 5,00%	Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 2,94%
AEDOAVE 2,00%	INTEGRALAR 0,86%	TICE.PT 1,19%	Ofic. Inovação 1,00%	OPEN 0,98%
POOL-NET 0,98%	VARD 2015 0,57%	ADRAVE 0,44%	CITEVE 0,15%	Fund. Bienal C. 0,08%
Fund. Port. Afr. 0,06%	ADVID <20%	4LIFELAB 0,11%	L.C.S.D 0,05%	

Figura 8 - Grupo Público UMinho

Importa referir que a entidade B'ACIS detém 25% da entidade Icognitus4all – It Solutions, Lda, pelo que a participação desta entidade se encontra reconhecida ao MEP nas suas contas separadas. Consequentemente, a entidade-mãe do Grupo Público UMinho detém indiretamente 22,50% da entidade Icognitus4all – It Solutions, Lda.



O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas na Figura 8, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2021 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2022.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico

Em 2021 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP, que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP, este Sistema veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no art.º 13º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, os quais de acordo com o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115.º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no art.º 172 da Lei do OE/2021, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, e no art.º 115.º, Decreto-Lei n.º 89/2019, de 28 de junho, a UMinho está obrigada a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31/12/2021, um saldo à ordem no Tesouro no montante de, aproximadamente, 5,6 M€.

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Tabela 41 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	6 280,61	5 926,77
Depósitos à Ordem	12 450 243,76	16 557 294,62
Depósitos bancários à ordem	6 854 758,69	10 343 238,10
Depósitos à ordem no Tesouro	5 595 485,07	6 214 056,52
Depósitos a prazo	101 247,89	200 190,63
Depósitos consignados	0,00	79 293,03
Depósitos de garantias e cauções	130 526,66	148 106,72
Total caixa e depósitos	12 688 298,92	16 990 811,77



2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 42 - Vida útil do ativo fixo tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, o qual depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.

O ganho ou a perda do desreconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de outros gastos e perdas ou outros rendimentos e ganhos, consoante o Grupo Público UMinho, decorrente deste tipo de transações, tenha obtido uma mais-valia ou uma menos-valia.

Os investimentos em curso são ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida, pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito (doações), é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o custo do bem recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.



As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 43 - Vida útil das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriormente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 44 - Vida útil do ativo intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) Investimentos Financeiros

Os investimentos em associadas estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados, sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo, enquanto o capital próprio da entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões, para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas, por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional.

Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos



adquiridos, através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fielmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indício de os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.



Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantenha qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos sejam mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Impostos e taxas

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e de acordo com o regime de acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente e reconhecida numa base mensal como rendimento do Grupo Público.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D, de acordo com o exposto na FAQ 42, emitida a 22 de dezembro de 2020, são reconhecidas no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida.

Ainda, tendo em consideração a FAQ 42, as transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são reconhecidos no património líquido aquando da aquisição destes ativos, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) na proporção das respetivas depreciações e amortizações, durante a vida útil dos respetivos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas à data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí possam resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados



Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados, classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.

l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, e os SASUM, gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. Consequentemente, estas entidades não estão obrigadas a entregar a declaração anual de rendimentos, modelo 22 do IRC.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.



2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos das entidades que integram o Grupo Público UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Contudo, deve ser realçado que ainda são desconhecidos os efeitos que tanto a pandemia de Covid-19, como a invasão da Rússia na Ucrânia podem provocar na atividade do Grupo Público UMinho. Neste sentido, importa referir que o Grupo Público UMinho continuará a acompanhar a evolução da pandemia de Covid-19, seguindo todas as recomendações das entidades competentes para o efeito, bem como, do possível impacto financeiro e orçamental devido à previsível inflação e escassez de determinados bens na economia Mundial.

Importa referir que apesar de não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2021, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 45.

Tabela 45 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Proj. de desenvolvimento	175 967,91	175 967,91	0,00	175 967,91	175 967,91	0,00
Prog. comp. e sist. inf.	5 090 491,59	4 639 347,96	451 143,63	5 246 676,91	4 852 113,55	394 563,36
Ativos intang. em curso	334 243,12	0,00	334 243,12	368 918,19	0,00	368 918,19
Total	5 600 702,62	4 815 315,87	785 386,75	5 791 563,01	5 028 081,46	763 481,55

**d) Gastos/Reversões de amortizações**

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 239.847,54 € em 2021, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2021 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 217.942,34 €, e amortizações do período, no montante de 239.847,54 €, conforme evidenciado na Tabela 46.

Tabela 46 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas computador e sistemas de informação	451 143,63	183 267,27	-239 847,54 €	394 563,36 €
Ativos intangíveis em curso	334 243,12	34 675,07	0,00 €	368 918,19 €
Total	785 386,75 €	217 942,34 €	-239 847,54 €	763 481,55 €

De referir que as adições respeitante a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho em 2021, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador, no montante de cerca de 4,3 M€, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis**5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras****a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção, no final da vida útil.

Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

À data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 47 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2021.



Tabela 47 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, pat. histórico, art. e cultural						
Edif. e outras construções	448 105,34	0,00	448 105,34			
Pat. Hist., artist. e cultural	320 201,35	0,00	320 201,35			
	768 306,69	0,00	768 306,69	768 306,69	0,00	768 306,69
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e rec. naturais	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27
Edif. e outras construções	165 152 938,69	53 864 271,77	111 288 666,92	165 792 732,67	57 379 531,40	108 413 201,27
Equip. básico	73 789 113,75	61 900 337,97	11 888 775,78	77 257 416,52	66 352 108,20	10 905 308,32
Equip. de transporte	531 108,24	507 621,23	23 487,01	586 864,84	528 064,73	58 800,11
Equip. administrativo	27 049 384,35	26 438 400,80	610 983,55	27 272 978,85	26 736 527,02	536 451,83
Outros	10 927 356,07	10 136 980,31	790 375,76	10 989 131,69	10 295 407,74	693 723,95
AFT em curso	2 889 094,03	0,00	2 889 094,03	4 663 074,30	0,00	4 663 074,30
	290 713 024,40	152 847 612,08	137 865 412,32	296 936 228,14	161 291 639,09	135 644 589,05
Total	291 481 331,09	152 847 612,08	138 633 719,01	297 715 690,93	161 291 639,09	136 424 051,84

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2021, estão evidenciadas na Tabela 48.

Tabela 48 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo custo)			Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Edifícios e outras construções	448 105,34	11 156,10	0,00	0,00	459 261,44
Pat. histórico, artístico e cultural	320 201,35	0,00	0,00	0,00	320 201,35
	768 306,69	11 156,10	0,00	0,00	779 462,79
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	10 374 029,27	0,00	0,00	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	111 288 666,92	639 793,98	-3 515 259,63	0,00	108 413 201,27
Equipamento básico	11 888 775,78	3 468 298,28	-4 451 770,23	4,49	10 905 308,32
Equipamento de transporte	23 487,01	55 756,60	-20 443,50	0,00	58 800,11
Equipamento administrativo	610 983,55	223 594,50	-298 126,22	0,00	536 451,83
Outros	790 375,76	61 775,62	-158 427,43	0,00	693 723,95
AFT em curso	2 889 094,03	1 773 980,27	0,00	0,00	4 663 074,30
	137 865 412,32	6 223 199,25	0,00	4,49	135 644 589,05
Total	138 633 719,01	6 234 355,35	-8 444 027,01	4,49	136 424 051,84

Conforme evidenciado na Tabela 49, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho, no período económico de 2021, totalizaram 6.234.355,35 €, não se verificando qualquer aquisição de ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira.

Tabela 49 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros

Rubricas	Adições	
	Compra	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		
Património histórico, artístico e cultural	11 156,10	11 156,10
	11 156,10	11 156,10
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	639 793,98	639 793,98
Equipamento básico	3 468 298,28	3 468 298,28
Equipamento de transporte	55 756,60	55 756,60
Equipamento administrativo	223 594,50	223 594,50
Outros	61 775,62	61 775,62
Ativos fixos tangíveis em curso	1 773 980,27	1 773 980,27
	6 223 199,25	6 223 199,25
Total	6 234 355,35	6 234 355,35

**5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis**

No período de 2021, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 8.444.027,01€, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidadas.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2021, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 50.

Tabela 50 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros

Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados ainda em uso	2021	2020
Equipamento Informático e de telecomunicações	26 944 974,48	26 469 321,90
Equip. para invest. e form. de medida e de utilização técnica especial	28 067 611,75	25 415 814,48
Equipamento e material específico para serviços de saúde	61 838,48	10 064,90
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	938 002,98	790 575,93
Equipamento e material para serviços alimentação, rouparia e lavandaria	2 180 861,27	2 144 052,30
Equipamento para agricultura pesca e jardinagem	14 918,61	14 185,54
Equipamento e material apoio à produção	629 985,38	570 207,18
Outro equipamento básico	15 115 591,90	14 586 211,00
Transportes rodoviários	387 160,31	387 160,31
Equipamento escritório e de reprografia	1 396 678,58	1 390 257,53
Outro equipamento administrativo	1 460 807,20	1 450 871,03
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 012 062,40	8 043 216,83
Equipamento de oficina e reparações	14 142,76	13 414,73
Equipamento de decoração e conforto de utilização	1 876 164,78	1 852 915,21
Equipamento individual para fins especiais	645,80	215,20
Equipamento militar de segurança e defesa	92 527,75	89 405,21
Total Geral	87 193 974,43	83 227 889,28

6. Locações**6.1. Locações financeiras – locatários**

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo Público UMinho dispunha dos bens presentes na tabela seguinte, classificados em regime de locação financeira, em virtude de estes transferirem de forma substancial, os riscos e vantagens da posse do ativo para o locatário.

Tabela 51 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros

Rubricas	Quantia escriturada líquida		Pagamentos efetuados pelo locatário (2021)			
			Período		Acumulado	
	2020	2021	Capital	Juro	Capital	Juro
Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	36 271,93	12 313,72	23 958,21	5 850,39	72 047,64	9 926,01
Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	33 477,94	11 652,17	21 825,76	6 390,08	66 711,18	10 882,38
Chiller, Ed, 7 Gualtar	74 471,48	18 277,74	61 009,37	6 948,13	156 571,54	10 708,46
Total	144 221,35	42 243,63	106 793,34	19 188,60	295 330,36	31 516,85

Tabela 52 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros

Rubricas	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	14 138,27	0,00	0,00	14 138,27	13 861,05
Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	13 635,68	0,00	0,00	13 635,68	13 368,31
Chiller, Ed, 7 Gualtar	21 094,50	0,00	0,00	21 094,50	20 680,88
Total	48 868,45	0,00	0,00	48 868,45	47 910,25

Apresentam-se na Tabela 53 os contratos de locação financeira do Grupo Público UMinho que se encontram em vigor, à data de 31 de dezembro de 2021.



Tabela 53 - Descrição dos contratos de locação financeira

N.º Contrato	Locadora	Bem Locado	Data Início	Data Fim	Termos de renovação	Opções compra	Cláusula de escalonamento	Rest.
201800029137	Politérmica Eng., LDA	Chillers	01/01/2018	31/12/2021	não	sim	4	não tem
201900007923	JPSR, LDA	Chillers	17/04/2019	17/04/2022	não	sim	4	não tem

6.2. Locações operacionais - locatários

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 54 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

Tabela 54 - Locações operacionais – locatários, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Pagamentos mínimos período	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
Viaturas UMinho	238 981,10	58 160,95	0,00	186 022,08	28 749,78	24 209,24	52 959,02	51 455,22
Viaturas SASUM	24 464,52	2 295,87	0,00	23 334,74	1 129,78	0,00	1 129,78	1 129,78
Total	263 445,62	60 456,82	0,00	209 356,82	29 879,56	24 209,24	54 088,80	52 585,00

6.4. Locações operacionais – locadores

À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõe dos bens presentes na Tabela 55, como locação operacional (presentes nas divulgações da entidade-mãe).

Tabela 55 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados		Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos				
Elias Garcia nº54 - 1º Andar	68 309,16	9 918,48	67 482,62	826,54	0,00	826,54	810,33
Elias Garcia nº54 - 2º Andar	72 244,80	24 122,40	56 163,20	16 081,60	0,00	16 081,60	15 766,27
Elias Garcia nº54 - 4º Andar	184 447,22	15 506,04	171 525,52	12 921,70	0,00	12 921,70	12 693,33
Elias Garcia nº54 - 5º Andar	302 614,05	16 163,53	238 171,49	14 871,36	49 571,20	64 442,56	63 178,98
Elias Garcia nº54 - 6º Andar	169 474,60	19 410,00	154 917,10	14 557,50	0,00	14 557,50	14 272,06
Francisco Melo nº36 - 1ºDir.	66 011,50	11 150,64	62 294,62	3 716,88	0,00	3 716,88	3 644,00
Francisco Melo nº36 - 1ºEsq.	67 912,56	11 723,52	57 119,80	10 792,76	0,00	10 792,76	10 581,14
Francisco Melo nº36 - 2ºDir.	98 885,92	10 528,44	91 866,96	7 018,96	0,00	7 018,96	6 906,33
Francisco Melo nº36 - 2ºEsq.	43 683,96	10 979,88	36 364,04	7 319,92	0,00	7 319,92	7 201,39
Francisco Melo nº36 - 3ºDir.	31 200,00	6 000,00	6 000,00	14 400,00	10 800,00	25 200,00	24 730,88
Francisco Melo nº36 - 3ºEsq.	122 825,50	9 742,66	113 048,02	9 777,48	0,00	9 777,48	9 585,76
Francisco Melo nº36 - 4º Esq.	82 711,28	9 381,60	76 456,88	6 254,40	0,00	6 254,40	6 131,76
Francisco Melo nº36 - 4ºDir.	33 800,00	15 600,00	23 400,00	10 400,00	0,00	10 400,00	10 196,08
Francisco Melo nº36 - C. Dir.	109 858,55	10 364,84	67 290,38	10 016,04	32 552,13	42 568,17	41 733,50
Francisco Melo nº36 - C. Esq.	71 085,48	10 155,00	65 945,48	5 140,00	0,00	5 140,00	5 039,22
Francisco Melo nº36 - RC Esq	54 969,12	11 101,80	51 268,52	3 700,60	0,00	3 700,60	3 628,04
Loja A	162 616,08	18 604,80	156 414,48	6 201,60	0,00	6 201,60	6 080,00
Loja BM	13 161,70	2 549,04	12 949,28	212,42	0,00	212,42	208,25
Loja D	16 917,30	3 641,40	16 310,40	606,90	0,00	606,90	595,00
Loja E	16 994,34	4 248,36	9 204,78	4 248,36	3 541,20	7 789,56	7 636,82
Total	1 789 723,12	230 892,43	1 534 193,57	159 065,02	96 464,53	255 529,55	250 619,17

8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.



O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo. Ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição, sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.

8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2021, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 56.

Tabela 56 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação acumulada	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	286 449,07	0,00	286 449,07
Edifícios e outras construções	930 336,67	288 128,37	642 208,30	930 336,67	308 562,21	621 774,46
Total	1 216 785,74	288 128,37	928 657,37	1 216 785,74	308 562,21	908 223,53

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período

Na Tabela 57 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2021.

Tabela 57 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Depreciações do período	Quantia escriturada final	Rendas
Propriedades de Investimento				
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	0,00
Edifícios e outras construções	642 208,30	-20 433,84	621 774,46	216 242,43
Total	928 657,37	-20 433,84	908 223,53	216 242,43

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo do custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13 da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”.

Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulga-se na Tabela 58, o VPT das propriedades de investimento:



Tabela 58 - VPT das propriedades de investimento, em euros

Propriedades de Investimento	VPT em 2021	VPT em 2020
Fração CDE Ed. Navegador	111 642,10	111 642,10
Fração DB Ed. Navegador	237 650,95	237 650,95
Fração HBA Ed. Navegador	154 158,20	154 158,20
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50	1 976 306,50
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 207 283,40	1 207 283,40
Fração D - Lordelo do Ouro	54 786,17	54 786,17
Fração E - Lordelo do Ouro	49 800,87	49 800,87
Fração BM – Cedofeita	43 532,73	43 532,73
Total	3 849 370,92	3 849 370,92

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no Balanço Consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 59 e 60 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2020 e 2021.

Tabela 59 - Inventários, em euros

Rubricas	Quantia bruta 2021	Imparidade Acumulada a 31/12/2021	Quantia Escriturada 2021	Quantia Escriturada 2020
Mercadorias	83 984,06	0,00	83 984,06	59 706,29
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	175 842,54	0,00	175 842,54	166 713,47
Total	259 826,60	0,00	259 826,60	226 419,76

Tabela 60 - Movimentos do período, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções de inventários	Quantia escriturada final
Ano 2021					
Mercadorias	59 706,29	382 962,39	-357 096,61	-1 588,01	83 984,06
Matérias-primas, subs. e de consumo	166 713,47	582 802,69	-573 236,78	-436,84	175 842,54
Total	226 419,76	965 765,08	-930 333,39	-2 024,85	259 826,60
Ano 2020					
Mercadorias	66 538,90	304 672,26	-296 707,15	-14 709,22	59 794,79
Matérias-primas, subs. e de consumo	172 864,85	566 581,76	-514 167,73	-58 653,91	166 624,97
Total	239 403,75	871 254,02	-810 874,88	-73 363,13	226 419,76

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Apresenta-se na Tabela 61 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2021, pelo Grupo Público UMinho.

Tabela 61 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros

Rubricas	2021	2020
Vendas	896 208,94	733 938,58
Prestações de serviços e concessões	8 747 035,73	8 206 422,81
Outros rendimentos e ganhos	1 090 018,32	932 713,70
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	126,35	324,12
Total	10 733 389,34	9 873 399,21

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Na Tabela 62, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMinho, durante os períodos de 2020 e 2021, por classes principais de rendimentos.



Tabela 62 - Rendimentos de transações sem contraprestação, em euros

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em		Rendimento de 2020 reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Taxas, multas e outras penalidades	22 866 338,14		23 520 650,85	
Transferências sem condição	70 866 905,47		66 666 913,31	
Subsídios sem condição	4 529 454,25	67 487 575,50	4 314 400,14	67 906 998,68
Subsídios com condição	43 559 600,87		48 204 215,85	
Outros	4 770 113,57		4 642 477,64	
Total	146 592 412,30	67 487 575,50	147 348 657,79	67 906 998,68

As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos no balanço aquando da submissão dos pedidos de pagamento, momento a partir do qual o Órgão de Gestão considera que a condição subjacente ao contrato de financiamento se encontra cumprida, tendo em consideração a FAQ 42, emitida pela CNC a 22 de dezembro de 2020, conforme referido na nota 2.

A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas outras rubricas, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2021 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 1.507.109,17€, conforme evidenciado na Tabela 63:

Tabela 63 - Provisões, em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2020)	Aumentos	Quantia Escriturada Final (31/12/2021)
Processos judiciais em curso	777 248,96	1 507 109,17	2 284 358,13
Total	777 248,96	1 507 109,17	2 284 358,13

15.2. Identificação das provisões

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 1.507.109,17€, as quais estão identificadas na Tabela 64:

Tabela 64 - Identificação das provisões, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	285 005,02
Direitos contratuais	511 298,64
Direitos laborais	1 335 221,60
Impugnação de sanção disciplinar	37 476,11
Inimpugnabilidade do ato administrativo	60 000,02
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	10 392,79
Reconhecimento de habilitações	44 963,95
Total	2 284 358,13

15.3. Passivos contingentes

Na Tabela 65 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais, não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.



Tabela 65 - Passivos contingentes, em euros

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	180 006,00
Direitos contratuais	40 849,75
Direitos Laborais	180 002,02
Impugnação de sanção disciplinar	38 000,01
Inimpugnabilidade do ato administrativo	65 003,00
Oposição a execução fiscal pagamento da propina	116 228,62
Pretensão decisão bolsa de estudo por mérito	2 900,00
Reconhecimento de habilitações	60 000,01
Total	682 989,41

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2021, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido reconhecidas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 20 de junho de 2022, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 27 de junho de 2022 e homologadas pelo Conselho de Curadores no dia 28 de junho de 2022, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Neste âmbito, e à data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2021.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.4. “Principais pressupostos relativos ao futuro”, importa salientar que o Grupo Público UMinho continua a acompanhar em permanência, através dos órgãos competentes, a situação epidemiológica, procurando minimizar os possíveis riscos a ela associados, assim como os mais recentes acontecimentos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Apesar destes factos não terem qualquer reconhecimento nas presentes demonstrações financeiras, importa divulgar na presente nota que não é possível mensurar com fiabilidade o impacto dos mesmos no período económico de 2022.

Por fim, importa realçar que, apesar de não ser possível estimar com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo, os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021

18. Instrumentos financeiros

A) Investimentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2021, os investimentos financeiros do Grupo Público UMinho apresentavam uma quantia escriturada de 6.696.337,96€ (6.030.605,14€ em 31 de dezembro de 2020).

Tabela 66 - Investimentos financeiros, em euros

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Investimentos financeiros - MEP	6 474 340,97	105 527,68	6 368 813,29	5 820 116,94	105 527,68	5 714 589,26
Investimentos financeiros - Custo	539 891,64	220 854,39	327 524,67	528 382,85	212 366,97	316 015,88
Total	7 014 232,61	326 382,07	6 696 337,96	6 348 499,79	317 894,65	6 030 605,14

A Tabela 67 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2020 e 2021 e o valor das participadas, desagregando o Resultado Líquido do Período (RLP) dos fundos patrimoniais.



Tabela 67 – Aplicação do MEP, em euros

Componentes Grupo Público UMinho	Participação %	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das participadas em 2021		Aplicação MEP em 2021	
		31.12.2021	31.12.2020	Total Fundos patrimoniais (exceto RLP)	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
2CA-Braga	40,00	287 266,43	239 274,54	718 166,08	116 715,52	287 266,43	46 686,21
BLCS	50,00	68 834,92	54 438,63	137 669,84	28 792,59	68 834,92	14 396,30
CCG	35,96	3 676 958,89	3 359 980,36	10 225 135,96	220 986,93	3 676 958,89	79 466,90
CCV Guimarães	7,14	4 942,20	3 844,26	69 218,49	15 344,63	4 942,20	1 095,61
CEJUR	78,99	88 253,54	97 924,65	111 727,49	1 539,88	88 253,54	1 216,35
CeNTI	19,05	1 454 220,15	1 137 779,48	7 633 701,57	42 640,17	1 454 220,15	8 122,95
CS	33,33	14 810,50	24 071,83	44 431,51	(27 791,19)	14 810,50	(9 263,73)
IC	50,00	83 473,44	75 873,22	166 946,87	16 270,43	83 473,44	8 135,22
IDEGUI	0,72	7,14	81,12	992,05	(10 274,02)	7,14	(73,97)
PIEP	31,39	668 892,65	696 050,65	2 130 910,00	131 111,00	668 892,65	41 155,74
Total		6 347 659,87	5 689 318,72	21 238 899,86	535 335,94	6 347 659,87	190 937,57

Referir que a entidade B'ACIS detém no seu balanço a 31 de dezembro de 2021, uma participação reconhecida ao MEP no montante de 21.153,42€, correspondente a 25% dos capitais próprios da Icognitus4all – It Solutions, Lda. À data de 31 de dezembro de 2020, o montante reconhecido desta participação na entidade B'ACIS ascendia a 25.270,54€.

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2021 a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação positiva no montante de 6.306.084,90 € resultante, essencialmente, do aumento do reconhecimento no período, do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis.

Tabela 68 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	17 003 875,70	10 697 790,80
Total	17 003 875,70	10 697 790,80

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2021 o montante de 22.744.682,11 €, evidenciando um aumento de 864.757,76 € face ao período de 2020, essencialmente decorrente da variação positiva verificada na rubrica de dívidas de utentes em 1.042.816,48€ na entidade-mãe. Por outro lado, em sentido inverso, identificou-se uma variação negativa na rubrica de clientes na sequência do processo de regularização/recuperação de créditos reconhecidos em conta corrente.

Tabela 69 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada
Clientes, contrib. e utentes	28 398 653,70	5 653 971,59	22 744 682,11	27 070 276,81	5 190 352,46	21 879 924,35
Total	28 398 653,70	5 653 971,59	22 744 682,11	27 070 276,81	5 190 352,46	21 879 924,35

A Tabela 70 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.

Tabela 70 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2020	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2021	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Clientes	1 219 345,53	137 462,18	300 943,56	1 055 864,15	3 578 157,03	2 522 292,88
Utentes	3 971 006,93	627 100,51	0,00	4 598 107,44	24 820 496,67	20 222 389,23
Total	5 190 352,46	764 562,69	300 943,56	5 653 971,59	28 398 653,70	22 744 682,11

D) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica evidenciava o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 834.654,88€, outros devedores no valor de 101.509,52€ e cauções entregues a terceiros no montante de 2.785,40€.



Tabela 71 - Outras contas a receber, em euros

Outras contas a receber	31/12/2021	31/12/2020
Acréscimos de rendimentos	834 654,88	465 644,47
Outros devedores	101 509,52	136 449,62
Cauções entregues a terceiros	2 785,40	2 047,50
Total	938 949,80	604 141,59

E) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e) da nota 1.2. "Referencial contabilístico e demonstrações financeiras", a 31 de dezembro de 2021, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 12.688.298,92 € (16.990.811,77€ em 31 de dezembro de 2020), sendo desagregados conforme Tabela 72.

Tabela 72 - Caixa e depósitos, em euros

Caixa e depósitos	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	6 280,61	5 926,77
Depósitos à ordem	12 450 243,76	16 557 294,62
Depósitos a prazo	101 247,89	200 190,63
Depósitos consignados	0,00	79 293,03
Depósitos de garantias e cauções	130 526,66	148 106,72
Total	12 688 298,92	16 990 811,77

F) Património líquido

Apresenta-se na Tabela 73 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2021, o qual evidencia uma diminuição no montante de 1.445.910,50 € face ao ano de 2020. O Grupo Público UMinho apresentou em 2021 um resultado líquido negativo de 1.549.270,11 €, refletindo uma diminuição de 419.298,90 € relativamente a 2020, bem como uma diminuição nas rubricas outras variações no património líquido, excedentes de revalorização e resultados transitados. A diminuição verificada nesta duas rubricas não foi compensada pelo aumento ocorrido nas rubricas de ajustamentos em ativos financeiros no montante de 662.397,17 €.

De referir que as variações no património líquido decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do MEP às participações detidas nas entidades associadas.

Tabela 73 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados Transitados	-69 616 478,69	-68 279 641,64
Ajustamentos em Ativos Financeiros	5 816 458,60	5 154 061,43
Excedentes de Revalorização	3 813,20	3 975,46
Outras Variações no Património Líquido	68 112 300,78	68 531 723,96
Resultado Líquido do Período	-1 549 270,11	-1 129 971,21
Interesses que não controlam	973 916,46	906 502,74
Total	144 362 204,63	145 808 115,13

G) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos do Grupo Público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2021, um total agregado de 278.792,71 € (331.051,07 € em 31 dezembro de 2020). A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado conforme tabela seguinte.

Tabela 74 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos obtidos correntes	96 554,10	292 405,41
Financiamentos obtidos não correntes	182 238,61	38 645,66
Total	278 792,71	331 051,07

H) Fornecedores e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2021, um aumento no montante de 811.730,45€, comparativamente ao ano de 2020, e a rubrica de fornecedores de investimentos registou uma diminuição relativa à data de relato do ano transato, no valor de 461.951,27 €.



Tabela 75 - Fornecedores, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores c/c	2 910 046,38	2 098 315,93
Fornecedores de investimento	1 207 155,10	1 669 106,37
Total	4 117 201,48	3 767 422,30

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, à data de emissão do presente relatório, já se encontram totalmente liquidadas.

I) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação:

Tabela 76 - Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Estado e outros entes públicos - Ativo	1 592,96	2 793,31
Estado e outros entes públicos - Passivo	3 888 227,64	3 841 282,72

J) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou um aumento, no montante de 1.734.299,81 € face ao período homólogo, tal como evidenciado na tabela infra.

Tabela 77 - Outras contas a pagar, em euros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras contas a pagar – corrente	23 540 192,31	21 797 671,68
Remunerações a pagar ao pessoal	898 574,83	342 768,85
Credores por acréscimos de gastos	15 847 560,02	17 089 599,86
Cauções recebidas de terceiros	146 896,32	164 476,38
Outros credores	6 647 161,14	4 200 826,59
Outras contas a pagar - não corrente	92 773,78	100 994,60
Total	23 632 966,09	21 898 666,28

K) Outros ativos financeiros

A rubrica de outros ativos financeiros do balanço do Grupo Público UMinho não evidenciou qualquer valor em 2021, em virtude dos mesmos se encontrarem reconhecidos em investimentos financeiros ao custo.

L) Ativos por imposto diferidos

Os ativos por impostos diferidos resultam da diferença temporal entre os créditos de cobrança duvidosa constituídos e aqueles que são aceites fiscalmente. De referir que em 2021 não foi evidenciado qualquer valor, verificando-se uma variação negativa de 2.183,34 €, relativamente a 31 de dezembro de 2020 (2.183,34 €).

M) Acionistas/sócios/associados

O montante de 2.500,00 € reconhecido na rubrica de acionistas/sócios/associados, deve-se a capital subscrito mas ainda não realizado, na entidade CVR.

N) Outros passivos financeiros

O montante de 3.871,88 € encontra-se reconhecido numa das entidades consolidantes do Grupo Público UMinho e respeita a outras dívidas de curto prazo, não enquadráveis noutras rubricas.

19. Benefícios dos Empregados

O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na tabela seguinte apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise observa-se um aumento das remunerações e dos encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público, decorrente, fundamentalmente, da contratação de investigadores, bem como de PTAG's.

Tabela 78 - Benefícios dos empregados, em euros

Descrição	2021	2020
Remunerações	84 196 111,50	82 197 020,93
Indemnizações	350 639,54	262 367,78
Encargos sobre remunerações	18 950 007,37	18 525 850,52
Outros encargos sociais	236 230,72	282 120,47
Total	103 732 989,13	101 267 359,70

Os gastos com o pessoal reportados, respeitam aos 2.754 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2.696 em 2020).



20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 79 a 83, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Tabela 79 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ACMP5	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	90,00		90,00
B'ACIS	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	90,00		90,00
APsi	Campus de Gualtar, 4710-057 Braga	80,00		80,00
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	1,18		1,18
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	12,50		12,50

No que respeita às entidades CVR e TecMinho, apesar dos direitos de voto da UMinho serem inferiores a 50%, a Universidade detém o controlo das mesmas, por via dos seus órgãos sociais.

Tabela 80 - Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
2CA-Braga	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	50,00		50,00
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães	49,42		49,42
IDEGUI	R. da Ramada, 4810-445 Guimarães	34,09		34,09
CCVG	R. da Ramada, 4810-445 Guimarães	33,33		33,33
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,39		31,39
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4705-110 Braga	25,45		25,45
CEJUR	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	25,00		25,00
CeNTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05

Relativamente à entidade CeNTI, a presença da UMinho nos seus Órgão Sociais confere-lhe influência significativa, apesar dos seus direitos de voto serem inferiores a 20%.

Tabela 81 - Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SPINPARK	Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
BLC3	R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital	14,29		14,29
AVEPARK	Lugar Da Gandra,, 4805-017 Barco	10,61		10,61
IGAP	R. de Belos Ares n.º 160, 4100-108 Porto	9,09		9,09
TECMEAT	R. Fernando Mesquita, n.º 2785, 4760-034	8,33		8,33
Lab2Pt	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
B2E	Av. da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira	7,69		7,69
DTX	Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	7,58		7,58
CECoLab	R. Nossa Senhora da Conceição, 3405-155 Oliveira do Hospital	7,14		7,14
ProChild Colab	Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães	6,67		6,67
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
INESC TEC	R. Doutor Roberto Frias, 4200-465 Porto	5,26		5,26
Colab4Food	R. de Lagidos polo de Vairão, 4485-655 - Vila Conde	4,62		4,62
BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias	Rua Amieira Apartado 1089, 4466-901 - S. Mamede	5,00		5,00
BUILT CoLAB	R. Álvares Cabral, 4050-040 Porto	5,00		5,00
Fundação CEER	Praza do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	R. Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
APCTP	R. Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AEDOAVE	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Ed. Amave 4800-019 GMR	2,00		2,00
INTEGRALAR - Portugal Foods	R. Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,86		0,86
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	1,19		1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1.º Andar, 4715-035 Braga	1,00		1,00
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
POOL-NET	Zona Industrial da Marinha Grande	0,98		0,98
VARD 2015	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º1 - Edifício Amave	0,57		0,57
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,15		0,15
4LIFELAB	Alameda Professor Hernâni Monteiro 4200-319 Porto	0,11		0,11
Fundação Bial de Cerveira	Av. Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova Cerveira	0,08		0,08
Fundação Portugal África	R. do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,06		0,06
L.C.S.D – Associação Data Colab	Avenida de Cabo Verde, lote 1, 4900-568 Viana do Castelo	0,05		0,05
ADVID	Parque de Ciência e Tecnologia, 5000-033, Vila Real	<20,00		<20,00



Tabela 82 - Listagem de serviços e fundos autónomos

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100,00		100,00

Tabela 83 - Listagem das unidades diferenciadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
BLCS	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50,00		50,00
IC	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50,00		50,00
CS	Largo Martins Sarmiento, 51, 4800-432 Guimarães	33,33		33,33

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações, entre partes relacionadas com a entidade-mãe.

Tabela 84 - Transações entre partes relacionadas, em euros

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
2CA-Braga	Associada	FSE	-34 994,90	0,19%	-9 990,00	Pagamento a 60 dias
2CA-Braga	Associada	Taxas	1 750,00	0,01%	0	Recebimentos a 30 dias
2CA-Braga	Associada	Transf. - Concedidas	-375,01	0,00%	0	Pagamento a 60 dias
AFTEBI	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-300	0,01%	0	Pagamento a 60 dias
APCTP	Outras Entidades	FSE	-174 293,16	0,93%	-14 571,72	Pagamento a 60 dias
Associação Colab4Food	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-4 000,00	0,16%	0	Pagamento a 60 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Prest. Serv.	861	0,03%	0	Recebimentos a 30 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Taxas	2 000,00	0,01%	0	Recebimentos a 30 dias
Associação DTX	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	6 931,38	0,08%	4 327,32	Recebimentos a 30 dias
Associação Laboratório da Paisagem	Outras Entidades	Prest. Serv.	6 469,80	0,21%	0	Recebimentos a 30 dias
Associação Laboratório da Paisagem	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,10%	0	Pagamento a 60 dias
Associação Colab	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-20 000,00	0,79%	0	Pagamento a 60 dias
Associação Colab	Outras Entidades	Taxas	5 500,00	0,02%	0	Recebimentos a 30 dias
Associação Colab	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	5 846,19	0,07%	0	Recebimentos a 30 dias
Associação TECMEAT	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-100	0,00%	0	Pagamento a 60 dias
B2E	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-1 000,00	0,04%	0	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	FSE	-15 313,50	0,08%	-10 147,50	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Taxas	7 975,00	0,03%	0	Recebimentos a 30 dias
CCG	Associada	Outros rendimentos e ganhos	19 186,11	0,23%	44 514,89	Recebimentos a 30 dias
CCV Guimarães	Associada	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,10%	0	Pagamento a 60 dias
CEJUR	Associada	FSE	-100	0,00%	0	Pagamento a 60 dias
CENTI	Associada	Prest. Serv.	79,95	0,00%	0	Recebimentos a 30 dias
CENTI	Associada	Taxas	2 750,00	0,01%	12,3	Recebimentos a 30 dias
CENTI	Associada	Transf. - Concedidas	-5 227,02	0,03%	0	Pagamento a 60 dias
CITEVE	Outras Entidades	FSE	-2 755,20	0,01%	0	Pagamento a 60 dias
Fundação CEER	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-6 632,42	0,26%	0	Pagamento a 60 dias
IGAP	Outras Entidades	Prest. Serv.	1 033,20	0,03%	0	Recebimentos a 30 dias
IGAP	Outras Entidades	FSE	-1 805,00	0,01%	0	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. Obtidas	329 051,08	0,29%	208 298,00	Recebimentos a 30 dias



Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	Proporção		
INESC TEC	Outras Entidades	Taxas	22 145,35	0,10%	0	Recebimentos a 30 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Transf. - Concedidas	-5 536,97	0,03%	0	Pagamento a 60 dias
INESC TEC	Outras Entidades	Outros rendimentos e ganhos	75 489,95	0,92%	0	Recebimentos a 30 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	Prest. Serv.	2 988,90	0,10%	558,18	Recebimentos a 30 dias
Instituto Confúcio	SFAutónomos	FSE	-2 136,69	0,01%	0	Pagamento a 60 dias
Instituto do Design	Associada	FSE	-76 383,00	0,41%	0	Pagamento a 60 dias
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Outras Entidades	Prest. Serv.	15 498,00	0,51%	0	Recebimentos a 30 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	14 288,91	0,47%	0	Recebimentos a 30 dias
PIEP	Associada	FSE	-25 248,31	0,14%	0	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Outros rendimentos e ganhos	7 757,63	0,09%	5 279,30	Recebimentos a 30 dias
POOL NET	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-500	0,02%	0	Pagamento a 60 dias
TICE.PT	Outras Entidades	Outros gastos e perdas	-2 500,00	0,10%	0	Pagamento a 60 dias
Totais			-718 926,94	—	9 305,72	

21. Relato por segmentos

O Grupo Público UMinho proporciona uma grande variedade de serviços aos utentes e clientes em diferentes regiões geográficas. Desde logo, a entidade-mãe executa os seus serviços através de três *campi*: o *campus* de Gualtar, em Braga e os *campi* de Azurém e de Couros, ambos em Guimarães. Refira-se ainda, que neste concelho localiza-se também o I3Bs, o IDEGUI e a CS. Mais recentemente, a UMinho também está localizada na cidade de Famalicão, com instalações essencialmente dedicadas à atividade de investigação.

O *campus* de Gualtar representa o polo de maior dimensão do Grupo Público UMinho, sendo que nele estão situadas as Escolas de Ciências, de Direito, de Economia e Gestão, de Psicologia, de Enfermagem, de Medicina, e Letras Artes e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Sociais e o Instituto de Educação, assim como, parte da Escola de Engenharia. Neste *campus* encontram-se ainda localizadas as seguintes entidades-filhas: os SASUM, a ACMP5, a B'ACIS, a APsi e o IC.

A BLCS e o 2CA-Braga também estão sediados na cidade de Braga.

O *campus* de Azurém está sediado na cidade de Guimarães, onde se encontram quase todos os cursos da Escola de Engenharia, da Escola de Arquitetura, Arte e Design e alguns cursos da Escola de Ciências e do Instituto de Ciências Sociais. Neste *campus* estão também sediadas as seguintes entidades-filhas: CVR, TecMinho, CCG, PIEP e parte do departamento alimentar e alojamentos dos SASUM.

Ainda em Guimarães está localizado o *campus* de Couros, o qual tem em funcionamento o Centro Avançado de Formação Pós-graduada, a Licenciatura em Teatro do Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas e o Instituto de Design de Guimarães. Este é o *campus* da criatividade, aberto à interação entre a UMinho e a sociedade.

Por fim, em Vila Nova de Famalicão está localizado o CeNTI.

Apesar das áreas geográficas distintas do Grupo Público UMinho, são definidas como atividades, em conformidade com o art.º 13.º dos Estatutos da UMinho, o Ensino, a Investigação e a Interação com a Sociedade, procedendo-se em seguida ao apuramento dos resultados pelas mesmas.

Tabela 85- Resultado da atividade de ensino, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	2 585 344,66	2 709 293,26	-123 948,60
EC	14 052 450,27	15 883 261,40	-1 830 811,13
ED	4 354 309,81	3 424 376,36	929 933,45
EE	29 881 965,29	26 409 160,02	3 472 805,27
EEG	9 380 126,74	8 709 398,56	670 728,18
EM	9 875 502,94	9 396 723,15	478 779,79
EP	3 044 758,44	2 608 962,11	435 796,33
ESE	4 155 280,98	2 762 077,11	1 393 203,87
IE	5 370 586,91	6 913 008,32	-1 542 421,41



Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
ICS	5 244 747,48	5 615 768,11	-371 020,63
ELACH	5 549 903,61	6 068 286,98	-518 383,37
I3Bs	208 539,27	227 326,71	-18 787,44
Total UMinho	93 703 516,40	90 727 642,08	2 975 874,32

Tabela 86- Resultado da atividade de investigação, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	291 049,64	436 023,68	-144 974,04
EC	6 926 472,16	6 756 974,06	169 498,10
ED	151 990,84	152 348,78	-357,94
EE	18 779 221,07	19 594 054,16	-814 833,09
EEG	715 800,94	606 271,79	109 529,15
EM	4 367 615,11	4 430 450,36	-62 835,25
EP	1 920 208,04	1 968 245,45	-48 037,41
ESE	133 651,04	116 577,19	17 073,85
IE	546 789,87	501 285,48	45 504,39
ICS	1 525 322,60	1 357 732,65	167 589,95
ELACH	622 951,06	545 476,85	77 474,21
I3Bs	8 754 900,73	11 539 554,01	-2 784 653,28
RT+US+UCI+UD	3 503 769,40	3 619 514,40	-115 745,00
Total UMinho	48 239 742,50	51 624 508,86	-3 384 766,36

Tabela 87- Resultado da atividade de interação com a sociedade, em euros

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
EAAD	35 253,69	60 980,65	-25 726,96
EC	5 120,38	47 469,13	-42 348,75
ED	16 581,16	24 222,53	-7 641,37
EE	970 858,82	160 721,54	810 137,28
EEG	397 067,72	163 964,37	233 103,35
EM	266 905,38	432 222,47	-165 317,09
EP	428 556,03	396 538,26	32 017,77
ESE	5,55	21 685,53	-21 679,98
IE	170 637,75	11 612,26	159 025,49
ICS	100 203,99	150 004,54	-49 800,55
ELACH	363 430,26	281 082,51	82 347,75
I3Bs	686,23	0,00	686,23
RT+US+UCI+UD	1 778 940,96	2 880 843,97	-1 101 903,01
ACMP5	308 090,53	219 792,64	88 297,89
B'ACIS	155 600,93	123 596,06	32 004,87
APSI	253 302,22	251 450,22	1 852,00
2CA	46 686,21	0,00	46 686,21
CENTI	8 122,95	0,00	8 122,95
IDEGUI	0,00	73,97	-73,97
CCVG	1 095,61	0,00	1 095,61
CEJUR	1 216,35	0,00	1 216,35
CCG	79 466,90	0,00	79 466,90
PIEP	41 155,74	0,00	41 155,74
CVR	1 143 774,51	952 007,42	191 767,09
TECMINHO	2 636 151,04	2 615 906,15	20 244,89
SASUM	6 113 465,98	6 942 815,12	-829 349,14
IC	8 135,22	0,00	8 135,22
BLCS	14 396,30	0,00	14 396,30
CS	0,00	9 263,73	-9 263,73
Total UMinho	15 344 908,40	15 746 253,07	-401 344,67

Em síntese, na tabela infra apresenta-se, a execução dos recebimentos e de pagamentos do Grupo Público UMinho, relativo ao ano de 2021.



Informa-se que o Grupo Público UMinho, no que diz respeito à consolidação de fluxos de caixa, é constituído pela UMinho, pelos SASUM, CVR, TECMINHO, APSI, B'ACIS e ACMP5 já que de acordo com a NCP 25 (§8) são as únicas entidades que apresentam informação acerca deste segmento.

Tabela 88- Fluxo de tesouraria por entidades controladas, em euros

Entidades	Recebimentos	Pagamentos
UMinho	102 124 119,36	106 033 159,85
CVR	964 399,50	1 087 928,67
TECMINHO	2 639 914,21	2 477 849,31
APSI	150 070,50	168 125,59
B'ACIS	87 505,54	94 699,97
ACMP5	171 010,07	139 049,59
SASUM	5 579 829,07	6 018 548,12
Total UMinho	111 716 848,25	116 019 361,10

22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis, decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa, ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação, através da aplicação do **MEP**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho, enquanto entidade-mãe, cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

- **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:



- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os SASUM, que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.
- **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.
- **Associação Ciências, Inovação e Saúde - Braga (B'ACIS)** - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, como resultado da parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho, tendo por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.
- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, prestando serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no *Campus* de Azurém da UMinho, em Guimarães.
- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Enquanto interface da Universidade do Minho, a TecMinho tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais atores económicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e *e-learning*), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os *spin-offs* académicos.
- **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial (MEP)**:
 - **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, sendo o seu objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga.
 - **Instituto Confúcio (IC)** - O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o Hanban, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga.
 - **Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga)** - É uma associação sem fins lucrativos que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no



- Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento de investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.
- **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Fundado em 1993, o CCG, sediado desde 2001 no Campus da UMinho, em Azurém, Guimarães, é uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicada à sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
 - **Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI)** - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto *Campurbis* – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
 - **Centro Ciência Viva de Guimarães (CCVG)** – Esta é uma associação técnico-científica, sem fins lucrativos, fundada em 2019, instalada na cidade de Guimarães. A associação tem como objetivo a promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente ao nível da educação e fomenta a motivação para a aprendizagem científica que decorre no contacto precoce com conhecimento científico, seus agentes e processos.
 - **Casa de Sarmento (CS)** - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.
 - **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI. A sua interação tem sido extensível a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.
 - **Centro de Estudos Jurídicos do Minho (CEJUR)** – É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 1993 e encontra-se situada na cidade de Braga. O CEJUR tem como objetivo o desenvolvimento dos estudos jurídicos, realização de trabalhos de investigação, conferências e seminários, mantendo ligações com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras promovendo ações de intercâmbio.
 - **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)** - É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resultado de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação de novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.
 - **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (os interesses encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo):
 - **Associação SPINPARK – Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, criada em 2006 por iniciativa da UMinho, do AVEPARK e da APCTP. É um centro de incubação de base tecnológica que promove e apoia atividades de tecnologia avançada, intensivas em conhecimento, servindo simultaneamente de plataforma ao lançamento e difusão da inovação no contexto da economia do conhecimento. Esta associação atualmente encontra-se em processo de insolvência.
 - **Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3)** – É uma associação sem fins lucrativos, fundada em maio de 2010, com um novo modelo de desenvolvimento de atividades de investigação e intensificação tecnológica de excelência, incubação de ideias e empresas e apoio ao tecido económico em regiões interiores e rurais. A associação desenvolve as suas atividades de biotecnologia industrial numa dimensão nacional e internacional. Desenvolve, ainda, atividades locais e regionais de implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento ligadas à fixação de massa crítica e valorização dos recursos endógenos e património genético do território.



- **Parque de Ciência e Tecnologia, S.A (AVEPARK)** - Inaugurado em 2008, o AVEPARK constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico, com posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes.
- **Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP)** – É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, com sede no Porto. Os seus objetivos são a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, colóquios, seminários e sessões de informação técnica tendo em vista a sensibilização, atualização, aperfeiçoamento ou especialização dos trabalhadores da Administração Pública Central Desconcentrada e Autárquica, bem como dos Eleitos Locais.
- **TECMEAT – Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes** - É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.
- **Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul (B2E)** – É um laboratório colaborativo, constituído em 2019, e sediado no Porto. Tem como objetivo promover a Bioeconomia Azul, contribuir para novos usos e valorização dos recursos vivos naturais marinhos, assim como estimular a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social em Portugal – nos setores da Biotecnologia e Aquacultura.
- **Associação Laboratório da Paisagem** - É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
- **Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.
- **Collaborative Laboratory Towards Circular Economy (CECoLab)** – A associação é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em 2020, sediada em Oliveira do Hospital. Tem na sua essência o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. Esta iniciativa tem como objetivo contribuir para a criação de emprego científico qualificado, orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social.
- **ProChild Colab** – É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação social, cidadania e igualdade de género; (4) Proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.
- **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** - É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários pólos, nomeadamente em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Famalicão. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
- **INESC TEC** - É uma instituição privada de investigação sem fins lucrativos, sediada no Porto. A sua atividade está vocacionada para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada e pré-incubação de novas empresas de base tecnológica. A instituição opera na interface do mundo académico e empresarial, aproximando a academia, as empresas, a administração pública e a sociedade.
- **Colab4Food - Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar** – É uma associação, criada em abril de 2019, que tem como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.
- **BIOREF – Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O CoLAB BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.



- **BUILT CoLAB** – É um laboratório colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro, fundado em 2020, e sediado no Porto. Os seus objetivos baseiam-se no desenvolvimento de atividades de investigação, inovação e transferência de conhecimento, tendo em vista o aumento da produtividade, competitividade e crescimento sustentável do ecossistema do setor AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção, promovendo a transição digital e climática dos edifícios e infraestruturas, tornando-os adaptáveis, inteligentes, resilientes e sustentáveis.
- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.
- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários pólos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na media em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.
- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de assessoria técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo por missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõe o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação TICE.PT** - Constituído em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de PME's.
- **Associação OPEN** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.
- **Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL-NET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do cluster de competitividade *engineering & tooling*, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva, criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.



- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e *design*.
- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão "Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo".
- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.
- **Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1982, sediada em Vila Real. O seu principal objetivo é contribuir para a modernização da viticultura da região demarcada do Douro e de Portugal, contribuindo para a melhoria da qualidade e rentabilidade dos vinhos e das vinhas nacionais.
- **4LIFELAB – Laboratório Colaborativo (Associação)** – É uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2021, sediada no Porto. A sua principal missão é a de posicionar Portugal nas cadeias de valor globais dos mercados da saúde, através da criação de um ecossistema ágil e competitivo, que junta a excelência em ciência, medicina, engenharia e indústria, para o desenvolvimento, industrialização e certificação de dispositivos médicos avançados e sistemas relacionados.
- **L.C.S.D – Associação Data Colab – Laboratório Colaborativo para Serviços de Inovação Orientados para os Dados** – É uma associação sem fins lucrativos, constituída em julho de 2021, localizada em Viana do Castelo. Esta associação visa a promoção e o exercício de iniciativas e atividade de I&D orientadas para a criação de um ecossistema de inovação intersectorial.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 89 – Perímetro de consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	% de controlo	Tipo de controlo
CVR	Entidade Controlada	56,25	1,18	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
TecMinho	Entidade Controlada	56,30	12,50	Entidade controlada, pois os órgãos sociais têm representação da UMinho, com capacidade de controlo
APsi	Entidade Controlada	80,00	80,00	Entidade controlada
B'ACIS	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
ACMP5	Entidade Controlada	90,00	90,00	Entidade controlada
SASUM	Entidade Controlada	-	100,00	Entidade controlada
CCG	Associada	35,96	49,42	Influência significativa
PIEP	Associada	31,39	31,39	Influência significativa
2CA-Braga	Associada	40,00	50,00	Influência significativa
CeNTI	Associada	19,05	19,05	Tem influência significativa, pois a UMinho está representada nos órgãos sociais, mas sem capacidade de controlo
IDEGUI	Associada	0,72	34,09	Influência significativa
BLCS	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
IC	Associada	50,00	50,00	Acordo conjunto
CS	Associada	33,33	33,33	Acordo conjunto
CCVG	Associada	7,14	33,33	Influência significativa
IDITE-Minho	Associada	25,45	25,45	Influência significativa
CEJUR	Associada	78,99	25,00	Influência significativa



Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo através da presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Em sintonia com o anteriormente exposto, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de definir e orientar as suas políticas financeiras e operacionais.

Relativamente à BLCS, ao IC e à CS, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como nos anos de 2019 e 2020, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente:

- O Município de Braga, no caso da BLCS;
- A *Hanban*, no que respeita ao IC; e
- O Município de Guimarães e a SMS, relativamente à CS.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho e de 14,29% na SPINPARK, estas participadas não foram incluídas no perímetro de consolidação, uma vez que foram constituídas perdas por imparidade, correspondentes à totalidade do valor das participações, em virtude de ambas as entidades se encontrarem em situação de insolvência, ou com um plano especial de revitalização.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.6. Interesses em entidades controladas

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- CVR;
- TecMinho;
- APsi;
- B'ACIS;
- ACMP5; e
- SASUM.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

Tabela 90 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	Associação Univ. Emp. P/o Desenv. - TecMinho	5,19
	CIN-Corp. Industrial do Norte, S.A.	0,29
	Continental Pneus Portugal S.A.	0,06
	Ferespe-Fundição Ferro e Aço, Lda.	2,65
	Funfrap-Fundição Portuguesa, S.A.	0,06
	Schmidt Light Metal – Fundição Injectada, Lda. (antiga Kupper)	0,29
	Mabera Acabamentos Texteis, S.A.	0,12
	Nogueira & Monteiro, Lda.	0,06
	Ferrovial Serviços, S.A. (antiga Resin)	0,59
	DS Smith Paper Viana, S.A. (antiga Portucel Viana)	0,59
	Fusag- Fundição e Serralharia de Águeda, SA	0,06
	Eco-Oil – Tratamentos de Águas Contaminadas, S.A.	0,59
	Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos SA	0,59
	Águas do Douro e Paiva, SA	0,06
	Navarra - Extrusão de Alumínios, SA (antiga Alumínios Navarra)	0,06
	Cruz, Giovanni & Lima, Lda	0,06
FDO - S.G.P.S., SA	0,59	



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Fucoli - Somepal Fundação de Ferro, SA	0,29
	Fundilusa - Fundições Portuguesas, Lda	0,24
	Granitos Urbanos, Lda	0,12
	AMKOR TECHNOLOGY (antiga Infineon)	0,59
	Metalsa - Refinaria Portuguesa de Alumínio, SA	0,59
	Polo - Produtos Ópticos, SA	0,59
	Ricarsil - Ribeiro, Carmo & Silva, Lda	0,06
	Semural - Sociedade de Empreendimentos Urbanos, Lda	0,06
	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	0,12
	Alumínios Ibérica, Lda	1,18
	Companhia de Cartões do Cávado, SA	0,06
	Associação Portuguesa de Fundação	0,06
	Cerâmica do Salvadorinho, SA	0,06
	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade	0,59
	GRE - Exportação de Granito, SA	0,06
	Indústrias Pachancho, S.G.P.S., SA	0,06
	C. F. Duarte & C.ª, Lda	0,06
	Greentrading - Comércio Internacional, Lda	0,06
	Intrabol - Indústria Transformadora de Borracha, Lda	0,06
	GRIN - Gestão de Resíduos Urbanos e Industriais, SA	0,24
	Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA	0,12
	Maquiceram - Máquinas para Cerâmica, SA	0,12
	ValaHortal, L.da	0,06
	Ambipombal - Recolha de Resíduos Industriais, Lda	0,29
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,29
	Fapricela - Indústria de Trefilaria, SA	0,06
	Associação Industrial do Minho	0,59
	Fundação de Mouquim, Lda	0,24
	Infraestruturas de Portugal, S.A.	0,59
	HERDMAR – Cutelaria Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,36
	Nogueira & Martins, Lda	3,54
	CCG - Centro de Computação Gráfica	0,59
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda	0,06
	Endutex - Revestimentos Têxteis, SA	2,24
	Cuprum - Comércio de Metais, Lda	0,24
	Sardalla Espanhola, SA	1,77
	Pizarro - Energias Renováveis, SA	0,12
	DST - Domingos da Silva Teixeira, SA	0,59
	Construções Gabriel Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,18
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda	0,59
	Superinertes de Lopes & Filhos, Lda	0,41
	Casais - Engenharia e Construção, SA	0,59
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda	0,06
	Delta-Soc.Técnica Eletricidade, Lda	1,18
	Guimaweb - Serviços de Internet, Lda	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda	0,47
	Sorgal - Sociedade de Óleos e Rações, SA	0,59
	Avicasal - Sociedade Avícola, SA	0,59
	XZ Consultores, SA	0,41
	Metalvalor - Gestão e Valorização de todo o tipo de Resíduos, Lda	0,18
	Tempo Magnético - Unipessoal, Lda	0,06
	W2V, SA	1,77
	Supermatéria - Biocombustíveis e Reciclagem, Lda	0,35
	Representações Júlia Rocha, Lda	0,47
	Tequimaq - Máquinas Ind. Química Corticeira, Lda	0,41
	Criolab - Equipamento Criogénico e de Laboratório, Lda	0,06
	M.J. Amaral - Equipamentos Industriais, Lda	0,18
	MJD - Metais Jaime Dias, SA	0,29
	Carmona, SA	0,12
	Euro Separadora - Gestão de Resíduos, Lda	0,12



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	MYSOFT - Business Software Solutions, Lda	0,12
	BioSmart – Soluções Ambientais, S.A.	0,06
	3Drivers, Engenharia, Inovação e Ambiente, Lda	0,12
	Ambibérica - Gestão de Resíduos, Lda	0,24
	Greenadn, Lda.	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	6,24
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	6,24
	Freitas & Fernandes, Lda.	6,24
	Companhia de Seguros Bonança	6,24
	Têxteis A. M. Sousa Lusaustri, Lda.	6,24
	Têxteis Somelos, Lda.	6,24
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães	6,24
APsi	Câmara Municipal de Braga	10
	Câmara Municipal de Guimarães	10
B'ACIS	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10
ACMP5	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, de 01/01/2021 a 31/12/2021.

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1 no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho, são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.



Tabela 91 – Resumo da posição financeira das entidades controladas, em euros

	Unidade Monetária: Euro					
Rubricas do Balanço	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	SASUM
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	985 673,69	301 295,44	3 990,30	3 178,89	5 695,03	15 564 982,03
Ativos intangíveis	111 479,19	1 366,66	1 046,40	0,00	0,00	7 572,09
Investimentos financeiros	8 487,42	77 782,30	934,60	22 249,18	2 687,56	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 105 640,30	380 444,40	5 971,30	25 428,07	8 382,59	15 572 554,12
Ativo Corrente						
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259 826,60
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 463 581,26	895 102,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	210 621,73	859 521,27	10 953,64	90 578,51	98 125,00	160 612,86
Estado e outros entes públicos	0,00	1 592,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1 351,40	47 899,30	11 225,00	1 648,61	20 519,49	615 114,90
Diferimentos	11 813,73	27 139,25	1 634,79	4 300,81	20 126,50	53 965,86
Caixa e depósitos	435 161,08	242 799,27	45 321,12	90 405,45	138 657,65	566 805,92
	2 125 029,20	2 074 054,36	69 134,55	186 933,38	277 428,64	1 656 326,14
	3 230 669,50	2 454 498,76	75 105,85	212 361,45	285 811,23	17 228 880,26
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/Capital	849 500,00	39 951,92	25 000,00	50 000,00	50 000,00	2 301 872,93
Reservas	300 049,56	928 821,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-46 405,31	-453 574,56	27 527,76	69 478,78	39 923,31	4 346 173,99
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	12 416,27	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 813,20
Outras variações no património líquido	357 700,65	0,00	0,00	0,00	0,00	10 139 060,62
Resultado líquido do período	146 859,96	4 829,30	1 351,64	23 879,47	79 476,22	-834 441,06
	1 607 704,86	520 028,14	53 879,40	155 774,52	169 399,53	15 956 479,68
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	0,00	182 238,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	4 523,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	92 773,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	92 773,78	186 761,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente						
Fornecedores	129 135,56	320 680,09	555,35	9 270,05	29 856,10	362 040,90
Estado e outros entes públicos	74 491,58	166 545,80	7 750,82	26 234,24	29 207,31	102 645,29
Financiamentos obtidos	0,00	54 310,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 181,70
Outras contas a pagar	68 281,34	375 101,94	0,00	8 905,67	27 348,29	757 758,41
Diferimentos	1 258 282,38	831 070,36	9 048,40	12 176,97	30 000,00	39 774,28
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	3 871,88	0,00	0,00	0,00
	1 530 190,86	1 747 708,69	21 226,45	56 586,93	116 411,70	1 272 400,58
Total do Passivo	1 622 964,64	1 934 470,62	21 226,45	56 586,93	116 411,70	1 272 400,58
Total do Património Líquido e Passivo	3 230 669,50	2 454 498,76	75 105,85	212 361,45	285 811,23	17 228 880,26



Tabela 92 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas, em euros

Unidade Monetária: Euro						
RENDIMENTOS E GASTOS	CVR	TECMINHO	APsi	B'ACIS	ACMP5	SASUM
Vendas	0,00	82,78	0,00	0,00	0,00	866 707,04
Prestações de serviços	696 936,97	2 492 296,46	232 687,50	213 512,92	397 049,42	2 127 730,34
Transf. correntes e subsídios correntes obtidos	416 146,88	199 533,89	38 370,60	46 770,00	23 443,35	3 032 486,14
Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas	-9 239,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-930 333,39
Fornecimentos e serviços externos	-339 526,97	-1 166 326,79	-135 142,61	-125 781,97	-111 310,35	-1 385 217,92
Gastos com pessoal	-505 916,97	-1 143 953,55	-127 865,92	-93 463,96	-261 646,78	-4 140 742,23
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-183 785,87
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 329,99
Imp. de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	24 163,79	0,00	0,00	0,00	17 430,57
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	97,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	33 588,33	13 536,14	2,00	3 148,56	50 215,16	446 974,74
Outros gastos e perdas	-4 958,94	-251 531,37	-781,67	-9 337,13	-4 926,29	-27 325,87
Result. antes de dep. e gastos de financ.	287 030,05	167 899,34	7 269,90	34 848,42	92 824,51	-185 406,44
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-95 389,31	-143 711,52	-5 413,23	-2 843,55	-4 526,62	-648 955,86
R. Operac. (antes de gastos de financ)	191 640,74	24 187,82	1 856,67	32 004,87	88 297,89	-834 362,30
Juros e rendimentos similares obtidos	126,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	-3 942,93	-4,67	0,00	0,00	-78,76
Resultado antes de impostos	191 767,09	20 244,89	1 852,00	32 004,87	88 297,89	-834 441,06
Imposto sobre o rendimento	-44 907,13	-15 415,59	-500,36	-8 125,40	-8 821,67	0,00
Resultado líquido do período	146 859,96	4 829,30	1 351,64	23 879,47	79 476,22	-834 441,06

22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2021, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 93.

Tabela 93 – Entidades associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	País	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	35,96%	49,42%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	31,39%	31,39%
2CA-Braga	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	50,00%
CeNTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	19,05%	19,05%
IDEGUI	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	0,72%	39,04%
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	50,00%	50,00%
CS	Associada	Guimarães	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	33,33%	33,33%
CCVG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	7,14%	33,33%
CEJUR	Associada	Braga	Associação	Portugal	78,99%	25,00%

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:



Tabela 94 – Resumo da informação financeira das associadas, em euros

Unidade Monetária: Euro							
Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Ativo (2021)	Passivo (2021)	Património Líquido (2021)	Resultado Líquido do Período (2021)	Valor da participação ao MEP (2021)
CCG	35,96	682 356,79	11 161 108,35	935 972,39	10 225 135,96	220 986,93	3 676 958,89
PIEP	31,39	580 000,00	5 398 242,00	3 267 332,00	2 130 910,00	131 111,00	668 892,65
2CA-Braga	40,00	35 000,00	3 289 797,81	2 571 631,73	718 166,08	116 715,52	287 266,43
CeNTI	19,05	100 000,00	14 682 935,30	7 049 233,73	7 633 701,57	42 640,17	1 454 220,15
IDEGUI	0,72	1 000,00	29 343,14	28 351,09	992,05	-10 274,02	7,14
CCV Guimarães	7,14	5 000,00	205 990,02	136 771,53	69 218,49	15 344,63	4 942,20
CEJUR	78,99	24 939,89	125 329,93	13 602,44	111 727,49	1 539,88	88 253,54
BLCS	50,00	0,00	137 669,84	0,00	137 669,84	28 792,59	68 834,92
IC	50,00	0,00	166 946,87	0,00	166 946,87	16 270,43	83 473,44
CS	33,33	0,00	66 200,52	21 769,01	44 431,51	-27 791,19	14 810,50

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2021 a 31/12/2021).

Na continuidade do verificado em 2020, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2021, não refletem as variações patrimoniais da associada IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2021 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 95.

Tabela 95 – Percentagem de interesse em outras entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
SPINPARK	14,29
BLC3	14,29
AVEPARK	10,61
IGAP	9,09
TECMEAT	8,33
Lab2Pt	8,33
B2E	7,69
DTX	7,58
CECoLab	7,14
ProChild Colab	6,67
AFTEBI	6,35
INESC TEC	5,26
Colab4Food	4,62
BIOREF – Lab. Col. Biorrefinarias	5
BUILT CoLAB	5
Fundação CEER	3,57
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	3,34
APCTP	2,94
AEDOAVE	2
INTEGRALAR - Portugal Foods	0,86
TICE.PT	1,19
Oficina Inovação - BIC Minho	1
OPEN	0,98
POOL-NET	0,98
VARD 2015	0,57
ADRAVE	0,44
CITEVE	0,15
Fundação Bienal de Cerveira	0,08
Fundação Portugal África	0,06



Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
ADVID	<20,00
4LIFELAB	0,11
L.C.S.D - Associação Data Colab	0,05

Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Informação complementar

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n° 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no CIBE (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL, dispensou-se qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: 200.275,27€ (CCG, PIEP, 2CA-Braga, CeNTI, CCVG, CEJUR, BLCS e IC);
- Gastos: 9.337,70€ (IDEGUI e CS).

23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2021 apurou-se um total de gastos desta natureza de 21.421.010,95 €, verificando-se um decréscimo de 1.900.160,72 € em relação ao período homólogo (23.321.171,67 €).

B) Diferimentos

Os gastos a reconhecer apresentam uma variação positiva de 339.842,78 €, justificada pelo diferimento de gastos com locação de software. Por sua vez, a variação negativa de 157.831,96 € na rubrica de rendimentos a reconhecer diz respeito, essencialmente, à redução do montante ainda por transferir para entidades parceiras da atividade de I&D.

Tabela 96 – Diferimentos, em euros

Descrição	2021	2020
Diferimentos – Ativo (Gastos a reconhecer)	368 191,63	28 348,85
Diferimentos – Passivo (Rendimentos a reconhecer)	20 227 866,72	20 385 698,68
Total	20 596 058,35	20 414 047,53

**C) Transferências e Subsídios Concedidos**

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho diminuíram em 467.030,13€, tendo atingido em 2021 o montante de 18.602.448,95 €, quando em 2020 estes gastos se haviam fixado em 19.069.479,08 €. Esta variação é justificada, principalmente, pela redução das transferências para a Administração Central e União Europeia.

D) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho corresponderam em 2021 ao montante de 9.329,99€, sendo que no período homólogo haviam totalizado 5.883,68€.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportado, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2021 o valor de 198.244,19 €, traduzindo-se num aumento no montante de 23.297,88 €, face ao ano de 2020 (174.946,31 €).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresentou em 2021 o montante de 77.770,15 €, registando-se um aumento de 26.239,75€, quando comparada com o período homólogo (51.530,40€).

G) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos gastos, dos rendimentos e dos resultados das atividades, conforme Tabela 97.

Acresce informar que, na entidade-mãe, são considerados como rendimentos e gastos diretos às Unidades, aqueles que são efetuados através dos centros de responsabilidade das UO, Reitoria, Unidades Culturais (UC), Unidades Diferenciadas (UD) e Unidades de Serviços (US).

Neste sentido, são considerados como objetos de custeio de primeira linha, os rendimentos e gastos realizados nas dimensões que são imputadas diretamente às atividades, nomeadamente:

- Na atividade ensino são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de:
 - Pós-Graduações (PG);
 - Ações de Formação (AF);
 - Funcionamento das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, com a exceção do I3Bs; onde os gastos reconhecidos na dimensão de funcionamento foram imputados à atividade de investigação, devido à atividade desenvolvida por esta Unidade; e
 - US que prestam apoio direto ao ensino (USAAE, USGA, GPA, USAI, entre outras associadas a esta atividade).
- Na atividade de investigação são imputados diretamente os rendimentos e gastos das dimensões carregados no módulo de gestão de projetos (com exceção dos projetos diretos e do PRR), contrato programa, da USAPI e outras dimensões associadas à atividade de investigação;
- Na atividade de interação com a sociedade são imputados diretamente os rendimentos e gastos realizados nas dimensões com a tipologia de prestações serviços especializados com incorporação de conhecimento (PC), prestações serviços técnicos especializados (PT), projetos diretos (PD) e US que prestam apoio diretamente à comunidade (tais como: USDB, BPB, ADB, BLCS, UA, CC). Nesta atividade ainda se incluem os rendimentos e gastos relativos a parques, a aluguer de espaços, da Loja UMinho e entidades participadas.

Para os rendimentos e gastos não imputados diretamente a uma atividade, procedeu-se à definição das bases de rateio presentes na seguinte tabela.

Tabela 97 – Imputação de gastos indiretos

Gastos indiretos	Base de Rateio
GG0001 - Eletricidade	KWh
GG0002 - Gás	Área
GG0003 - Água	Área
GG0004 - Licenças	N.º trabalhadores
GG0005 - Comunicação	N.º trabalhadores
GG0006 - Limpeza e Higiene	Área
GG0007 - Vigilância e Segurança	Área
GG0008 - Segurança e Saúde	N.º trabalhadores
GG0009 - Contratos de Manutenção	Área
GG0010 - Manutenção dos Campi	Área
GG0011 - Requalificação Campi	Área



Gastos indiretos	Base de Rateio
GG0012 - Manutenção dos Campi	Área
GG0013 - Investimento nos Campi	Área
GG0014 - Serviços de Comunicação	Área
GG0015 - HSST (Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho)	N.º trabalhadores
GG0016 - Manutenção Espaços Verdes	Área
GG0017 - Empreitadas DCM	Área
GG0018 - Complexos Pedagógicos	Área
RP0042 - Frota UM	Peso dos gastos diretos
RP0043 - Comunicações dirigentes	Peso dos gastos diretos
RP0046 - Processos Judiciais	Peso dos gastos diretos
RP0047 - Despesas Bancárias	Peso dos gastos diretos
RP0054 - RT - Investimentos <i>Campi</i>	Peso dos gastos diretos
RP0055 - Seguros UMinho	Peso dos gastos diretos
Depreciações RT+US+UCI+UD dimensões de funcionamento	Peso dos gastos diretos

Importa referir que após a imputação às Unidades dos rendimentos e gastos indiretos, procedeu-se à imputação destes às atividades, de acordo com o peso dos gastos diretos de cada Unidade, com a exceção das depreciações e amortizações, onde o critério de imputação foi a natureza deste gasto direto.

Consideram-se gastos gerais não incorporados, os gastos ambientais, os gastos administrativos e os gastos financeiros. Desta forma, não foi imputado o montante de 621.930,05 € às atividades do Grupo Público UMinho.

Por outro lado, existem rendimentos que devido ao seu carácter excecional, também não foram imputados a qualquer atividade, os quais designam-se de rendimentos gerais não incorporados, no montante de 37.634,34 €.

De referir que os rendimentos e gastos das entidades filhas foram imputados à atividade de interação com a sociedade do Grupo Público UMinho.

Tendo em consideração o exposto acima, apresenta-se na tabela infra os resultados por atividades da UMinho, assim como, os rendimentos e gastos gerais não incorporados, os quais se encontram detalhados na análise de gestão.

Tabela 98 - Resultados atividades, em euros

Atividades	Rendimentos	Gastos	Total
Ensino	93 703 516,40	90 727 642,08	2 975 874,32
Investigação	48 239 742,50	51 624 508,86	-3 384 766,36
Interação com a Sociedade	15 344 908,40	15 746 253,07	-401 344,67
Subtotal	157 288 167,30	158 098 404,01	-810 236,71
Rendimentos gerais não incorporados	37 634,34	0,00	37 634,34
Gastos gerais não incorporados	0,00	621 930,05	-621 930,05
Resultado antes de impostos	157 325 801,64	158 720 334,06	-1 394 532,42
Imposto sobre o rendimento			-77 770,15
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			-1 549 270,11
Interesses que não controlam			76 967,53
			-1 472 302,57

Da análise da Tabela 98, o Grupo Público UMinho, obteve em 2021 um montante total de rendimentos de 157,3 M€ e um total de gastos na ordem dos 158,7 M€, perfazendo um resultado antes de impostos negativo de 1,4 M€. De referir que, a atividade de ensino contribui positivamente para o resultado em 3 M€, bem como os rendimentos gerais em 38 k€. Por outro lado, as atividades de investigação e de interação com a sociedade pesam negativamente para o resultado do Grupo Público UMinho, no montante de 3,4 M€ e 401 k€, respetivamente, assim como, os gastos gerais não incorporados (622 k€).

Por fim, não foi imputado às atividades o imposto sobre o rendimento das entidades-filhas, no montante de 77,8 k€.

H) Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:



Tabela 99 - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas das entidades do Grupo Público UMinho

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
TecMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
APsi	Não tem auditor externo.
B'ACIS	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
ACMP5	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associadas	
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda.
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
2CA-Braga	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
CeNTI	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
IDEGUI	Não tem auditor externo.
IC	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.
CS	Não tem auditor externo.

I) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único do Grupo Público UMinho é atualmente a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representado por Mário da Cunha Guimarães, conforme Despacho n.º 6399/2019, de 16 de julho. Os honorários faturados durante o período de 2021, referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 18.081,00€ (IVA incluído).



IV – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



10. Relatório e Parecer do Fiscal Único

jmm sroc.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex. ^{maiores} Sr.^{as}(Srs.) membros do Conselho Geral da Universidade do Minho:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar o relatório e parecer sobre o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** (o Grupo Público) apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho (entidade consolidante), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Durante o período acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Universidade do Minho e das suas principais participadas, verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte de acordo com o normativo contabilístico aplicável e vigiámos pela observância da lei e dos estatutos.
3. No âmbito da consolidação de contas do Grupo Público:
 - 3.1. Examinámos o processo de consolidação de contas, tendo verificado que os procedimentos de consolidação e o perímetro de consolidação definidos pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho estão em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
 - 3.2. Relativamente às entidades integradas no perímetro de consolidação, apreciamos os respetivos documentos de prestação de contas do período de 2021 e verificámos a sua conformidade com as disposições legais e estatutárias; e
 - 3.3. Verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o SNC-AP.
4. Na sequência do exercício da revisão legal de contas do Grupo Público, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas em 20 de junho de 2022, com opinião modificada (com uma reserva), sem ênfases e uma exceção quanto a divulgações no âmbito da contabilidade de gestão constante do capítulo "Sobre o relatório de atividades consolidado", cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido, remetendo-se para a sua leitura. No entanto, entendemos apresentar o seguinte resumo:
 - 4.1. A reserva por limitação de âmbito no trabalho respeita aos ativos fixos tangíveis do balanço consolidado, em virtude de, apesar de iniciado, ainda não se encontra concluído o processo de inventariação e respetiva etiquetagem dos bens adquiridos em anos anteriores, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, facto pelo qual não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço em 31 de dezembro de 2021 ascende a cerca de 5.000.000 euros. Nesta conformidade, não foi emitida opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência àquela data;

Joaquim Guimarães, Manuela Balhiero e Mário Guimarães, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 2010/1484
NIPC 503.951.943 | Capital Social 9.000 euros
Membro de ABC & Associação – SROC, ACL
www.jmm.pt

Escritórios

Pólo de Negocios de Braga, Lúcia Á.
Av. D. João V, n.º 404, 8.º Piso, Francisco AF
4715-070 Braga - Portugal
T: +351 253 203 520 F: +351 253 203 521

jmm

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, 84C
4715-052 Braga - Portugal
T: +351 253 214 001 F: +351 253 214 000



- 4.2. No que concerne ao relatório de atividades consolidado, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, o relatório de atividades consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte: em conformidade com o disposto na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP, o relatório de atividades deve divulgar um conjunto de informações obtidas a partir do sistema de contabilidade de gestão. Não obstante a Entidade ter iniciado a implementação do sistema de contabilidade de gestão no período de 2019, as divulgações apresentadas no relatório de atividades de 2021 não são suficientes para dar cumprimento ao exigido por aquela norma.
5. Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que o Conselho Geral Aprove o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, tal como foram apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão e aos colaboradores da Universidade do Minho com quem contactámos, pela valiosa colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 20 de junho de 2022.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771



11. Certificação Legal das Contas Consolidadas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 198.800.012,60 euros e um total de património líquido de 144.362.204,63 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 1.549.270,11 euros); a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Apesar de iniciado, ainda não se encontra concluído o processo de inventariação e respetiva etiquetagem dos bens adquiridos em anos anteriores, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, facto pelo qual não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço em 31 de dezembro de 2021 ascende a cerca de 5.000.000 euros. Nesta conformidade, não estamos em condições de emitir, nem emitimos, uma opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço com referência a 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

JOTAQUE GUMARÃES, MARUÊLA MALHEIRO E BARRIO GUMARÃES, SROC

Registo na DROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20101450
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro de ABC & Associados - IROC ACE
geral@jmm.pt

Escritórios

Rua de Negócios de Braga, 404000-A
Av. D. João I, n.º 404, 4.º Piso - Escalvado 47
4715-215 Braga - Portugal
T: +351 253 203 520 F: +351 253 203 521

jmm

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, 100
4315-002 Braga - Portugal
T: +351 253 212 001 F: +351 253 212 100



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Público que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO e NÁDIO GUMARÃES, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20181499
 NIPC 503 951 843 | Capital Social 3 000 euros
 Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
 www.jmm-iroc.pt

Escritórios

Prémio de Regoçoso de Braga, Edifício A
 Av. D. João IV, n.º 404, 4.º Piso, Esplanada 47
 4715-270 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

jmm
 Av. 11 de Junho, n.º 111, 8.º C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 798



O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", o relatório de atividades consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte: em conformidade com o disposto na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP, o relatório de atividades deve divulgar um conjunto de informações obtidas a partir do sistema de contabilidade de gestão. Não obstante a Entidade ter iniciado a implementação do sistema de contabilidade de gestão no período de 2019, as divulgações apresentadas no relatório de atividades de 2021 não são suficientes para dar cumprimento ao exigido por aquela norma.

Braga, 20 de junho de 2022.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 983 | Capital Social 5.000 euros
Membros do ADC & Associação - SROC, ACE
geral@jmm.pt

Escritórios

Rua do Negociante de Sopa, Edifício B
Av. D. João V, 11º andar, 4º andar
4710-275 Braga - Portugal
393541263 201 520 - 393541263 201 521

jmm

Av. D. João V, 11º andar, 4º andar
4710-275 Braga - Portugal
T(+351) 251 213 001 F(+351) 251 213 100